



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

ALEXANDRE MACEDO OLIVEIRA

GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA PÚBLICA: COMO OS ALUNOS
E OS PROFESSORES DE BIOLOGIA DA EA-UFPA OBSERVAM O PAPEL
DA ESCOLA NA ORIENTAÇÃO SEXUAL

BELÉM – PARÁ

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

ALEXANDRE MACEDO OLIVEIRA

GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA PÚBLICA: COMO OS ALUNOS
E OS PROFESSORES DE BIOLOGIA DA EA-UFPA OBSERVAM PAPEL
DA ESCOLA NA ORIENTAÇÃO SEXUAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Colegiado do Curso de Bacharelado em Ciência
Biológicas, Modalidade Biologia da Universidade
Federal do Pará, como requisito parcial para
obtenção do grau de Licenciado em Biologia.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Nilson Santos Trindade.
ICB – UFPA.

BELÉM – PARÁ

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

ALEXANDRE MACEDO OLIVEIRA

GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA PÚBLICA: COMO OS ALUNOS
E OS PROFESSORES DE BIOLOGIA DA EA-UFGA OBSERVAM O PAPEL
DA ESCOLA NA ORIENTAÇÃO SEXUAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Colegiado do curso de Licenciatura em
Ciências Biológicas, Modalidade Biologia da
Universidade Federal do Pará, como requisito
parcial para a obtenção do grau de Licenciado
em Ciência Biológicas.

Orientador: Prof^o. Dr. Nilson Santos Trindade
Instituto de Ciências Biológicas – UFPA

Avaliador: Prof. Ms..(a) Luiz Carlos Machado Corrêa
SEDUC – UFPA

Avaliador: Prof. Dr^a Angélica Lúcia Figueiredo Rodrigues
SEDUC – UFPA

BELÉM – PA

2019

AGRADECIMENTOS

À Deus por sempre me guiar, dar forças e sabedoria em momentos difíceis e de desespero;

Aos meus pais Audenor e Regina, por me criarem educarem e me ensinarem a nunca desistir dos meus sonhos;

Ao meu filho João Vitor, fonte infinita de alegria, orgulho e inspiração para vencer as dificuldades da vida;

À minha companheira Kátia pela força, paciência e dedicação durante a realização deste trabalho e na nossa vida;

Ao meu Orientador, Professor Dr. Nilson Santos Trindade pela valiosa ajuda em momento de grande necessidade, pelo importante auxílio na orientação desta pesquisa e pela sua paciência comigo em período de grande tensão e empenho;

Aos meus professores da graduação que contribuíram para minha formação como profissional e ser humano;

Aos meus professores de docência que me despertaram o interesse e me inspiraram a seguir por esta área de pesquisa;

Aos Professores: Jhone Coelho e Ramon Araújo, pelo auxílio na pesquisa realizada na Escola de Aplicação da UFPA;

À coordenação da Escola de Aplicação da UFPA por permitir a pesquisa;

Aos meus colegas de graduação por me apoiarem durante essa longa jornada de curso;

À todos que de forma direta ou indireta colaboraram para realização deste trabalho.

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	09
1.1 – O Tema em Estudo	09
1.2 – Justificativa	11
1.3 – A Situação Problema	16
1.4 – Objetivos	16
1.4.1 – Geral	16
1.4.2 – Específicos	16
2 – REFERENCIAL TEORICO	17
2.1 – Aspectos Conceituais de Gênero e de Sexualidade	17
2.1.1 – Aspectos Biopsicossociais.....	22
2.1.2 – Relações de Gênero	24
2.1.3 – Identidade de Gênero	26
2.2 – A Orientação Sexual e a Educação Sexual	28
2.2.1 – Educação Sexual.....	28
2.2.2 – Orientação Sexual.....	31
2.2.3 - A Sexualidade e a Mídia.....	33
2.3 – Aspectos Históricos do Gênero e da Sexualidade	36
2.3.1 – Pré- História.....	37
2.3.2 – Antiguidade	37
2.3.3 – Idade Medieval.....	39
2.3.4 – Idade Moderna.....	41
2.3.5 – No Século XX até os dias atuais	43
2.4 – A Orientação Sexual e a Escola	46
2.4.1 – Projeto Escola sem Partido	48
2.4.2 – O Plano Nacional De Educação (PNE) e a Discussão de Gênero nas Escolas	49
2.4.3 – O Parâmetro Curricular Nacional do Ens. Médio (PCNEM) e a Orientação Sexual... 50	
2.4.4 – O Papel da Escola na Orientação Sexual	51
2.4.5 – A Relação Professor/Aluno no Desenvolvimento da Sexualidade Humana	58
2.4.6 – A Sexualidade e o Aluno – Adolescente	64
2.5 – A Orientação Sexual e a Família	68
2.5.1 – A Família como Elemento Importante na Construção da Sexualidade Humana.....	68
3 – MÉTODOLOGIA	74
3.1 – Tipo de Estudo e Abordagem da Pesquisa	74
3.2 – Local da Pesquisa/Contexto	76
3.3. – Amostra/Participantes.....	77
3.4 – Coleta de Dados: Técnicas e Instrumentos	78
3.5 – Aspectos Éticos	81
4 – RESULTADOS E DISCUSSÃO	82
4.1 – Concepção de Gênero, Identidade e Ideologia de Gênero	82
4.2 – Análise dos Dados Quantitativos-Qualitativos (Docentes)	82
4.3 – Análise dos Dados Quantitativos-Qualitativos (Discentes)	93
4.4 – Proposta de Programa de Orientação Sexual de Desenvolv. Contínuo na EA-UFPA .	107
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	114
ANEXOS	126

LISTAS DE FIGURAS E TABELAS

FIG. 01 – Imagem do protesto durante discussão do projeto Escola Sem Partido	49
FIG. 02 – Imagem do pátio da Escola de Aplicação da UFPA	52
FIG. 03 – Imagem da entrada principal da Escola de Aplicação da EA-UFPA.....	76
FIG. 04 – Imagem do local das salas de aula das turmas do 2º ano da EA-UFPA	79
FIG. 05 – Gráfico dos valores introdutórios do Questionário I entregue aos (Docentes)	83
FIG. 06 – Gráficos do Questão 3	84
FIG. 07 – Gráficos da Questão 4	85
FIG. 08 – Gráficos da Questão 5	85
FIG. 09 – Gráficos da Questão 6	86
FIG. 10 – Gráficos da Questão 7	86
FIG. 11 – Gráficos da Questão 8	87
FIG. 12 – Gráficos da Questão 9	88
FIG. 13 – Gráficos da Questão 10	89
FIG. 14 – Gráficos da Questão 11	89
FIG. 15 – Gráficos da Questão 12	90
FIG. 16 – Gráficos da Questão 13	90
FIG. 17 – Gráficos da Questão 16	92
FIG. 18 – Gráficos dos valores introdutórios do Questionário II entregue aos (Discentes) ...	94
FIG. 19 – Gráficos da Questão 1	94
FIG. 20 – Gráficos da Questão 3	96
FIG. 21 – Gráficos da Questão 4	97
FIG. 22 – Gráficos do Questão 5	98
FIG. 23 – Gráficos da Questão 6	99
FIG. 24 – Gráficos da Questão 7	100
FIG. 25 – Gráficos da Questão 8	100
FIG. 26 – Gráficos da Questão 9	101
FIG. 27 – Gráficos da Questão 10	102
FIG. 28 – Gráficos da Questão 11	103

FIG. 29 – Gráficos da Questão 12	103
FIG. 30 – Gráficos da Questão 13	105
FIG. 31 – Gráficos da Questão 14	106
FIG. 32 – Quadro ilustrando a proposta de Programa de Orientação Sexual na EA-UFPA..	108
TAB. 01 – Valores absolutos da parte introdutória do questionário fornecido aos docentes.	83

RESUMO

A sexualidade é atualmente considerada um atributo inerente ao ser humano, principalmente entre os jovens adolescentes em idade reprodutiva onde a incidência de gravidez indesejada e infecções sexualmente transmissíveis (IST's) é alarmante. Com o advento da Lei n.º 60/2009, que estabelece a educação sexual nos estabelecimentos do Ensino Médio, tornou-se proposital investigar e analisar as relações de gênero/sexualidade na escola. Neste estudo de caso quantitativo objetivou-se conhecer e analisar a percepção dos professores de Biologia e dos adolescentes em relações de gênero/sexualidade em escola pública de Aplicação da UFPA no município de Belém – PA. Para tanto foram realizadas entrevistas estruturadas com os professores de Biologia e alunos do 2º ano do Ensino Médio, bem como observações da rotina dos jovens e professores em sala de aula com o objetivo de compreendermos como se dão as relações de gênero/sexualidade no dia-a-dia dos jovens e, como pensam os professores e alunos sobre a sexualidade humana. Os resultados ressaltam, a insegurança e o desconhecimento por parte dos alunos e educadores de Biologia quanto aos conceitos de temas associados a sexualidade, bem como a viabilidade da elaboração de um programa de orientação sexual na escola que incorporem o debate das questões de sexualidade/gênero, fazendo leituras críticas dos livros didáticos, refletindo sobre a prática escolar na perspectiva de gênero, desenvolvendo trabalhos que abordem a sexualidade ou ainda debatendo sobre literaturas que abordem o tema colaborando com os educadores em sua atuação como elemento de formação aos jovens na construção de suas concepções e informações necessárias ao desenvolvimento da sua sexualidade.

Palavras-Chave: Prática docente, Educação Sexual, Adolescência, Relações de gênero, Prática escolar.

ABSTRACT

Sexuality is currently considered an inherent attribute of the human being, especially among adolescent girls of reproductive age where the incidence of unwanted pregnancies and sexually transmitted infections (STIs) is alarming. With the advent of Law no. 60/2009, which establishes sex education in high school establishments, it became intentional to investigate and analyze gender / sexuality relations in school. In this quantitative-qualitative case study we aimed to know and analyze the perception of Biology teachers and adolescents in gender / sexuality relations in public school of Application of UFPA in the city of Belém - PA. For that, we conducted structured interviews with biology teachers and students of the 2nd year of high school, as well as observations of the routine of the youngsters and teachers in the classroom in order to understand how gender / sexuality relationships occur on a daily basis -day of young people and, as teachers and students think about human sexuality. The results highlight the insecurity and lack of knowledge on the part of Biology students and educators regarding the concepts of themes related to sexuality, as well as the feasibility of the elaboration of a program of sexual orientation in the school that incorporates the debate on sexuality / gender issues , making critical readings of textbooks, reflecting on school practice from a gender perspective, developing works that address sexuality, or debating on literatures that approach the theme, collaborating with educators in their role as a training element for young people in the construction of their conceptions and information necessary for the development of their sexuality.

Key words: Teaching practice, Sexual Education, Adolescence, Gender relations, School practice.

1. INTRODUÇÃO

1.1 – O Tema em Estudo

O presente trabalho, buscou tentar compreender como ocorre a abordagem do tema sexualidade e gênero na escola sob o aspecto do professor de Biologia no ensino de estudantes do 2º ano do Ensino Médio matriculados na Escola de Aplicação da UFPA, localizada no bairro da Terra Firme na cidade de Belém do Pará.

Para (RODRIGUES, 2013) desde os tempos mais remotos a sexualidade é um elemento determinante na constituição dos sujeitos, bastante necessário. Segundo o autor a sexualidade é o comportamento menos natural dos seres humanos, pois sendo um caminho a percorrer, por meio da sexualidade se explicitam formas de expressão, de prazer, de visibilidade e de relações sociais que, obviamente, estão por demais recobertas de símbolos, rituais e valores que estruturam e dão coesão às práticas e às instituições sociais. Em suma, as práticas sexuais dependem exclusivamente da construção social das relações entre/pelos seres humanos.

Dentro das abordagens encontradas na literatura, passa-se a refletir sobre o papel da escola na orientação sexual, uma vez que se encontram programas quase sempre articulados com a promoção da saúde das crianças e adolescentes, de modo a possibilitar a realização de ações preventivas em relação às Infecções sexualmente transmissíveis – ISTs/AIDS, bem como à abordagem da gravidez na adolescência, do aborto e também das drogas.

Dentro dos **Parâmetros Curriculares Nacionais** (PCNs), documentos elaborados pelo governo federal a partir de discussões pedagógicas atuais, que apresentam orientações e referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras, a sexualidade humana é tratada como tema transversal (BRASIL,1997). Nesses documentos, a orientação sexual se caracteriza como forma de atender à preocupação dos educadores com o grande crescimento da incidência de gravidez indesejada entre as adolescentes e com o risco de infecção pelo HIV (vírus da AIDS) entre os jovens, de forma a possibilitar a realização de ações preventivas mais eficazes.

Ademais, é na escola que o jovem entra em contato com outros valores e significados que para (BRUNS,2005) passam a ser confrontados, permitindo ao aluno elaborar a sua própria conduta, desde que a educação sexual possa ser discutida dentro da realidade individual sentida pelos alunos. Daí a relevância da escola neste momento da vida do adolescente, no qual a família passa a se esquivar dos assuntos sexuais e os alunos passam a resolver seus problemas buscando informações com outros alunos.

No entanto, (RIBEIRO,2000) refere que a orientação sexual pressupõe uma intervenção institucionalizada, sistematizada por profissionais especialmente preparados para exercer essa função. Contrariamente, os PCNs (BRASIL,1997) prescrevem que todos os profissionais da educação deverão abordar temas relativos à sexualidade humana, entretanto o que os mesmos não preveem é o fato de que muitos educadores esbarram em dificuldades pessoais e, na maioria das vezes, não se encontram preparados para lidar com o surgimento da sexualidade no ambiente escolar (MARTINEZ,2008; SANTOS,2000), ocorrendo no cotidiano repressão às manifestações da sexualidade dos alunos. Tal postura é entendida por (BERNARDI,2005) como fruto da repressão sexual a que todos os educadores foram submetidos, qualquer que seja o meio social.

Como recorte, procuramos analisar especificamente o volume 2012 do PCN ao mesmo tempo em que observamos a postura de alguns educadores da 2ª série do Ensino Médio diante das manifestações da sexualidade na sala de aula e nos padrões de comportamento tradicionais por eles transmitidos no que diz respeito à sexualidade e relações de gênero.

Para tanto, buscamos inicialmente discutir (item 2), baseado na literatura específica, o que entendemos sobre aspectos conceituais e históricos de gênero e de sexualidade, marcando assim o ponto de partida, o lugar de onde analisamos o objeto já apresentado.

A necessidade de uma educação mais consciente sobre o tema nos levou ao desenvolvimento do terceiro e quarto subitens do item 2, baseados em literatura específica (Orientação Sexual e a Escola e A Orientação Sexual e a Família). Dessa forma, poderíamos obter elementos mais consistentes para entender a forma como as orientações ao professor do Plano Nacional de Educação chegam às vezes, no seu “destino final”, que é a sala de aula. Além disso, acreditamos ser nas escolas o lugar por excelência onde se instalam os

mecanismos dos dispositivos da sexualidade, através de tecnologias do sexo, os corpos dos estudantes podem ser controlados e administrados, como afirma Louro (1999).

No item 3, descrevemos a metodologia utilizada para a investigação da pesquisa, que se deu através da aplicação de 2 questionários objetivo-subjetivo entregues aos alunos e aos professores de biologia da EA-Ufpa. Após uma semana os questionários foram recolhidos e analisados de forma quanti-qualitativamente onde buscou-se fazer uma reflexão acerca de questões metodológicas a serem utilizadas numa pesquisa mais ampla, a ser desenvolvida posteriormente.

A ideia inicial era – após deixar explícito o que nosso trabalho entende por Sexualidade e relações de gênero e analisar o que os educadores e alunos sugerem –, ir para “o campo”, isso é, a escola, para observar o que lá acontece de fato: como as sugestões dos Docentes/Discentes saem “do papel” e chegam “às realidades locais” e avaliar como a direção da escola e pais lidam com essas questões.

Entretanto, em decorrência dos limites que um TCC nos coloca, achamos por bem limitar – sem danos para nossa reflexão acadêmica –, o escopo do estudo, restringindo-a parcialmente ao plano teórico.

No item 4 apresentamos os resultados e discutimos de maneira discursiva sobre os mesmos levando em consideração a literatura utilizada como embasamento na realização do trabalho.

No item 5 nas considerações finais, retomamos de forma sintética e analítica as descobertas da pesquisa, indicando possíveis caminhos de continuidade para as reflexões iniciais que aqui deixamos registradas.

1.2 – Justificativa

O presente trabalho justifica-se pela necessidade de haver um maior conhecimento e compreensão acerca do ensino e abordagem do tema sexualidade humana para adolescentes do ensino médio na Escola de Aplicação da UFPA em relação ao ensino da Biologia. Além da

carência de trabalhos relacionados ao tema supracitado abrangendo o grupo social dos adolescentes em Belém do Pará.

Durante toda minha graduação passei por situações durante os estágios em diversas instituições de Ensino que me mostraram a necessidade de uma boa e consistente formação pedagógica. Formação que senti falta na grade curricular de meu curso, principalmente pela carência de matérias pedagógicas relacionadas à sexualidade e as relações de gênero na escola, apesar da mesma ser de licenciatura, em detrimento da maior valorização de matérias voltadas para o conhecimento quase que puramente científico arraigado pela pesquisa de campo e atividade laboratorial.

Além dessas considerações, outro aspecto relevante que colaborou no interesse pelo tema, diz respeito à experiência do pesquisador como professor estagiário de Biologia no 2º ano do ensino médio matutino público da Escola de Aplicação da UFPA, durante o período de 4 meses, quando então, vivenciou manifestações de seus alunos sobre acontecimentos do cotidiano relacionados à sexualidade humana.

Durante o estágio ao participarmos do cotidiano dos alunos e dos educadores em sala de aula no Projeto de integração do acadêmico Ufpa-Escola Pública como aluno pesquisador nas turmas da 2ª série (2º ano) do Ensino Médio matutino surgiu o interesse e a escolha do tema “Gênero e Sexualidade na Escola Pública: Como os Professores de Biologia e os Alunos da EA-Ufpa Observam o Papel da Escola na Orientação Sexual. Nossa vivência em sala de aula despertou a curiosidade e nos fez voltar a esse tema ao observarmos algumas atitudes de educadores que insistiam em reproduzir os padrões de gênero comumente estabelecidos de forma quase que mecânica, sem relativizá-los. Percebíamos isso ao vermos educadores separarem/determinarem o que são “coisas de meninas” e “coisas de meninos”, como por exemplo, as cores dos gêneros definidos durante as aulas como rosa para as meninas e azul para os meninos. Eventualmente nas atividades em sala de aula, as meninas poderiam gozar de suas “fragilidades” para gozar de pequenos “privilégios” em detrimento dos meninos.

Percebíamos também que quando alguns destes alunos não se adequavam ao padrão tradicional de gênero ou ultrapassavam o limite daquilo que era estabelecido por boa parte dos colegas, considerado “masculino” ou “feminino”, eram firmemente reprimidos por estes com

uma bronca, frequentemente com uma atitude de bullying diante dos outros colegas da classe ou ainda eram simplesmente ignorados pelos educadores.

Em um dos casos observados, um aluno, sempre que passava por alguma experiência de confronto, crítica ou ao alvo de piada entre os colegas, subjugava-se por meio de atitudes agressivas dos demais alunos, que utilizavam palavras como veado, bichinha, mulherzinha ao confrontá-lo. Curiosamente esse mesmo aluno apresentava atitudes consideradas como “comportamento feminino”. Tal situação era reiteradamente ignorada pelo professor responsável por aquela turma.

Constatávamos, assim, um paradoxo entre e as práticas em sala de aula dos educadores que pudemos observar e as orientações contidas nos PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais. Para melhor colocar o problema, selecionamos os seguintes excertos:

“As manifestações de sexualidade afloram em todas as faixas etárias em especial na puberdade. Ignorar, ocultar ou reprimir são as respostas mais habituais dadas pelos profissionais da escola. [...] A sexualidade, assim como a inteligência, será construída a partir de possibilidades individuais e de sua interação com o meio e a cultura. Os adultos reagem, de uma forma ou de outra, aos primeiros movimentos exploratórios que os jovens fazem em seu corpo e aos jogos sexuais com outros jovens. Os adolescentes recebem então, desde muito cedo, uma qualificação ou “juízo” do mundo adulto em que está imersa, permeado de valores de crenças que são atribuídos à sua busca de prazer, o que comporá a sua vida psíquica. [...] A escola deve informar e discutir os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade, buscando, se não uma isenção total, o que é impossível de se conseguir, uma condição de maior distanciamento pessoal por parte dos professores para empreender essa tarefa. [...] Para isso, o professor de biologia deve se mostrar disponível para conversar a respeito das questões apresentadas, não emitir juízo de valor sobre as colocações feitas pelos alunos e responder as perguntas de forma direta e esclarecedora. [...] Em relação às questões de gênero, por exemplo, o professor de biologia deve transmitir, pela sua conduta, a equidade entre os gêneros e a dignidade de cada um individualmente. Ao orientar todas as discussões, deve, ele próprio respeitar a opinião de cada aluno e ao mesmo tempo garantir o respeito e a participação de todos.” (PCN, p. 77, 81, 83, 84, 1997).

Colocando de modo mais direto, percebemos que, a prática de alguns professores de biologia em sala de aula (percebidos em nosso estágio, em nossas vivências nas escolas) e as orientações dos PCN's eram conflitantes, o que gerou o interesse que acabou tornando-se objeto de estudo desse trabalho.

Nessa ocasião, o pesquisador que cursava fisioterapia em outra universidade na matéria “Fisioterapia comunitária e preventiva” e observou que apesar dos conhecimentos adquiridos nos dois cursos suas intervenções em sala de aula, relacionadas à palestras esporádicas e aulas sobre a anatomia e fisiologia do aparelho reprodutor masculino e feminino, bem como suas abordagens sobre Sexualidade, ISTs e AIDS, não se mostravam eficazes na abordagem de temas como educação e orientação sexual de seus alunos, por tratarem a sexualidade e as relações de gênero, exclusivamente sob o ponto de vista biológico, sem considerar os aspectos psicossociais e culturais.

Outro fator que corroborou para escolha do tema proposto pelo trabalho foi a eminência da aprovação do projeto “Escola Sem Partido” que tem por principal objetivo definir regras e restringir em sala de aula a atuação dos professores em relação aos conteúdos curriculares. Desse modo, esses profissionais devem deixar fora do debate dentro das salas de aulas temas relacionados a sexualidade/gênero e suas predileções políticas, partidárias, ideológicas, sexuais ou religiosas, em respeito ao caráter laico do estado.

Aliado a estas ocorrências, surgiu em (SESPA,2015), um quadro angustiante, revelado pelo elevado número de alunas grávidas e conseqüentemente expostas ao HIV/IST das 1^{as} e 2^{as} séries do ensino médio de escolas públicas de Belém, as quais muitas jovens, mostravam-se despreparadas para a maternidade e revelavam dificuldades nos cuidados para com os seus filhos e com o andamento das tarefas escolares. Tal situação motivou a busca junto à comunidade escolar através do Projeto “Saúde e Prevenção nas Escolas”, dos fatores determinantes da ocorrência de um índice tão elevado de gravidez precoce e da possibilidade de se atuar nessa comunidade, com atividades que tratassem da sexualidade humana, na tentativa de reverter o quadro.

A terminologia Infecções Sexualmente Transmissível(IST) passou a ser adotada pelos especialistas em substituição ao termo Doença Sexualmente Transmissível(DST), pois destaca a possibilidade de uma pessoa ter e transmitir uma infecção, mesmo sem sinais e sintomas.

Diante dessas ações preventivas (BRASIL,2016) dados do Ministério da Saúde divulgados na quarta-feira (30/11/2016) revelam uma queda de 42,3% na mortalidade de pessoas com HIV/ Aids nos últimos 20 anos no Brasil. O incentivo ao diagnóstico e ao início precoce do tratamento, antes mesmo do surgimento dos sintomas, refletiram na redução das mortes. A taxa caiu de 9,7 óbitos por 100 mil habitantes, em 1995, para 5,6 óbitos por 100 mil habitantes em 2015. Os dados se referem ao ano de 2015. A epidemia no Brasil está estabilizada, com taxa de detecção em torno de 19,1 casos, a cada 100 mil habitantes. Isso representa cerca de 41,1 mil casos novos ao ano.

No Pará (SESPA,2016) de 2012 a 30 de novembro de 2016 já foram registrados 283 casos de HIV envolvendo jovens com idade escolar entre 15 e 19 anos. Somente este ano, 76 jovens, nessa faixa etária, descobriram ser portadores do vírus Aids/ HIV no Pará. No entanto, a faixa etária que predomina estar com Aids/ HIV no Estado está entre 20 e 34 anos, totalizando 3.057 casos somados de 2012 a 2016, dos quais 547 descobertos só este ano. Na sequência, figuram as faixas de 35 a 49 anos; 50 a 64 anos; 15 a 19 anos; 65 a 79 anos; 01 a 04 anos; 05 a 09 anos; 10 a 14 anos; mais 80 anos e menos de um ano.

Segundo a (SESPA, 2016) no Estado, só em 2012, foram registrados 898 casos; 1.189 no ano de 2013; 1.431 no ano de 2014; 1.847 registrados em 2015 e 1.224 até o dia 30 de novembro de 2016. Dez municípios têm registrado mais casos de AIDs nos últimos quatro anos. Belém lidera, com 1.069 ocorrências confirmadas desde 2012, seguida por Santarém (619), Ananindeua (548), Parauapebas (303), Castanhal (252), Marabá (190), Marituba (153), Redenção (149), Itaituba (133) e Paragominas (131), no período de 2012 a 14 de novembro deste ano.

Diante do exposto, este trabalho propõe-se pesquisar e refletir sobre como pensam os alunos e professores acerca da sexualidade humana além de contribuir sobre a perspectiva do desenvolvimento de um programa de orientação sexual no ambiente escolar, envolvendo a família, escola, professores e alunos, considerando-se ainda, a percepção destes dois últimos segmentos sobre o papel da escola na orientação sexual, a relação professor aluno, a formação do professor de biologia e a adequação dos temas no desenvolvimento da sexualidade humana entre as quais a gravidez precoce e a prevenção das IST's/AIDS.

1.3 – A Situação Problema

Partindo deste pressuposto surge a problemática: de que forma está ocorrendo o ensino da sexualidade e gênero, através da biologia, para alunos adolescentes na Escola de Aplicação da UFPA?

As questões que nortearam este trabalho foram:

Se e como está ocorrendo a abordagem do tema sexualidade/gênero em sala de aula e de qual forma se avaliam o aprendizado dos alunos após a abordagem do tema na escola?

Os professores de biologia acreditam encontrar-se aptos a abordagem do tema sexualidade/gênero em sala de aula?

Os alunos adolescentes da EA-UFPA tem ciência dos conceitos básicos acerca do tema sexualidade/gênero associados ao seu cotidiano?

Qual o papel da escola em contribuição com os professores na elaboração de planos pedagógicos visando uma melhor abordagem e apresentação do tema sexualidade/gênero para os jovens alunos matriculados na EA-UFPA?

1.4 – Objetivos

1.4.1 – Geral

Investigar de que forma está ocorrendo o ensino de sexualidade/gênero em biologia para alunos do 2º ano do ensino médio da Escola de Aplicação da UFPA.

1.4.2 – Específicos

- a) Identificar os principais obstáculos enfrentados pelos professores na abordagem do tema sexualidade/gênero para adolescentes em sala de aula;
- b) Verificar o grau de conhecimento dos alunos do 2º ano do ensino médio sobre alguns temas associados a sexualidade/gênero aplicados ao seu cotidiano;

c) Avaliar o grau de participação e comprometimento da direção da escola na elaboração de projetos pedagógicos voltados para discussão do tema sexualidade na escola.

2 – REFERENCIAL TEORICO

2.1 – Aspectos Conceituais de Gênero e de Sexualidade

Embora a vida na Terra já exista há cerca de 4 bilhões de anos e a reprodução sexuada há pelo menos 1,5 bilhão de anos, Vitiello (2005) relata que foi apenas com espécies muito próximas da nossa que o sexo pode ser desvinculado da reprodução. Muito pouco se sabe sobre o exercício da sexualidade dos hominídeos que antecederam nossa espécie, mas é bem provável que tal visão da sexualidade possa ter ocorrido, desde o *Homo habilis* ou até mesmo entre antepassados ainda mais remotos.

Ressalta ainda, Vitiello (2005) que com o aparecimento do *Homo sapiens* há pelo menos 100 mil anos atrás, surgiu entre as fêmeas a possibilidade de relações sexuais prazerosas, independentemente, da possibilidade de reprodução. Acrescenta ainda, que graças às sutis mudanças na anatomia e na fisiologia dos órgãos reprodutores, tornou-se possível que as fêmeas da espécie humana pudessem usufruir de atividade sexual, independentemente de estarem ou não em seus períodos férteis.

Vitiello (2005) afirma também, serem elas os únicos seres a manter relações sexuais durante a gestação ou mesmo após a cessação das possibilidades de reprodução, isto é, na pós-menopausa. Assim, a espécie humana é a única, dentre as que atualmente povoam o planeta, a ter oportunidade de buscar os prazeres do sexo sem arcar com o ônus da reprodução. Se entre as outras espécies só é possível o "sexo-reprodução", para o homem abrem-se outras oportunidades, podendo mesmo falar em "sexo-afeto", "sexo-amor" e diversas outras indicações para a prática da sexualidade, inclusive aquela que visa à remuneração, referida por Vitiello (2005) como "a mais velha das profissões", o meretrício.

Através de estudos feitos pela Organização Mundial da Saúde (OMS), Vitiello (2005) refere a estimativa de que ocorram no mundo cerca de 70 mil relações sexuais por minuto, enquanto o número de nascimentos no mesmo período, limita-se a aproximadamente 209.

Segundo (BERALDO,2003) desde a antiguidade a sexualidade vem gerando polêmicas, mexendo com a sensação e fantasia das pessoas, associada a coisas feias, inconvenientes e impróprias. Apesar da revolução sexual, da globalização e dos meios de comunicação terem contribuído para uma modificação nas atitudes morais e nas questões ligadas ao gênero sexo e sexualidade, esse assunto ainda assim continua sendo um tabu.

Quando se fala de sexualidade, pressupõe-se falar de intimidade, uma vez que ela está estreitamente ligada às relações afetivas. A sexualidade é atributo de qualquer ser humano, no entanto para ser compreendida, não pode ser separada do indivíduo com um todo (Parâmetros Curriculares Nacionais PCNs, BRASIL,1997).

A sexualidade mostra-se parte integrante e intercomunicante de uma pessoa consigo mesma e com as outras, demonstrada a partir de expressões diferenciadas, conforme cada momento de sua existência (STRECK,1999). Portanto, inclui muito mais do que simplesmente um corpo desenvolvido ou em desenvolvimento, apto para procriar e apresentar desejos sexuais, mas se caracteriza por ser uma forma peculiar que cada indivíduo estabelece, para viver relações pessoais e interpessoais, a partir de seu papel sexual. Desse modo, pode se entender a sexualidade como um instrumento relacional importante, embora não seja o único (TELAROLLI JÚNIOR,2007).

Na história da sexualidade humana podem ser evidenciadas concepções sobre a adequação do comportamento sexual e o papel sexual do homem e da mulher que têm refletido características próprias da cultura, política, economia e religião das civilizações, expressadas por valores sociais, através de elementos tais como o celibato e a virgindade, o prazer e a procriação dentro e fora do casamento, anteriormente considerados como pecaminosos e demoníacos e atualmente, ligados às necessidades vitais e ao plano psíquico. Tais concepções ainda levam em conta as escolhas pessoais, baseados no amor (GIDDENS,2003), de modo a ultrapassar o aspecto biológico e considerar o processo vivencial e educacional dos indivíduos, ao longo do tempo (MELO,2007).

A interferência da sociedade na sexualidade foi apontada por vários autores, entre eles (MARTINEZ,2008) que a descreve como uma manifestação social de atitudes e procedimentos, socialmente construídos, podendo existir para o autor, várias sexualidades em decorrência das várias sociedades. Encontra-se também, marcada pela cultura, assim como

pelos afetos e sentimentos, expressando-se com singularidade em cada sujeito, de modo a falar ao mesmo tempo do indivíduo e de sua cultura.

De acordo com (Conceição,2008) o preparo para o exercício da sexualidade começa na infância e que este depende largamente, do envolvimento dos pais. Essa perspectiva foi também compartilhada por (KNOBEL,2002) quando afirma que a partir do nascimento de uma criança em nossa sociedade, a família começa a diferenciá-la sexualmente através de roupas, cores, brinquedos e objetos. Desse modo, os pais sutilmente, se encarregam de ir impondo durante a infância, as diferenças entre meninos e meninas e a sociedade trata de acentuá-las, mediante elementos meramente externos. Porém, para o autor, a definição da identidade sexual só ocorrerá ao longo de um complexo processo biopsicológico e social, no qual as atitudes da família influem de maneira determinante.

Em seus comentários, (OKAWARA,2005) afirma que possivelmente, a influência mais poderosa sobre os efeitos psicosexuais pós-natais, imediatos e a longo prazo, em crianças nos seus primeiros 5 anos de vida, é aquela exercida diretamente pelos pais ou seus substitutos, mesmo que ainda, de forma inconsciente. Esses efeitos precoces constituem a base sobre a qual irá se desenvolver ou não, uma sexualidade adulta sadia. Se os fundamentos sexuais forem positivos em sua natureza, programas de educação sexual ministrados em épocas adequadas por instituições como a escola, servirão provavelmente para reforçá-los e assim, facilitar o desenvolvimento de uma personalidade sexualmente madura. Porém, nos casos em que tais fundamentos forem negativos, desde o nascimento até os cinco anos de idade, não importa quando fornecida, a informação sexual pouco contribuirá para corrigir essa deficiência (DORIN, 2008).

A partir de todos esses componentes, somados às vivências, experiências e aspirações, cada um compõe um quadro de como será sua orientação sexual e como ela será exercida. Assim, fica patente na literatura (DORIN, 2008), a diferença entre "sexo", que é essencialmente biológico, e "sexualidade", que envolve a maneira como cada indivíduo exerce seus componentes biopsicossociais. Desse modo, ela é constituída a partir de três elementos primordiais: o potencial biológico, a capacidade psicoemocional e o processo de socialização, sendo fruto da somatória desses três elementos: o biológico, o emocional e o social.

Desde 2003, Okawara conceitua a educação sexual como o processo de promoção do aprendizado sexual incluindo programas, sobre as três dimensões biopsicossocial referidas por (DORIN,2008) e acrescenta ainda, as dimensões intelectuais, espirituais e culturais.

Para (VITIELLO,2005) a sexualidade também tem a ver com desejo, busca de prazer inerente a todo ser humano, expressando-se a todo momento em cada gesto, atitude e comportamento. Esse mesmo autor ressalta que na medida em que se toma consciência de nosso "eu" e se julga com satisfação ou não o exercício de nosso papel sexual, adquire-se uma "identidade" masculina ou feminina, que em última análise, representa o fator psicológico do tripé sobre o qual se assenta a sexualidade. Completa ainda, o autor que se é a biologia quem faz os homens machos ou fêmeas e a sociedade (cultura) quem os molda como homens ou mulheres, é principalmente o psiquismo de cada um que dirige sua atuação no sentido de torná-los masculinos ou femininos.

Para Vitiello (2005) a tomada de consciência enquanto seres humanos, facilitou a incorporação de importante fator psicológico, o que veio se juntar aos já existentes, biológico e sociocultural, transformando a sexualidade. Então a sexualidade humana deixou de ser meramente, uma expressão biológica, como é entre outros mamíferos e se transformou numa expressão bio-psico-social, onde em certas situações, o componente psicossocial se torna mais importante.

Assim, segundo Vance (2012) ao nascerem, os homens e mulheres segundo o “tradicional” conceito de gênero, são meros portadores de órgãos específicos para a sexualidade e para a reprodução, o que os faz machos ou fêmeas. Desde então, a sociedade imprime padrões de comportamento adequados para cada sexo biológico, padrão que se convencionou chamar de "papel sexual" ou identidade sexual. É esse modelo desejável que a maioria dos homens procura cumprir, durante toda a vida e que faz deles, seres humanos, desde que nasçam, machos ou fêmeas e se tornem "homens" ou "mulheres". Tanto é que a maioria de suas atitudes e da maneira de exercitar até os mais singelos atos como coçar a cabeça, andar e falar é realizada cumprindo um papel pré-determinado, ao qual se adiciona apenas um pequeno componente pessoal.

Diante destas considerações, Sayão (2007) expressa à concepção de gênero como:

Gênero na visão tradicional pode ser definido como aquilo que identifica e diferencia os homens e as mulheres, ou seja, o gênero masculino e o gênero feminino. De acordo com a definição “tradicional” de gênero, este pode ser usado como sinônimo de “sexo”, referindo-se ao que é próprio do sexo masculino, assim como do sexo feminino. (SAYÃO,2007, p.99).

Nos dizeres de Silva apud Mandu (2000) a construção da identidade de gênero e da sexualidade é um processo que ocorre ao longo da vida, sobretudo de modo assistemático, nos contatos da criança com os pais, familiares e com outros, quando valores e comportamentos sexuais socialmente estabelecidos passam a ser definidos e a se redefinir. A sexualidade e a identidade de gênero não se estruturam na adolescência, mas ao longo do desenvolvimento da criança, nas vivências – na interação com o meio, nos contatos físicos, nos vínculos afetivos com os pais e amigos, no brincar, nos jogos sexuais, nas descobertas, na criação, nos processos de estruturação das relações de dependência e independência e da identidade masculina/feminina.

Dorin (2008) afirma que ao contrário do conceito “tradicional” de gênero, ninguém nasce homem ou mulher, mas sim machos ou fêmeas, sendo a sociedade que irá transformá-los em homens ou mulheres, o que foi confirmado nos trabalhos de Vitiello (2005).

Conforme afirma Merleau – Ponty (1971), “é a história sexual de um homem que mostra a chave de sua vida, pois na sexualidade do homem se projeta a sua identidade de gênero e a maneira de ser com relação ao mundo, no que diz respeito ao tempo e aos outros homens”.

Embora assistindo a importantes modificações nestas últimas décadas, a sexualidade continua ainda muita velada, não obstante tenha sempre estado presente nas relações entre os seres humanos, mesmo que de um modo não consciente.

Segundo Foucault (1977), a sexualidade se coloca não apenas no palpável, mas também se expressa dentro de valores e padrões de "normalidade" impostos na convivência social.

2.1.1 – Aspectos Biopsicossociais

Dorin (2008) ao analisar o saldo da dinâmica entre os três elementos primordiais da sexualidade: o biológico, o psicológico e o social, descreve a criação inevitável de conflitos na constituição da sexualidade humana. Ressalta o autor, que para se entender a natureza desses conflitos é preciso ter em mente a existência de duas forças antagônicas. De um lado, a necessidade sexual básica, cujos mecanismos fisiológicos de resolução nem sempre coincidem com as normas vigentes de cultura (nem sempre aquilo que se quer fazer, pode-se ter ou realizar) e de outro lado, o fato de que, como seres sociais, os homens tem que se adaptar às regras de convivência.

Aranha & Martins (2007) confirmam que a sexualidade não é apenas expressão do corpo biológico; não se restringe apenas ao resultado do funcionamento glandular. Ela é também a expressão do ser que deseja, que acolhe e se comunica com o mundo e com o outro. A sexualidade para esses autores é uma “linguagem mais humana quanto mais pessoal for”.

Ao invocar a sexualidade como um “dispositivo histórico”, Foucault (1989), a coloca como uma invenção social, uma vez que se constitui, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre o sexo, que para o autor regulam, normatizam, instauram sabores, e produzem “verdades”.

Para ele, duas estruturas mentais importantes ajudam a administrar esses conflitos: o funcionamento intelectual e a capacidade adaptativa; ambos responsáveis pela aprendizagem dos códigos de comportamento social e pela incorporação dos valores embutidos nesses códigos. Além disso, possibilitam ao ser humano a utilização de mecanismos compensatórios que favorecem e estimulam a adaptação, tais como o lazer, as relações sociais, o investimento pessoal e profissional e, sobretudo, as experiências com relacionamentos afetivos, os quais permitem usufruir de uma sexualidade mais ampla.

Telarolli Junior (2007) ao explorar os aspectos culturais da sexualidade revela que estes e os biológicos não se excluem mutuamente, nem são independentes; ao contrário, são inter-relacionados e interdependentes. Tal concepção leva a se descrever a sexualidade não só como característica exclusivamente biológica, nem tendenciosamente pertencente apenas à cultura; mas, como uma interação entre estes dois aspectos, na qual tanto os processos culturais como os biológicos se retroalimentam, num “feed- back” mútuo que os mantêm atuantes.

Considerando-se as propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais PCNs (BRASIL,1997) deve-se adequar o programa de orientação sexual à realidade social, econômica, religiosa e histórica daqueles indivíduos que serão orientados. Alguns assuntos são fundamentais e considerados de extrema importância na formação do conceito pedagógico biológico e da sexualidade: processos reprodutivos sexuais e assexuais, conhecimento de células especializadas para a reprodução (gametas), tipos de fecundação (externa e interna), além da proteção ao embrião e o cuidado dos pais com os filhos; anatomia e fisiologia dos aparelhos reprodutores masculino e feminino, com enfoque as transformações do corpo, decorrentes da puberdade e às alterações hormonais que surgem no corpo do menino e da menina, que podem levar interesse pelo sexo oposto, na busca do prazer e do ficar; mecanismos da concepção e os diferentes métodos contraceptivos, relacionando os já existentes e usuais no país, suas indicações e contra indicações, grau de eficiência e implicações para a saúde reprodutiva e bem estar sexual; a gravidez precoce e as consequências físicas, psicológicas, econômicas e sociais para uma adolescente, diante desta inesperada situação; o aborto e as consequências para quem o pratica, associado às informações sobre partos, natural e cesáreo, constituem-se de fundamental importância para a saúde sexual e reprodutiva, juntamente com os cuidados necessários para sua promoção pelos indivíduos; o conteúdo ligado às ISTs/AIDS deve ser trabalhado, como forma de salientar que a sexualidade é algo ligado ao prazer e a vida e não à doença ou morte, além de enfatizar a promoção da saúde e condutas preventivas.

Aspectos psicológicos e emocionais que colaboram na origem da sexualidade, são identificados através da teoria psicanalítica ou freudiana, a qual afirma que a criança entre três e cinco anos de idade, utiliza uma simbologia própria e a sua identificação sexual é um fenômeno que ocorre nesta faixa etária.

Para Freud (1978) a sexualidade infantil, é proposta como um pano de fundo explicativo, que determina a vida psíquica do indivíduo, revelando que a natureza psíquica da sexualidade está ligada ao prazer subjetivo e não mais à reprodução e que todos os problemas relacionados à sexualidade infantil, geram traumas, conflitos e distúrbios, que interferem grandemente no comportamento sexual do adulto.

Outro aspecto é ressaltado por Telaarolli Junior (2007), quando refere ser impossível falar em sexualidade sem chamar a atenção para a importância da herança cultural que se recebe dos antepassados, incluindo os aspectos morais capazes de determinar em cada época,

quais os padrões de sexualidade considerados normais. Assim as sociedades humanas vêm os padrões herdados se modificarem, resultando em novos comportamentos, desejos e valores, finalizando numa nova sexualidade.

Por isso Telaarolli Junior (2007), revela ser necessário desvincular o sexo biológico (conjunto de características físicas e biológicas que diferenciam homens e mulheres) do papel sexual. Este não limitado à natureza biológica do sexo; reflete a expectativa que a sociedade tem em relação ao comportamento e às atitudes das pessoas de um determinado sexo. O papel sexual encontra-se em permanente transformação; os padrões sociais de comportamento e identidade sexual não são fixos e vão lentamente, se modificando em decorrência de um conjunto de intervenções culturais, que são próprias de cada sociedade e de cada época.

Para Telaarolli Junior (2007), sexo biológico e papel sexual são alguns aspectos fundamentais da identidade sexual, com grande influência na forma como se vive a sexualidade: o vasto conjunto de ideias, desejos, fantasias, tabus e práticas sobre a atividade sexual, o prazer de homens e mulheres e a forma como as pessoas se desejam e respondem aos estímulos sexuais.

Dentro desta abordagem holística, pode-se dizer que sexo é a expressão biológica que define um conjunto de características anatômicas e funcionais, genitais e extra genitais, e a sexualidade é uma forma mais ampla; é uma expressão sociocultural e psíquica. Portanto, o trabalho que propõe uma orientação sexual ou análise da percepção do que seja sexualidade, deve considerar a sexualidade nas suas três dimensões: biológica, psico - emocional e histórico - cultural.

2.1.2 – Relações de Gênero

“A verdadeira viagem do descobrimento não consiste em procurar novas paisagens, mas em ter novos olhos” (Marcel Proust).

Nesse item, procuramos problematizar a expressão relações de gênero. O debate teórico sobre gênero tem sido marcado pelo contraste entre pelo menos duas grandes posições: uma, essencialista, mais estritamente ligada a questões biológicas e naturais para explicar comportamentos, diferenças, relações e hierarquias entre mulheres e homens; e outra que entende gênero como organização e construção social dessas relações. Entre essas duas

grandes tendências, há uma gama de possibilidades que assumem formas diferenciadas e subsidiam explicações tanto biológicas quanto construcionistas.

Nicholson (2000) resumiu essas formas de entender e utilizar o conceito de gênero em três categorias: o determinismo biológico, o fundacionalismo biológico e o construcionismo social. Falamos em determinismo biológico quando um fenômeno específico é considerado inteiramente como consequência de fatores biológicos (NICHOLSON, 2000). Uma explicação determinista biológica considera, por exemplo, que todas as mulheres, independentemente de seu contexto cultural, são maternais, sensíveis e ligadas à casa, à vida doméstica, ao cuidado dos filhos, pois todas possuem um corpo que reproduz.

O fundacionalismo biológico é uma categoria intermediária, que tem fundamento na biologia e ao mesmo tempo na construção social. Segundo Nicholson (2000, p.12-13), “o fundacionalismo biológico permite que os dados da biologia coexistam com aspectos da personalidade e comportamento”.

O construcionismo social surge nos anos 1980 e entende gênero como uma construção social, cultural e histórica. Não há características que emanam dos corpos masculinos e femininos essencializando o que é ser mulher e o que é ser homem. Ser mulher ou ser homem na abordagem construcionista social depende de outros fatores, como classe, raça/etnia, da sociedade em que ela vive, do tempo histórico, da idade, entre outras coisas.

No Brasil, o termo relações de gênero aportou na década de 1980, por meio do movimento feminista, quando pesquisadoras brasileiras, ao entrarem em contato com estudos internacionais, foram inspiradas a tomar conhecimento e a estudar a construção social deste conceito, questionando o que é “natural” para cada sexo. (AUAD, 2006).

Para (AZEVEDO, 2015) se faz necessário trazer aos alunos reflexões, referentes ao campo do debate de gênero nas escolas. Para podermos entender como se constroem as relações sociais desiguais entre homens e mulheres, fruto do sistema patriarcal/capitalista. A escola, como formadora de opiniões, tem o dever de estabelecer relações igualitárias e respeitadas, problematizando discussões a cerca das diferenças entre cidadãos (ãs). Para haver o convívio respeitoso entre seres humanos, no combate as exclusões, dominações e tantas outras formas de preconceitos existentes na sociedade. Começando desnaturalizar, as

opressões que se têm na educação “tradicional” escolar com a introdução da discussão da temática em questão.

A produção de nossa existência tem bases biológicas que implicam a intervenção conjunta dos dois sexos, o macho e a fêmea. A produção social da existência, em todas as sociedades conhecidas, implica por sua vez, na intervenção conjunta dos dois gêneros, o masculino e o feminino. Cada um dos gêneros representa uma particular contribuição na produção e reprodução da existência. Para (JESUS, 1997) poderíamos nos referir aos gêneros como obras culturais, modelos de comportamento mutuamente excludentes cuja aplicação supõem o hiperdesenvolvimento de um número de potencialidades comuns aos humanos em detrimento de outras. Modelos que se impõem ditatorialmente às pessoas em função do seu sexo. Mas esta só seria uma aproximação superestrutural do fenômeno dos gêneros.

Segundo (AZEVEDO, 2015) para que não se crie no âmbito escolar relações de poder, é preciso que haja uma formação aonde leve os discentes a pensar criticamente a condição da mulher na sociedade, desnaturalizando as desigualdades sociais, construídas historicamente pelo patriarcado e não atribuindo essas diferenças a fatores e condições biológica ou física. Isso se dá estabelecendo relações iguais, em que ambos os sexos desenvolvam suas potencialidades, numa sociedade para além das relações de poder econômico, e não existam explorações e dominações sociais.

Atualmente a discussão acerca do tema gênero tem extrapolado os limites de questões exclusivamente feministas atingindo a questão do gênero. Entretanto, muitos estudos ainda tendem a desconsiderar a diferença entre sexo e gênero, deixando de lado a enorme complexidade do assunto, que, para avançar em amplitude e profundidade, necessitam avançar para além das questões estritamente biológicas.

2.1.3 – Identidade de Gênero

Para (ALTMANN, 2001), a identidade de gênero se refere ao gênero com que a pessoa se identifica (ou seja, se ela se identifica como sendo um homem, uma mulher ou se ela vê a si como fora do convencional), mas pode também ser usado para referir-se ao gênero que certa pessoa atribui ao indivíduo tendo como base o que tal pessoa reconhece como indicações de papel social de gênero (roupas, corte de cabelo, etc.).

Porém segundo (CABRAL, 2005) convém destacar que diversas vezes a identidade de gênero é normalmente confundida com a orientação sexual. Como exemplo, é muito comum as pessoas travestidas serem consideradas como homossexuais, pois, o fato dessas pessoas portarem, em seus corpos, elementos mais femininos ou masculinos, leva a grande maioria das outras pessoas a afirmarem que o travesti se sente, necessariamente, atraída pelo mesmo sexo. Na realidade, o(a) travestido(a) pode se sentir atraído(a) (orientação do desejo) tanto por homens, quanto por mulheres e por outras travestis. Ser travesti não determina a orientação do desejo da pessoa.

Segundo (GHERPELLI, 1992) a defesa por um modelo de educação baseado na convivência e na pluralidade não implica a imposição de padrões de vida a crianças e adolescentes, tampouco violam direitos fundamentais desses sujeitos. Ao contrário, tal defesa se inspira exatamente na salvaguarda e na promoção de direitos fundamentais previstos no ordenamento jurídico, tendo em vista direcionar-se à construção de um ambiente escolar, como também extraescolar, fundamentado no respeito e na dignidade de toda e qualquer pessoa humana.

Para (LOURO, 1998) não se pode negar uma escola em que estudantes possam trazer conhecimentos aprendidos em casa e dialogar com aqueles dos currículos escolares. Em verdade, essa parece ser a intenção daqueles que pretendem fugir do debate, ao fomentar um novo formato de censura, em que tudo que extrapola o senso comum é tido como doutrinação ou ideológico.

Para (LOPES, 2013) é justamente na narrativa daquilo que se vem chamando no Brasil por “ideologia de gênero” que se encontram amarradas as tratativas para aprovação de projetos de lei municipais e estaduais defendendo uma Escola sem Partido, bem como as tentativas de barrar a discussão acerca da identidade de gênero em sala de aula.

Segundo (JESUS, 1997) seus defensores acreditam que os debates promovidos em torno das questões de gênero e diversidade sexual na sociedade seriam capazes de realizar uma espécie de erotização de crianças e adolescentes, os quais teriam sua identidade de gênero e orientação sexual manipulados pelo simples fato de se conversar a respeito da temática. A “ideologia de gênero” representaria, assim, um tipo de imposição ideológica de padrões que, na verdade, deveriam ser evitados, quando não reprimidos. Tais padrões, por sua

vez, estariam contidos nas discussões a respeito das discriminações sofridas por pessoas LGBTI no espaço escolar, nos debates acerca da violência direcionada a meninas e mulheres dentro e fora dos muros das escolas, na tentativa de construção de espaços em que as pessoas se sintam acolhidas e não evitadas ou reprimidas.

Para (KNOBEL, 2002) os defensores da ideologia de gênero, não se dão conta de que esses episódios de violência supra mencionados, e cotidianamente vividos na escola, sejam reflexos da imposição de um padrão único de viver na sociedade. Basta se atentar para o transcurso do ano letivo: dividir a turma em dois blocos, um de meninas e outro de meninos. Elas para atividades esportivas “delicadas” como o vôlei, eles para “coisa de homem” como o perigoso futebol. Aquelas com maior sensibilidade para as “disciplinas de humanas”, enquanto aqueles naturalmente talentosos para a dureza das “disciplinas de exatas”. Roupas e acessórios com cores adequadas a cada gênero. Nas festas juninas, um casamento somente entre menina e menino, sem levar em conta outras opções.

Para o autor tudo isso flui naturalmente nos espaços escolares, reforçando um padrão discriminatório de vida tido como o correto e, no entanto, não é tido como “ideologia de gênero”. Entretanto, cabe aqui a pergunta que subjaz a todas essas práticas: e quanto àqueles e àquelas que fogem aos padrões ideais de menina e de menino?

Segundo (OLIVEIRA, 2009) relatos de bullying na escola, violência e suicídio envolvendo crianças e adolescentes que fogem desse padrão já fazem parte do cotidiano social. Questionar a perversidade desse modelo, apontar suas falhas, sinalizar para as violências que dele decorrem é o que se pretende com as discussões a respeito de gênero e diversidade sexual nas escolas.

2.2 – A Orientação Sexual e a Educação Sexual

2.2.1 – Educação Sexual

São encontrados na literatura, o uso de diferentes denominações ligadas à sexualidade humana, principalmente no que diz respeito às terminologias relativas à educação sexual e à orientação sexual. Tais referências são consideradas por Figueiró (2005) como decorrentes das diferentes visões filosóficas, pedagógicas e metodológicas dos autores da área sobre o assunto.

No sentido de sugerir a padronização dos termos, Figueiró (2005) propõe o uso da terminologia educação sexual, por considerar que essa expressão dá ao educando um lugar de sujeito no processo de aprendizagem. Para a autora, o termo orientação situa aquele que aprende num lugar de simples receptor de conhecimentos e/ou orientações fornecidas pelo professor.

Gherpelli (2002), pesquisadora em Saúde Pública, define educação sexual como meio formativo capaz de elaborar na personalidade da criança, atitudes relativas ao sexo, desde o nascimento até o final da vida. Afirma a autora, que os pais, de maneira informal, passam a seus filhos valores culturais, sociais e religiosos. Vaz (2006) confirma que a educação sexual é um processo que ocorre ao longo de todo o ciclo de vida do indivíduo, no qual sua aprendizagem interage com outros processos educativos. Esse autor reafirma a posição de Gherpelli (2002) em relação à informalidade do processo de educação sexual, quando se refere que este não necessita de programação para que ocorra na vida do ser humano: pode ser determinado pelas experiências do cotidiano.

À semelhança de Gherpelli (2002), também Vaz (2006), considera que o indivíduo sofre diversas influências no seu desenvolvimento, quer seja no contexto familiar, cultural ou social, adquirindo assim, atitudes e comportamentos relativos à sexualidade de acordo com os valores transmitidos, favorecendo determinados modelos de sexualidade, reais ou simbólicos, disponíveis no contexto da vida do indivíduo, que motivam a aprendizagem da educação sexual informal.

Quanto à educação sexual intencional, Vaz (2006) se manifesta revelando que sua aprendizagem, ocorre a partir de uma estrutura coerente, com atividades programadas em consonância com os conteúdos propostos, buscando a “consciencialização” da aprendizagem. Para ele, a educação sexual intencional pode ser formal ou não-formal, diferenciando-as a partir da integração curricular. Na formal, assume-se o contexto escolar, a partir de um processo intencional programado pelo currículo escolar, embora para o autor nesse caso, a “educação sexual não existe ou existe de forma deficitária”. Já na educação sexual intencional não – formal é viabilizada a educação sexual através de agentes alternativos, uma vez que se desenvolve fora dos currículos escolares; esse tipo de educação sexual intencional não – formal corrige distorções da educação sexual informal e insuficiências da educação sexual intencional formal.

Essa maneira informal com que ocorre a educação sexual é também a visão de Suplicy (2005), que a refere como um processo no qual se permite incorporar valores, símbolos, preconceitos e ideologias, desde a gravidez, quando começa a função educativa dos adultos, uma vez que suas expectativas para com a criança, influenciarão o comportamento sexual futuro dela. Na infância, a principal influência recebida pela criança é a atitude dos pais e dos colegas frente à sexualidade, refere Suplicy (2005). Assim, essa criança terá, uma visão particular sobre sexualidade, a partir daquilo que a família provê, de sua carga genética e do processo de socialização, podendo fazer suas experiências e escolhas.

Desse contato cotidiano da criança principalmente com os pais, a partir do processo de socialização que se segue, da influência da mídia e dos grupos sociais, vai se formando a sexualidade da criança, que para Suplicy (2005) fundamenta sua definição de educação sexual: “um processo de vida, que permite ao indivíduo se modificar, se reciclar ou não, e só termina com a morte”.

Também para Pinto (2009), a base da educação sexual está em casa, qualquer que seja a sociedade e se inicia antes mesmo da criança emitir os primeiros balbucios, continuando pela vida afora com palavras, gestos e atitudes dos que convivem com ela. Para o autor, a educação sexual é função da família e ocorrerá quer a família queira, quer não; é no contato com as atitudes – conscientes ou não, verbais ou não, dos pais e familiares com a criança, que a mesma desenvolve a capacidade amorosa e a capacidade erótica que a acompanharão durante a vida, podendo ser influenciada, transformada ou não por outras experiências de vida. São os pais os principais educadores sexuais dos filhos; ninguém pode substituir o papel da família.

Werebe (2008) compreende que o termo orientação sexual se presta a ambiguidades, por ser entendido muitas vezes, como a orientação que o indivíduo estabelece em relação à sua sexualidade. Baseada nessa concepção, a estudiosa passa a utilizar, a partir de 1981, somente o termo educação sexual, argumentando que: “a expressão educação sexual parece ser a mais indicada para designar a prática educativa intencional em matéria de sexualidade”. Ainda segundo a autora, a educação sexual seria a ação desencadeadora de possíveis reflexões filosóficas e éticas, cabendo à orientação sexual uma neutralidade, onde os objetivos se restringiriam às informações mais biológicas, atribuindo à escola a competência de apenas

informar o aluno a respeito das questões sexuais e, à família, a responsabilidade de educar sexualmente.

Para Werebe (2008), a educação sexual deve ser entendida em dois sentidos; um mais amplo e outro mais restrito. Dentro do entendimento mais amplo, a educação sexual é definida, da seguinte forma:

“Todas as ações, diretas ou indiretas, deliberadas ou não, exercidas sobre o indivíduo (ao longo do seu desenvolvimento), que lhe permite situar-se em relação à sexualidade em geral e à sua vida em particular”.

Assim, para a autora, a princípio todos os professores, preparados para tal, de todas as disciplinas, podem ministrar a educação sexual em sala de aula, consciente ou não, da mesma forma que ensinam o idioma de seu país no momento em que ministram suas aulas.

Por outro lado, a educação sexual num sentido mais restrito, é entendida pela autora como uma “intervenção deliberada e sistemática, com intenções que podem ser mais ou menos explicitadas”. Dessa forma para Werebe a educação sexual – essencial na formação do indivíduo – é um processo global que envolve momentos de ações não-intencionais, onde a mesma é reflexo das inter-relações do cotidiano do indivíduo, quer seja na família ou na escola, e de ações intencionais, onde as intervenções são deliberadas e, em geral, planejadas.

2.2.2 – Orientação Sexual

É de GherPELLI (2002), pesquisadora em Saúde Pública, um dos primeiros esclarecimentos sobre a concepção de orientação sexual, que a define como:

“Uma intervenção de caráter preventivo e tem como objetivo ajudar o indivíduo a incorporar significativamente, a sexualidade em sua vida presente e futura, proporcionando-lhe um conjunto de informações integradas e clareando valores e atitudes que poderão instrumentá-lo para ajustar e determinar escolhas com relação a sua sexualidade” (GHERPELLI, 2002, p.148).

Para Vitiello (2002), a orientação sexual se ampara na experiência e no conhecimento do educador como fatores fundamentais para o bom desenvolvimento desse processo, ajudando o orientando a analisar diferentes opções e tornando-o apto a descobrir novos caminhos.

De acordo com Suplicy (2005), a orientação sexual pretende lidar com as angústias, confusões e medos do adolescente, desencadeados por conflitos e pressões. Essa autora entende que a orientação sexual abre a perspectiva de um espaço para o adolescente, que o possibilite conversar sobre assuntos que dizem respeito à sua sexualidade. Refere ainda, a escola como sendo o local onde os adolescentes possam trazer suas dúvidas e preconceitos e encontrem informações que o levem à reflexão, salientando também que todo trabalho educacional deve ser conduzido por professores competentes e adequados a orientar sexualmente seus alunos, pois a autora entende a orientação sexual na escola, como uma intervenção pedagógica e sistemática na área da sexualidade, capaz de favorecer a reflexão mediante a problematização de temas polêmicos, permitindo a liberdade de expressão, promovendo um ambiente acolhedor e de respeito.

Diante destas considerações, Suplicy (2005) expressa a concepção de orientação sexual como:

Processo formal e sistematizado que se propõe a preencher as lacunas de informação, erradicar tabus e preconceitos e abrir a discussão sobre as emoções e valores que impedem o uso dos conhecimentos. A orientação sexual, além de assegurar o conhecimento das informações biológicas, deve possibilitar sobretudo a conversa sobre sexo num sentido mais amplo, abrangendo as emoções e o amadurecimento que sua vivência traz (SUPPLICY,2005, p.8).

A escola é considerada como lugar ideal para ocorrer a orientação sexual, também por Pinto (2009) ao referir que a orientação sexual na escola possibilita ao jovem se posicionar de forma consciente e criativa, permitindo que ele descubra e desenvolva suas próprias capacidades sexuais, como também facilita o desenvolvimento de seu potencial como ser sexual e social.

A reflexão sobre as considerações dos autores consultados aponta para duas vertentes: uma, na qual pesquisadores como Vaz (2006) e Werebe (2008) propõem na educação sexual uma intervenção deliberada e sistemática, que deve ocorrer ao longo da vida e inclui também, momentos em que ações sejam não intencionais, considerando as inter-relações do indivíduo com o seu cotidiano e nesse sentido, Werebe (2008) parece atribuir à educação sexual o caráter educativo, intencional, capaz de oportunizar reflexões éticas e filosóficas, enquanto por outro lado, a orientação sexual é concebida por Suplicy (2005), como uma intervenção neutra, de objetivos mais restritos ao caráter biológico, capaz de proporcionar uma abertura aos adolescentes para que possam discutir suas angústias, dúvidas e medos, indicando a escola e também grupos de estudos como locais adequados para que ela ocorra.

Outra vertente, enfoca a educação sexual construída a partir das influências familiares, culturais e sociais que o indivíduo sofre durante seu desenvolvimento, como valores que orientam de maneira informal a sexualidade Vaz (2006) e Werebe (2008).

Vaz (2006) refere ainda, a educação sexual intencional formal como aquela estruturada de forma contínua dentro dos currículos escolares, com os conteúdos sendo desenvolvidos por professores e a educação intencional não formal, que se desenvolve na escola através de eventos pontuais, sem vínculo com o currículo escolar.

Assim, a literatura evidencia autores que se utilizam da caracterização de um processo contínuo e sistematizado com inferência cultural, da família e da sociedade, como educação sexual, enquanto outros autores enfocam que esta pode ocorrer informalmente, dentro da própria família. Também, a orientação sexual pode ser definida por alguns autores, como aquela que ocorre na escola, considerando aspectos ligados à biologia, com a intenção de resolver dúvidas e conflitos dos alunos, enquanto para outros esse mesmo processo é referido como educação sexual.

Quando se consulta os PCNs (BRASIL,2007), pode se observar que a terminologia utilizada em sua proposta refere-se à orientação sexual, em acordo com a maioria dos autores investigados com exceção de Vaz (2006), para o qual a concepção assemelha-se aos PCNs (BRASIL,1997), embora o autor se utilize do termo educação sexual.

2.2.3 - A Sexualidade e a Mídia

Um dos aspectos que a mídia, ao explorar a sexualidade, causa nas pessoas mais velhas, é apontado e ressaltado por Gouveia (2000), como sendo a grande surpresa em ver que assuntos tão íntimos, considerados tabus e, portanto, não elaborados, perderem a individualidade e serem generalizados com a maior facilidade, sem qualquer explicação. Contrariamente, para as gerações mais novas, a convivência diária com esses assuntos, torna-os tão visualmente introduzidos em suas cabeças, que estas gerações até desconhecem a necessidade de explicações a mais, considerado - os como normais e naturais.

Muito se fala atualmente, em educação sexual nas escolas e nas famílias. Pesquisas também provam que a maioria das famílias, não preparadas quanto à sua sexualidade, também

não estão aptas a preparar seus filhos. Essas pesquisas permitem concluir que a grande influência dos meios de comunicação no campo da sexualidade, não é a consequência imediata do que é visto, mas sim resultado do que não é mostrado e que desligar os aparelhos, não é a solução, sendo necessário discutir o que é realidade e o que é ficção, para se chegar a momentos enriquecedores (GOUVEIA,2000). Observa ainda o autor que, se de um, lado a influência dos meios de comunicação no desenvolvimento da sexualidade pode ser maléfico, a mesma pode representar também, momento que permite abertura para o diálogo e a aproximação entre pais e filhos. O autor toma como exemplo uma atriz de linhas perfeitas e seios invejáveis, que ao desfilar durante o carnaval, embora represente para ela o seu momento de glória na passarela; pode também ser o momento de se conversar com os filhos, ressaltando que não é preciso ser sempre jovem e linda, para amar intensamente; procurando se rever padrões de comportamento.

As mensagens de apelo sexual existentes nos meios de comunicação, que banalizam o corpo e a sexualidade, na divulgação e venda de produtos de consumo, devem ser considerados na orientação sexual, quer seja ao nível familiar ou escolar. Esses apelos veiculados pelos meios de comunicação têm sido apontados por Lopes & Maia (2003), como elementos que dificultam o processo de educação sexual.

Além de expressiva participação nos movimentos sociais como um todo, os meios de comunicação têm tido importante papel no que diz respeito ao exercício da sexualidade das pessoas em geral e principalmente, dos adolescentes. Evidentemente, sempre existiu essa influência; sendo no entanto, a partir das últimas três décadas é que ela mais se acentuou (VITIELLO,2003). Afirma o autor que a partir do final da década de 50 começaram a surgir, na Europa e nos Estados Unidos, uma série de movimentos que visavam a valorização do jovem, cuja tônica principal era mostrar a eles, sua importância na tomada de decisões. Nesses movimentos, buscava-se uma nova e mais justa ordem mundial; mostrando-se necessário combater a ordem social vigente, priorizando a liberação dos costumes sexuais.

Os meios de comunicação de massa, já bastante eficientes nessa época, ampliaram e muitas vezes dirigiram esses movimentos, passando a imagem de que a sexualidade deveria ser exercida sem qualquer tipo de barreira, em especial para mulheres jovens. E ainda, que as pessoas deveriam buscar manter uma vida sexual intensa e frequente, chegando a olhar as mulheres virgens como “anomalias” ou como lamentáveis portadoras de grave doença.

Porém, Vitiello et al. (2003) referem-se os movimentos sociais, como notavelmente pendulares, na história da humanidade, ocorrendo períodos de liberação acentuada, substituídos por épocas mais repressoras que, após algum tempo, cedem lugar a novos períodos de liberação. Sendo assim, com o passar do tempo, aquela visão extremamente liberal foi tornando-se cada vez menos radical, processo este acentuado pelo advento da AIDS, que levou a uma fase, ainda não ultrapassada de repressão sexual. Aquela visão de liberdade sexual dos anos 60, entretanto, deixou como “sequela” um culto ao corpo e à sensualidade do qual até hoje, os meios de comunicação usam e abusam. Embora a liberação sexual não seja mais explicitamente defendida, implicitamente é ela ainda utilizada como “argumento” de vendas (para se vender qualquer coisa, de cigarros a eletrodomésticos, usam-se a nudez parcial ou até a nudez total).

Por outro lado, Vitiello et al. (2003) referem-se que os meios de comunicação ainda não foram enxergados, quanto à sua eficácia, como auxiliar da orientação sexual. Na opinião desses autores, embora algumas propostas sejam de valor e os profissionais competentes, ainda não foram criados matérias que levassem a resultados significativos.

Pesquisas relacionadas à influência da mídia na sexualidade foram realizadas por Schiavo et al. (2007), que ao analisarem programas de televisão aberta, veiculados em horário nos quais as crianças assistem, observaram que na maioria destes programas são passadas mensagens negativas e/ou depreciativas em relação ao papel sócio-sexual feminino, reafirmando os estereótipos de gênero.

Concluíram que deve haver uma seleção por parte da família, com base em uma postura crítica em relação ao material veiculado, uma vez que a televisão se tornou um importante veículo de transmissão de crenças e valores. Nesse sentido, as mais diversas mensagens, que entram nos lares, geralmente sem fins educativos, deveriam obedecer a critérios éticos e educacionais.

A mídia representada nas suas mais diversas modalidades: jornais, televisão, revistas, internet, mostra segundo Werebe (2008), os temas ligados à sexualidade, de modo parcial e pouco aprofundado, refletindo o que se passa na sociedade. Existe para o autor, uma aparente liberalidade, mas na verdade, ainda não há espaço adequado para uma reflexão e discussão de tema de forma abrangente e próximo do cotidiano. Esse mesmo autor ainda em 2008,

salientou que a mídia desenvolve um papel negativo e outro positivo na elaboração de programas que tratam da sexualidade. Negativo, quando no caso de filmes, novelas, revistas, painéis entre outros, são idealizados estereótipos longe da realidade dos alunos e positivo, quando se pode observar, nas campanhas de prevenção à AIDS na televisão, o enfoque preventivo à doença ou ainda, quando abordam os diferentes aspectos da sexualidade. No entanto, as repercussões destas campanhas, quer negativas ou positivas necessariamente, devem ser consideradas para aproximar o programa da realidade vivida pelos adolescentes.

Portanto, Werebe (2008) ressalta que ao se tratar da sexualidade humana em sala de aula, deve-se abordá-la, utilizando das mensagens transmitidas pela família, colegas, amigos e pelos professores, sem deixar de considerar também as mensagens da mídia e demais instituições da sociedade, incluindo suas repercussões e consequências. Trata-se portanto, de preencher lacunas nas informações que crianças e adolescentes já possuem e, principalmente, criar a possibilidade de formar opinião à respeito do que lhes está sendo ou foi apresentado.

Ao analisar a influência que os diversos segmentos da mídia, principalmente a internet, efetua sobre os adolescentes, Santos (2000) se refere à crítica sobre as campanhas preventivas e repensa o que se pretende com as mesmas. Para o autor, a maneira como estão sendo realizadas, as campanhas não propiciam a reflexão do jovem sobre sua própria sexualidade e importância de se prevenir contra doenças; e sobretudo, não valorizam a afetividade e o emocional. Completa o autor que, esses programas superestimulam precocemente a sexualidade, através de excessiva exposição do corpo, veiculação de filmes e cenas erótico-pornográficas, banalizando sua concepção. Além disso, as novelas que de modo geral deveriam retratar a realidade, acabam mostrando o estereótipo do rapaz másculo, viril e sedutor, e da mocinha, em geral atraente e frágil, o que tende a reforçar as diferenças entre gêneros.

2.3 – Aspectos Históricos do Gênero e da Sexualidade

Levando-se em consideração questões econômicas, políticas, sociais e religiosas, a sexualidade humana evidencia características próprias, conforme o período em que é analisada.

2.3.1 – Pré-história

Nos primórdios da civilização humana, quando o homem era eminentemente herbívoro agricultor e havia o amplo domínio da sociedade matriarcal, a fertilidade do solo estava intimamente ligada a fecundidade da mulher. Para se obter bons resultados agrícolas, a semeadura deveria ser feita pela mulher, sendo o papel do homem secundário, conforme descrito por Nunes (2007), em seu livro “Desvendando a Sexualidade”, no qual o autor admite que a agricultura tenha sido uma descoberta feminina.

O papel preponderante desempenhado pela mulher na agricultura, no começo e até hoje em determinadas civilizações, parece estar ligado à sua fecundidade, de modo que ela adquiriu o prestígio de poder influir na fertilidade e de distribuí-la.

Segundo o autor isto ocorreu porque homens estavam ocupados com a caça e nos cuidados com o gado, ficando ausentes, enquanto as mulheres tinham a oportunidade de observar fenômenos naturais de sementeira e germinação e de tentar reproduzi-los artificialmente.

2.3.2 – Antiguidade

Nesta etapa, Nunes (2007) refere que o sexo perde o seu caráter místico e passa a ser mais conhecido e controlado, tornando-se mais racionalizado. Esta fase inicia-se com o surgimento das civilizações urbanas no mundo antigo, aparecendo como destaque especial o povo grego.

Surgem os dois sexos: o reprodutor, onde a figura principal passa a ser a mãe e o sexo da mulher instruída nas artes do amor, no qual aparece a prostituta, sendo introduzida a noção de prazer carnal. Neste momento, com a divisão do trabalho social, o homem usurpa certos privilégios da mulher, tomando em suas mãos o controle de produção e da reprodução da vida. Este autor revela que ocorre ainda, entre os gregos o chamado “padrão norma” de homossexualidade masculina, no qual os homens eram separados entre aqueles que recebiam educação exclusivista, onde se exaltava os valores masculinos, surgindo então os exércitos e a organização dos negócios.

Na sociedade grega, a relação sexual homem e mulher visava quase que apenas a procriação, sendo que os jovens guerreiros gregos eram iniciados ao prazer, através de relações sexuais no exército com oficiais de maior patente ou na vida civil com pessoas ou mestres mais velhos. Destaca-se ainda na sociedade grega que as meninas eram educadas para as tarefas domésticas e preparadas para se casarem logo após as primeiras menstruações e geralmente com homens mais velhos. Os meninos, contrariamente, eram desestimulados ao casamento antes dos 21 anos de idade e as masturbações eram condenadas pelo medo do enfraquecimento e perda de energia.

Segundo Cabral (2005), os gregos cultuavam a dominação das mulheres, tinham suas esposas para procriação, através de um casamento arranjado e outras mulheres como objeto de prazer; o conhecimento da sexualidade era passado dos homens mais velhos, considerados ativos, para os mais jovens considerados submissos e passivos; a função social desta pederastia grega era ensinar os rapazes a tornarem-se cidadãos sexualmente ativos através da passividade. As mulheres escravas eram comercializadas e as livres eram “arranjadas” para o casamento, a nudez, as carícias e a prostituição eram valorizadas, pois, o apetite sexual se satisfazia, indistintamente, com os dois sexos.

Desta época destacam-se as divindades do prazer, tais como: Vênus, Afrodite, Baco e aparecem também as técnicas e os estímulos sexuais, embora não se tenha valorizado a virgindade e o celibato.

Catonné (2011) cita que para os romanos o casamento é um ato privado, ou seja, não necessitando da intervenção de qualquer magistrado, civil ou religioso, para sancioná-lo. É um ato informal, não escrito, sendo tão fácil de fazer como desfazer. Afirma também o autor acima que o dinheiro é uma das principais razões para se casar: desposa-se um dote. Casa-se também para se ter descendentes legítimos, ainda que a adoção romana garanta a continuidade da linhagem do cidadão. O romano cultivava o gosto pela virilidade e nutre ódio com relação à passividade. O parceiro passivo deve, portanto, ser um escravo. Em Roma, o efebo de nascimento livre era substituído pelo escravo, que servia de parceiro sexual.

2.3.3 – Idade Medieval

Historicamente, a Idade Medieval aparece com a queda do Império Romano, ou seja no ano de 453 D.C. Nesta fase, emerge a Igreja Cristã, passando a ser o cristianismo, por ordem do imperador Constantino, a religião oficial no Império Romano.

Nunes (2007) relata que posteriormente aos romanos, os povos bárbaros conquistados por eles, serão conduzidos pelas normas e leis do cristianismo. Nessa época, inúmeras referências são feitas à sexualidade e principalmente, ao comportamento moral e sexual dos cristãos. Tais referências mostram como a sexualidade era vista como algo impuro e pecaminoso: surgiu um novo comportamento sexual, no qual o corpo passou a ser visto como o lugar da maldade demoníaca e o cárcere da alma. Nesse momento perde-se a dimensão do prazer e o sexo passa a ser o símbolo de pecado, sujeira e de maldade.

Conforme afirma Cabral (2005), a partir de então, passa a se condenar intensamente o sexo e se enaltece cada vez mais, o celibato sacerdotal, sendo este visto como ideal de perfeição e que o mesmo seria o ideal para que os homens pudessem retornar ao “paraíso”, além do que se constituía condição para subir na carreira religiosa. Esta era a concepção Agostiniana que defendia o efeito de diabolizar o sexo e forjar um ódio à mulher, símbolo da tentação. Os homens podiam casar-se uma vez só e depois ser padres, mas o sexo não era parte integral do casamento, admitia-se que fossem companheiros e tivessem filhos, não era conferido o direito de praticá-lo sem a intenção de procriar. A homofilia era considerada “contra a natureza”. A vida íntima era vasculhada, denunciada e punida; os castigos divinos da vergonha e culpa eram os meios para “civilizar” o Ocidente.

Condena-se o adultério e proibi-se o divórcio, ocorre intensa multiplicação de conventos e mosteiros, enquanto os clérigos, freiras e monges passam a um estado de completa abstinência. Assim, para enquadrar o homem nesta nova mentalidade, a igreja passa a utilizar o medo, as figuras do inferno e do juízo final. Nunes (2007) relata que para São Jerônimo, a mulher é “instrumento do demônio” usado para corromper os homens puros; o casamento uma falha humana leve de não-continência e o ideal celibatário, a plena realização do homem cristão, afirmando também este autor que para Santo Agostinho, o único meio de se justificar a sexualidade é a procriação. Essa doutrina passa a influenciar muito a igreja primitiva e a sociedade medieval, porém o celibato só é oficializado em 1139 no II Concílio de Latrão.

Ainda de acordo com Nunes (2007), mesmo com toda esta aversão à sexualidade, pode-se dizer que não havia ainda, um controle total da sexualidade. As casas não tinham quartos separados entre homens e mulheres, a linguagem sexual era rica e picante, havia sexo com animais e entre clérigos, eram comuns entre os povos os banhos públicos e a nudez. Ao mesmo tempo em que tudo era proibido, também era intensamente praticado, chegando-se a dizer que "se uma moça passasse na sombra de um convento, engravidava".

Essa mentalidade perdurou durante a Idade Média e a partir do Concílio de Trento, foram introduzidas novas modificações e impostas normas mais rígidas. A sexualidade popular é fortemente enquadrada sob o modelo de condenações no inferno, passando a figura do inferno, a ser bastante temida pelo povo. A igreja passa a incutir na mentalidade popular, que tal lugar está reservado para os "pecadores e fornicadores, prostitutas e pervertidos" e outras atitudes passaram a fazer parte da repressão sexual: queimavam e enforcavam clérigos e freiras pegos em pecado sexual e, homens e mulheres tinham suas partes sexuais queimadas. Estes atos tinham um enquadramento ideológico bastante forte: "O prazer representando o passo imediato para o inferno" (LIBÂNIO, 2003).

Cabral (2005) diz que surgem as confissões, submissão e desvalorização das mulheres, intensa repressão sexual, o sistema de culpas, controle e a regulamentação da conduta sexual. Nessa época, fazer amor somente para gerar filhos parece ter sido uma ideia muito difundida, quer por pagãos, quer por cristãos.

Conforme afirma Catonné (2001) o casamento estava ligado aos interesses pessoais de herança e poder, a função da mulher era gerar filhos, porém, se ela ousasse buscar o prazer sexual, era identificada como feiticeira, logo era queimada pelos inquisidores. O desejo e o prazer sexual eram reprimidos e impedidos.

Afirma Catonné (2001), que encontramos na Bíblia Sagrada, em seu Antigo Testamento, no livro de *Gênesis*, divulgado oralmente por volta do século X A.C, o "pecado original" cometido por Adão e Eva pode ser entendido como um pecado de espírito, de alma: o apetite de conhecer e desobedecer a Deus. De certa forma, um pecado de "poder". Mas, muitos pensadores cristãos relacionam o pecado de Adão e Eva ao ato sexual.

A família cristã supunha colaboração estreita entre homem e mulher, dominação do homem sobre a mulher, dos pais sobre os filhos. Com doçura, mas também com firmeza, a mulher devia ser "moldada como cera" pelo marido. O casamento era valorizado exclusivamente para a reprodução e procriação da vida e continuidade social, para que os jovens controlassem as paixões e os homens se mantivessem afastados do bordel. Ainda segundo Catonné (2001), através desta doutrina sexual cristã caracterizada, principalmente, pela vinculação de sexo ao conceito de pecado e pela manipulação do sentimento de culpa, a Igreja controlou e reprimiu a sexualidade da sociedade da época medieval.

Cabral (2005) afirma ainda que no final do século XIII, com a queda do sistema feudal, a Igreja desmembrada em católica e protestante e o início do Renascimento, o amor tornou-se um tema inspirador para todas as partes, o corpo feminino começou a ser admirado pela sua beleza, logo a mulher passa a ter mais dignidade e atenção e o ato sexual torna-se uma necessidade vital. Com a Contra-Reforma tudo regride novamente, o nu volta a ser condenado, os órgãos genitais tornam-se vergonhosos, desonestos e proibidos e acabam-se os banhos públicos e coletivos existentes nessa época.

2.3.4 - Idade Moderna

Surge após o Renascimento, quando aparece a burguesia, a nova classe social dominante. Na Idade Moderna se forma uma nova mentalidade em relação à sexualidade; ela continua sendo pecaminosa, porém não mais reprimida em função da elevação do espírito, mas sim por uma nova finalidade, a econômica. “Segue a mentalidade de que a energia existente no homem não podia ser desperdiçada com a sexualidade, mas sim com o trabalho, pois o trabalho gera riqueza, capital, progresso, domínio, enquanto o sexo, enfraquece o homem, empobrecendo-o”.

O trabalho para o burguês era tudo, desde um dever até o sentido da vida; a sexualidade passa a ser privada, porque o burguês não mostrava o que desejava, sentia ou pensava. Chauí (2004) defende que o trabalho diminui a libido, acaba com as horas de prazer e racionaliza o tempo e o espaço; “o trabalho é um dos meios mais eficazes para fugir da tentação e evitar os caminhos do mal”. A família nuclear nos dizeres de Catonné (2001), ganha espaço na sociedade, como conservadora, repressora e distribuidora de bons costumes;

o marido considera sua esposa como propriedade, um bom exemplo disso, é que a mulher só poderia trabalhar fora de casa com o consentimento por escrito do marido, além de tudo, o amor ainda não prevalecia no casamento. Por outro lado, a mulher passa a se casar mais tardiamente, com isso reúne melhores condições de se auto-afirmar, podendo opinar e participar de um casamento e não apenas submeter-se a ele.

Nesta fase, o relacionamento sexual é permitido apenas em alguns locais, como os prostíbulos e hospitais psiquiátricos, desde que seja para fins lucrativos, sendo que sua repressão ainda ocorre, embora de caráter econômico e não mais de caráter físico-espiritual.

Giddens (2003) aponta-nos que a partir do século XVIII, surge no continente europeu o amor romântico, que vincula a ideia de liberdade para a busca do parceiro ideal, considerado um aspecto desejável no matrimônio, sendo que o sexo se une ao amor e começa a fazer parte do casamento, em virtude da possibilidade de se escolher o parceiro. Por isso, durante muitas décadas, o amor romântico associa-se ao casamento e à maternidade, reforçando a ideia de que o verdadeiro amor uma vez encontrado é para sempre.

Catonné (2001) descreve que no final do século XVIII e início do século XIX, a área médica começou a estudar o sexo e descobriu-se que a mulher era fértil e participava na fecundação, então; o homem passou a correr o risco de ser desvitalizado.

Após outros avanços científicos, descobriu-se que o orgasmo feminino não era necessário à fecundação, logo foram proibidas de tal ato, porém, aquelas que tinham prazer sexual eram consideradas doentes, histéricas e prostitutas, além de que não eram mais queimadas, mas mutiladas pelas práticas sexuais. A mulher honesta tinha que ser frígida por natureza, além de ter de continuar no lar, para exercer o papel de esposa e mãe e conter seus desejos e prazeres que pertenciam às prostitutas. Observa-se o controle do exercício da sexualidade das pessoas, tanto pela Medicina, quanto pela Igreja, sobre a instituição familiar.

Desenvolvem-se nesta fase, duas grandes etapas repressoras: No século XVII, etapa em que o sexo tem apenas finalidade matrimonial, ocorrendo o abandono obrigatório do corpo, a contenção e pudores da linguagem, ficando a sexualidade restrita e encerrada no seio familiar e no século XIX (Era Vitoriana), que ocorre durante o reinado da Rainha Vitória da Inglaterra, etapa na qual Surge uma frase que passa a nortear a conduta moral e espiritual das pessoas: "Sobre o sexo, o silêncio".

Foucault (1984) em seu livro *História da Sexualidade I*, descreve que na época denominada vitoriana surge a necessidade de superar o “moralismo”, portanto, devia-se falar de sexo e falar publicamente, “para regular o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo”.

Até final do século XIX, a discussão da sexualidade era confinada às áreas técnicas, onde textos médicos eram poucos acessíveis. A sexualidade, enquanto objeto do saber científico, era examinada, sem maiores obstáculos, no mesmo plano da sexualidade animal pela Medicina e Biologia do século XVIII. O plano subjetivo ou psíquico foi, até então obviamente suprimido da análise da sexualidade humana.

Catonné (2001) define o século XIX com a seguinte frase “o homem tem a função de acabar com o fogo das mulheres e torná-las frígidas. As crianças são ameaçadas de despertar sua sexualidade precocemente e inicia-se uma luta contra a masturbação”.

Neste século a masturbação foi considerada pela Igreja como pecado e pela ciência como doença e, ainda, lançou-se um catálogo médico incluindo o coito interrompido, o sexo oral e anal e a masturbação com todas as suas consequências patológicas.

Nesta época de intensa repressão à sexualidade, surge Freud (1978), que rompe um grande paradigma afirmando que: "A Sexualidade está presente no homem desde o seu nascimento, existindo já nas crianças e não surgindo, como se pensava na época, apenas na puberdade".

2.3.5 – No Século XX até os dias atuais

Neste século, surge a sociedade de consumo, inclusive de sexo e afins, ocorrendo à liberação total do relacionamento sexual. Perde-se o espírito erótico da sexualidade, aparecendo o sexo quantitativo no lugar do qualitativo. Diante da liberação total da sexualidade, após tanta repressão por vários séculos, surge a reflexão sobre quais as causas desta liberação. Várias são as prováveis causas: o aparecimento do prazer mecanizado: bonecas de plástico, vibradores, multiplicidade de posições e novas técnicas amorosas, a descoberta de métodos anticoncepcionais artificiais: DIU, pílulas, preservativos; o movimento

feminino de libertação; a nova concepção de moral; a desestruturação da família e surgimento de revistas pornográficas e filmes (cinema, televisão, DVDs e internet), com a tecnologia influenciando na liberação sexual.

Ocorre portanto, a modernização da vida sexual, o casamento tende a se tornar opcional e em muitos casos dispensável para a realização do ato sexual. O preservativo vem com a alcinha da higienização do sexo e o anticoncepcional é novamente referendado como legitimação da relação sexual não-procriativa.

Com isso, a figura da mulher passa a ser valorizada, formando uma unidade com o outro e não sendo propriedade do outro, como não ocorreu nas formas tradicionais das relações matrimoniais.

Verifica-se também que a Igreja deixa de ter um controle total sobre o homem no que se refere à sexualidade, ocorrendo à liberação total da carne, o que colabora para que se forme uma nova concepção de sexualidade relacionada à fonte de prazer e não apenas à reprodução. Também neste final de século, surge o sexo virtual através da Internet, representando sem dúvida, a grande liberação sexual.

Iniciou-se na década de 60 no Brasil, a realização de trabalhos científicos sobre sexualidade, tornando o assunto público. Figueiró (2006) discorre que estes trabalhos surgiram no sentido de valorizar a “informação objetiva em contraposição às superstições e a ignorância”.

Cabral (2005) & Catonné (2001) afirmam que hoje é permitida a masturbação, inclusive com recomendação médica; o prazer é direito de cidadania; há reciprocidade entre os sexos; os penitenciais foram substituídos por manuais de como se obter o orgasmo; as mulheres conquistaram o domínio do seu próprio corpo através de vários métodos contraceptivos e a possibilidade de ascensão social e valorização de sua figura pelos homens, além de permitir sexo sem procriação e procriação sem sexo.

Sales (2008) argumenta que dentro da crise do mundo atual em que vivemos, fala-se mais sobre sexo. Afinal, o casamento é uma opção e não um fim, a prática sexual é mais tolerada fora do casamento, filhas grávidas não são mais colocadas fora de casa e os casamentos são por escolha pessoal e não mais por imposição de condição social, econômica, política ou religiosa.

Segundo Melo (2007) cada época apresenta seus padrões de regulamentação das práticas sexuais. Costumes e comportamentos tidos no início da cultura judaico-cristã como normais e naturais chegam à Idade Média enquadrados na condição de pecado: beijos, toques e carícias que são naturais já foram considerados pecados. Impulsos sexuais e formas de relacionamento amoroso sempre encontram restrições de algum modo em cada período.

Entretanto, os comportamentos estabelecidos pela sociedade caminham com o tempo, ou seja, vê-se que a sexualidade é parte do comportamento humano que ultrapassa o biológico, sendo predominantemente cultural.

Fundamentando esta parte, concorda-se com a ideia de Tiba (2006), ao descrever que os impulsos, os desejos e as necessidades sexuais são inatos ao ser humano, seus comportamentos frente a isso, são adequados ou inadequados, conforme as “normas culturais, sociais, familiares e religiosas que agem ontogeneticamente sobre o que existe nos indivíduos. Essas normas serão estimulativas ou repressivas, conforme o interesse individual ou do casal atingido”.

Em consequência disso, nos últimos vinte anos muito tem-se falado neste assunto, sendo criadas diversas teorias e tendo o tema conquistado espaço fantástico, na televisão, rádios, jornais e revistas. No entanto, toda essa publicidade ocasiona muitas vezes, a idealização da vida sexual, dando a falsa impressão de que existe uma fórmula única de viver plenamente, a sexualidade ou um padrão sexual, modelo estruturado ao qual todos os indivíduos devem se adaptar. Desse modo, é invertido o ritmo natural das coisas, no qual a sexualidade deve existir para servir ao indivíduo e não o indivíduo viver a serviço dela, parecendo ser ela o objetivo da vida e não uma consequência natural do desenvolvimento do ser humano.

Culturalmente, desenvolve-se a tendência de reduzir a sexualidade à sua função reprodutiva e genital, sem levar em conta a importância dos sentimentos e emoções decorrentes do processo educacional e vivencial do indivíduo. O fato é que cada um pode viver muito bem, plenamente de acordo com o que suas circunstâncias lhe permitem. Sem dúvida, as pessoas que puderam ter mais experiências de vida e ampliar seus conhecimentos, alcançaram maior riqueza em suas relações. Mas, isto não significa que sejam mais ou menos felizes sexualmente, em relação aos outros que não tiveram as mesmas oportunidades.

2.4 – A Orientação Sexual e a Escola

Trazer reflexões a sala de aula, referentes ao campo do debate de sexualidade e gênero nas escolas se faz necessário para podermos entender como se constroem as relações sociais desiguais entre homens e mulheres, fruto do sistema patriarcal, social e econômico. A escola, como formadora de opiniões, tem o dever de estabelecer relações igualitárias e respeitadas, problematizando discussões acerca das diferenças entre cidadãos(ãs). Para haver o convívio respeitoso entre seres humanos, no combate as exclusões, dominações e tantas outras formas de preconceitos existentes na sociedade.

Para (AQUINO, 2007) a escola tem a função de proporcionar ao aluno informações educacionais, para que ele se torne um cidadão e continue sua vida produtiva na sociedade. Algumas informações acabam sendo deixadas de lado apesar de sua importância, muitas vezes por padrões culturais e uma natureza conservadora que a sociedade contemporânea possui em seu padrão de moralidade exemplar. É o caso da sexualidade, informação negada durante muito tempo aos adolescentes e hoje se faz necessário ser trabalhado com urgência devido às problemáticas que o assunto possui.

Segundo (RIBEIRO, 2004) esse tema desperta a preocupação e a insegurança geral da maioria dos nossos professores/as (e porque não dizer, o medo?) é despertar a sexualidade dos jovens “antes da hora”, como no enunciado abaixo citado:

Em qual série (ou em que idade se deve “falar” sobre questões vinculadas a sexualidade, como o corpo, as identidades de gênero e sexuais, as práticas genitais, o desejo, o prazer, por exemplo, e se essas questões devem fazer parte dos conteúdos escolares (RIBEIRO, 2004, p. 122).

O autor refere que os discursos presentes na escola e em outras instâncias sociais em sua maioria apontam para o Jovem como ser inexperiente e assexuado. Portanto caso eles venham a falar sobre sexualidade com os jovens, estarão despertando-os precocemente para o assunto, uma vez que o conhecimento poderá estimulá-los a ter experiências sexuais antes da maioridade civil. (RIBEIRO, 2004, p. 122).

Em nosso país a educação sexual na escola iniciou-se a partir de um deslocamento no campo discursivo sobre a sexualidade de crianças e adolescentes. Nos anos 20 e 30, os problemas de “desvios sexuais” deixam de ser percebidos como crime para serem percebidos como doenças. (ALTMANN, 2001). A escola passa a ser tida como um espaço de intervenção preventiva, devendo cuidar da sexualidade de crianças e adolescentes a fim de produzir comportamentos “normais”. (VIDAL, 1998).

Nas décadas de 60 e 70, a penetração da educação sexual formal na escola enfrentou fluxos e refluxos. Como mostra Rosemberg (1985), na segunda metade dos anos 1960, algumas escolas públicas desenvolveram experiência de educação sexual. Todavia elas deixam de existir em 1970 após um pronunciamento da Comissão Nacional de Moral e Civismo dando parecer contrário a um projeto de lei de 1968 que propunha inclusão obrigatória da Educação Sexual nos currículos escolares. Em 1975, a posição oficial brasileira afirma ser a família a principal pela educação sexual, podendo as escolas inserir ou não a educação sexual em programas de saúde, o que corrobora o que já discutimos anteriormente, ou seja, a sexualidade reduzida à sua dimensão biológica, como uma questão de “saúde” (e doença). Durante os anos 1980 a polêmica continuou.

Atualmente estas expectativas quanto a discussão em sala de aula sobre o tema proposto no trabalho não se modificaram muito, e talvez tenham se tornado até piores. Apesar do avanço sobre a discussão acerca da educação sexual na escola o nosso país vem passando por um fenômeno de conservadorismo como a muito não se via. E com a eminência de um governo altamente conservador que já se manifestou contrário a este tema, a discussão sobre sexualidade e gênero em sala de aula se torna cada vez mais relevante pois tende a se tornar mais comprometida inclusive com o reajuste do PNE e do PCN aos padrões de uma camada conservadora da sociedade a favor do Projeto “Escola sem Partido” e com forte influência religiosa, econômica e política. A jornalista TOKARNIA M. (2017) cita em seu artigo que de acordo com uma pesquisa feita pelo Folha de São Paulo em outubro de 2018 concluiu-se que 82% dos adultos que têm filhos desaprovam a realização de orientação sexual nas escolas” (Folha de São Paulo).

2.4.1 – Projeto “Escola sem Partido”

O relator do Projeto de Lei 7.180/2014, Escola Sem Partido, deputado Flavinho (PSC-SP), apresentou nova redação da proposta que será votada na comissão especial da Câmara. O substitutivo – texto que altera substancialmente o conteúdo original da proposta – estabelece que o poder público não se intrometerá no processo de amadurecimento sexual dos alunos, nem permitirá qualquer forma de "dogmatismo" ou "tentativa de conversão na abordagem das questões de gênero". E amplia a restrição às políticas e planos educacionais do país.

A proposta é uma das principais bandeiras de aliados do novo presidente eleito. O texto tramita em uma comissão especial e, se for aprovado neste colegiado, poderá ser encaminhado ao Senado.

O relatório produzido pelo parlamentar estabelece que cada sala de aula deverá ter um cartaz especificando **seis deveres do professor**, como **"não cooptar os alunos para nenhuma corrente política, ideológica ou partidária"**.

Pela redação, o uso dos termos **"ideologia de gênero"**, **"gênero"** ou **"orientação sexual"** ficaria proibida no ensino no país. O novo substitutivo amplia a aplicação da lei e não estabelece punições aos professores. A versão anterior do texto estabelecia que a lei seria aplicada aos livros didáticos e paradidáticos. O relator propôs que a restrição tenha efeito sobre qualquer material didático e não apenas os livros.

A medida é criticada por ativistas de direitos à livre expressão e argumentam que não existe educação neutra, além de que negarem que o professor tenha poder de orientar o pensamento dos estudantes.

De acordo com o substitutivo do Projeto os professores NÃO poderão:

- Favorecer, prejudicar ou constranger alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas ou da falta delas;
- Fazer propaganda político-partidária em sala de aula e incitar alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas;
- Permitir que esses direitos sejam violados pela ação de estudantes ou de terceiros dentro da sala de aula;

Além disso, os professores, ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, terão de apresentar, de forma justa, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito da matéria.

Os professores terão ainda que respeitar o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam educação religiosa e moral de acordo com suas próprias convicções.

Fig. 01 – Imagem do protesto durante discussão do projeto Escola Sem Partido em Comissão Especial da Câmara.



Fonte: Internet. Acessado em: 28/08/2018.

2.4.2 – O Plano Nacional De Educação (PNE) e a Discussão de Gênero nas Escolas

O Plano Nacional de Educação (PNE) é o documento que segundo Azevedo, Costa e Paiva (2015) serve de base para as diretrizes da educação brasileira. Sendo fundamentado no Art. 214 da Constituição Federal Brasileira de 1988, o mesmo foi elaborado juntamente com o apoio da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), da União dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação (FNCE) e do Conselho Nacional de Educação (CNE). Determinando diretrizes, metas e estratégias para a política educacional, elencando valores como a promoção humana e buscando a erradicação do analfabetismo. A regulamentação dos PNE é realizada através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/1996, que institui a União juntamente com os Estados e

Municípios os responsáveis por sua organização, criando as metas a serem estabelecidas nos 10 anos seguintes.

Os municípios de todo país devem elaborar e estabelecer seus Planos Municipais de Educação, levando em consideração as metas propostas no PNE, de acordo com as especificidades de cada município, porém sem deixar de cumprir os princípios de respeito aos direitos humanos e a valorização da diversidade, que se caracterizam como pontos centrais para toda a educação básica.

No ano de 2014, durante a tramitação no Congresso Nacional da PNE, a questão de gênero foi retirada do texto original. Na ocasião, as bancadas evangélicas e conservadoras, afirmaram que as expressões utilizadas no documento colocavam em evidência uma “**ideologia de gênero,**” expressões que desfigurariam os conceitos de homem e mulher, colocando em risco o modelo de família tradicional.

Diante destas considerações, (SAYÃO, 2007) expressa à identidade de gênero como:

A consolidação da expressão com raízes na Cúria Romana, se dá em documentos religiosos. “Identidade de Gênero” aparece pela primeira vez em 1998, em nota da Conferência Episcopal do Peru intitulada “A ideologia de gênero: seus perigos e alcances”(SAYÃO,2007, p.102).

No documento da PNE o texto vetado tinha como meta central “a superação de desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional de gênero e de orientação sexual”. Assim sendo, o PNE aprovado passou para os Estados e Municípios a decisão de incluir nos seus planos a discussão de gênero e de orientação sexual. Assim nos últimos anos discussões foram levantadas em todo país, projetos de leis municipais foram aprovados, proibido a discussão de gênero e sexualidade nas escolas.

2.4.3 – O Parâmetro Curricular Nacional do Ens. Médio (PCNEM) e a Orientação Sexual nas Escolas

Em 1996 a orientação sexual entra nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEMs) como tema transversal, mas até hoje a educação sexual é pouco trabalhada nas escolas. Professores que trabalham com o tema são até discriminados ganham jargões nas escolas como “professor(a) pornô, indecente, etc..”. A orientação sexual é um tema

transversal, os temas transversais tematizam problemas fundamentais e urgentes da vida social. A orientação sexual entrou nos PCNs devido ao crescimento de casos de gravidez indesejada entre adolescentes e do risco de contaminação por HIV, sífilis entre outras Infecções sexualmente transmissíveis (IFC's).

A proposta dos PCNs é trabalhar o conteúdo de orientação sexual em todos os ciclos de escolarização e não como conteúdo de uma disciplina. Entretanto, é comum os alunos terem contato com o tema apenas em uma disciplina e às vezes uma ou duas vezes na vida. Os entraves para se trabalhar esse tema segundo (ALTMANN, 2001) seriam “ausência de formação específica, falta de condições para realização de trabalhos interdisciplinares, desencontros entre professores que precisam trabalhar em diversos locais, falta de estrutura e de material, desinteresse, medo de falar sobre o assunto, entre outros”.

É muito comum os alunos terem contato com esse tema através de palestras, oficinas, cartilhas e minicursos. As escolas municipais geralmente são as que mais recebem palestrantes em seus auditórios com programas educacionais voltados a esse tema para adolescentes.

2.4.4 – O papel da Escola na Orientação Sexual

Dentro da escola, a orientação sexual articula-se com a promoção da saúde das crianças e adolescentes. A existência desse trabalho possibilita a realização de ações preventivas em relação às doenças sexualmente transmissíveis DSTs/AIDS, bem como à abordagem da gravidez na adolescência, aborto e também drogas. Sayão (2007), psicóloga e uma das autoras do conteúdo sobre Educação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais, afirma que:

Cabe à escola abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o aluno a construir um ponto de auto-referência por meio da reflexão. Nesse sentido, o trabalho realizado pela escola, denominado Orientação Sexual, não substitui nem concorre com a função da família, mas a complementa (SAYÃO,2007, p.102).

Dados da (UNESCO, 2004) coletados em pesquisa sobre sexualidade em jovens de 13 capitais brasileiras entre as quais Belém/PA fazia parte, revelam que em 2004 acerca da precocidade da vida sexual e a intensidade desta entre os sujeitos pesquisados. Na maioria das capitais brasileiras existe uma tendência a iniciação da vida sexual para crianças de 10 a 14

anos que assumem que já tiveram pelo menos relação sexuais com uma pessoa em sua vida. Em Cuiabá a quantidade de crianças de 10 a 14 anos que já tiveram relações sexuais foi de 57% das resposta. Por isso, o tema sexualidade nessa região e em todas as outras demais não pode ser dispensado nas escolas.

Fig. 02 – Imagem do pátio da Escola de Aplicação da UFPA, ambiente de interação social dos jovens estudantes.



Fonte: Arquivo pessoal (2018).

Nos rastros das pesquisas com a escola, (RODRIGUES,2013, p.18) lembra que a sexualidade está na escola, faz parte dos sujeitos que a constituem, não é algo que possa se desligar ou algo de que alguém possa se distanciar. E reforça o fato de que, embora a diversidade sexual esteja na escola como enunciado e política da vida, as políticas públicas de formação de professores não dão conta de satisfazer a fragilidade do vivido pelos mesmos.

Segundo os PCNs (BRASIL,2006), ao se tratar da sexualidade humana como tema transversal, deve-se atender à crescente preocupação dos educadores com o grande crescimento da incidência de gravidez indesejada entre as adolescentes e com o risco da infecção pelo HIV (vírus da AIDS) entre os jovens, de modo a possibilitar a realização de ações preventivas de forma mais eficaz.

Especialistas em educação sexual afirmam que nem todos os jovens necessitam de orientação sexual muito cedo, mas chega um dia em que ela se torna indispensável, sendo praticamente, impossível se prever quando e de que forma, esse dia chegará. Este pensamento é compartilhado por Okawara (2005).

Para Ribeiro (2000), a orientação sexual pressupõe uma intervenção institucionalizada, sistematizada por profissionais especialmente preparados para exercer essa função. No entanto, os PCNs (BRASIL,1997) orientam que todos os profissionais da educação deverão abordar os temas relativos à sexualidade humana. Porém, o que o mesmo não prevê é que muitos educadores esbarram em dificuldades pessoais e, em grande parte das vezes, não se encontram preparados para lidar com a emergência da sexualidade no ambiente escolar.

Conforme salienta (SANTOS 2000), é possível perceber que o educador em seu cotidiano, muitas vezes prefere ignorar quaisquer manifestações da sexualidade que possam atrapalhar o andamento de suas aulas; e às vezes, até manda o aluno para fora da sala de aula com severa repressão. Para Bernardi (2005), tal postura ocorre em virtude da repressão sexual a que todos estão submetidos em todos os meios sociais nos quais estão inseridos.

No Guia de orientação sexual organizado por (SUPLICY, 2004) encontra-se uma definição para orientação sexual, dentro de uma visão global e voltada para a realidade escolar:

é um processo de intervenção sistemática na área de sexualidade, realizado principalmente nas escolas e envolve o desenvolvimento sexual compreendido como: saúde reprodutiva, relações interpessoais, afetividade, imagem corporal, auto-estima e relações de gênero. Enfoca as dimensões fisiológicas, sociológicas, psicológicas e espirituais da sexualidade, através do desenvolvimento das áreas cognitiva, afetiva e comportamental, incluindo as habilidades para a comunicação e a tomada responsável de decisões (SUPLICY, 2004, p.8).

O desenvolvimento do tema orientação sexual na escola deve ser visto como uma atividade complementar à orientação já recebida no meio familiar. O comportamento dos pais entre si, na relação com os filhos, no tipo de "cuidados" recomendados, nas expressões, gestos e proibições que estabelecem, são carregados dos valores associados à sexualidade que a criança e o adolescente apreendem, afirmam os PNEs (BRASIL,2007). Assim, de acordo com os mesmos, de forma explícita ou implícita, são transmitidos valores que cada família adota como seus e espera que as crianças e os adolescentes assumam.

Afirma Aquino (2007), que a orientação sexual desenvolvida na escola deve ocorrer em âmbito coletivo, não apresentando o caráter de aconselhamento individual ou psicoterapêutico. Deve-se promover informação e discussão acerca de diferentes temas, considerando-se a sexualidade em suas dimensões biológicas, psíquicas e sociocultural, articulada ao projeto educativo, de modo a exercer uma ação integradora das experiências

vividas pelo aluno, o qual deverá incluir a sexualidade como um elemento ligado à sua vida, à saúde e ao bem-estar.

Enfatiza Ribeiro (2000), que não deve ocorrer por parte da escola priorização dos aspectos biológicos da sexualidade, abordando-se apenas o sexo/reprodução em detrimento do sexo prazer, devendo os professores ficar atentos às expectativas dos adolescentes em relação às questões de sexualidade.

Conforme citam os PCNs (BRASIL,1997), as diferentes temáticas da sexualidade devem ser trabalhadas dentro do limite da ação pedagógica, sem invadir a intimidade e o comportamento de cada aluno ou professor e a orientação sexual desenvolvida em sala de aula deve também, corrigir falhas de informação provenientes do relacionamento social, que se estabelece dentro e fora da sala de aula, em consequência das amizades surgidas entre os alunos. Dessa maneira, ao se preencher lacunas nas informações que a criança e o adolescente já possuem, cria-se a possibilidade de que eles formem opinião a respeito do que lhes é ou foi apresentado, de modo que as questões referentes à sexualidade não se restrinjam ao âmbito individual, no qual se considera apenas valores pessoais; pois há a necessidade de contextualizá-las social e culturalmente.

Bruns (2005) afirma que é na escola que o jovem entra em contato com outros valores e significados. Daí a importância de se falar de sexualidade nas escolas, pois é através dos valores confrontados que o homem elabora sua própria conduta. A relevância está em se discutir à educação sexual com os jovens, como transmissão da realidade sentida por eles. E isto é importante porque a família, esquivando-se dos assuntos e vivências sexuais dos jovens, acaba por não lhes oferecer uma orientação sexual que realmente os auxilie em suas dúvidas e dificuldades, delegando para a escola tarefas primordialmente suas.

Na tentativa de superação destes obstáculos Neves (2007), propõe que aconteça maior compreensão da sexualidade humana, devendo ocorrer amplas discussões dentro da escola, por parte dos professores, pais e alunos, possibilitando dessa maneira um maior entendimento do assunto.

Conforme sugere Bueno (2007), os trabalhos sobre questões de sexualidade, DSTs/AIDS e as ações bem como as informações, devem ocorrer conjuntamente, em parceria com a escola, família e comunidade.

Citam os PCNs (BRASIL,2006), que a orientação sexual na escola é um dos fatores que pode contribuir para o conhecimento e valorização dos direitos sexuais e reprodutivos. Estes, dizem respeito à possibilidade de que homens e mulheres tomem decisões sobre sua fertilidade, saúde reprodutiva e criação de filhos, tendo acesso às informações e aos recursos necessários para implementar essas decisões. Outro aspecto ligado ao trabalho de orientação sexual, refere-se à prevenção de problemas graves, como o abuso sexual e a gravidez indesejada, esta última favorecendo o debate sobre a contracepção, o conhecimento dos métodos anticoncepcionais e sua disponibilidade a todos eles, levando à reflexão sobre a própria sexualidade, o que acabará por ampliar a percepção sobre ela.

De acordo com os PCNs (BRASIL,2006), em relação à prevenção do abuso sexual em crianças e jovens, a orientação sexual deve promover a consciência de que seu corpo lhes pertence e, só deve ser tocado por outro com o seu consentimento ou por razões de saúde e higiene, pretendendo-se dessa forma contribuir para o fortalecimento da auto-estima e consequente inibição da submissão ao outro. Outros temas polêmicos podem ser analisados com a inclusão da orientação sexual nas escolas, não apenas sob o ponto de vista biológico, como se faz na imensa maioria das unidades escolares, mas também observando-se aspectos psicológicos, afetivos e socioculturais. Dentre os temas estão à masturbação, período de iniciação sexual, homossexualidade, aborto, disfunções sexuais, prostituição e a pornografia, desde que abordados sempre em uma perspectiva democrática e interdisciplinar.

Outro aspecto salientado pelos PCNs (BRASIL,2006), diz respeito às relações sociais, através das quais se define o que homens e mulheres podem e devem fazer, para serem homens e mulheres e principalmente, quais são e quais deverão ser os direitos de cidadania ligados à sexualidade e à reprodução.

Também para os PCNs (BRASIL,2006), a exploração comercial, a propaganda e a mídia em geral têm feito uso abusivo da sexualidade, impondo valores discutíveis e transformando-a em objeto de consumo, através de atitudes que visam deturpá-la. Objetivando livrar a sexualidade desta realidade distorcida, sua abordagem no âmbito

educacional precisa ser *clara*, tratada de forma simples e direta; *ampla*, para não reduzir sua complexidade; *bastante flexível*, para permitir o atendimento a conteúdos e situações diversas e finalmente *sistemática*, para possibilitar aprendizagem e desenvolvimento crescentes.

Ao se optar em colocar a orientação sexual nos PCNs (BRASIL,2006), através da transversalidade, significou que tanto a concepção, quanto os objetivos e conteúdos propostos pela orientação sexual, encontram-se contemplados pelas diversas áreas de conhecimento.

Suplicy (2003) refere que a orientação sexual na escola tem basicamente três objetivos: suprir as lacunas de informação existentes no adolescente, discutir os preconceitos, de maneira especial os referentes ao machismo e feminismo e analisar os conflitos dos adolescentes, abrindo um espaço afetivo, no qual ele possa falar de suas angústias e medo.

Salientam entretanto os PCNs (BRASIL,2006), que pequenos resultados são obtidos em trabalhos esporádicos sobre esse assunto e, que inúmeras pesquisas apontam que, mesmo que esteja cientificamente correta, a simples informação não é suficiente para a adoção de comportamentos preventivos. Daí a necessidade de se estabelecer um programa que tenha como objetivo o desenvolvimento de atividades que apresentem grandes períodos de duração e que busquem seus resultados a longo prazo.

Nesse sentido, Santos (2000) afirma que a “praxis” de se promover palestras sobre temáticas relativas à sexualidade isoladamente, não consegue sanar as dúvidas e inquietações dos adolescentes, uma vez que os palestrantes vão embora e os professores, em geral não dão continuidade ao trabalho ou não propiciam espaços para a reflexão e o diálogo sobre a temática trabalhada.

Nos dizeres de Fagundes (2002), ao se desenvolver programas de orientação sexual na escola, deve-se atentar para a inadequação dos conteúdos e abordagens para não se reduzir a sexualidade à mera genitalidade, isto é, as chamadas “aulas de sexo”, que podem constituir-se em estímulos às práticas sexuais, não se alcançando dessa forma os objetivos verdadeiros de uma educação para a sexualidade. Ainda, segundo o mesmo autor, ao se desenvolver uma metodologia que contemple a discussão aberta, fundamentada na troca de ideias e informações, durante a qual os alunos possam dialogar livremente, sem castrações, inibições e repressões, poderemos conduzi-los à descoberta de seus próprios padrões, opções e caminhos.

Vitiello (2005) afirma que as informações constituem-se num acréscimo ou transmissão de conhecimentos que não serão necessariamente internalizados pelos indivíduos. Ao contrário, afirma o autor, que quando propiciamos reflexões e crescimento que resultem em mudanças de atitudes, estaremos assim, educando.

Contudo, salientam os PCNs (BRASIL,2006) que dentre as experiências bem sucedidas com orientação sexual em escolas são apontados como resultados importantes, o aumento do rendimento escolar (devido ao alívio da tensão e preocupação com questões da sexualidade), como também o da solidariedade e respeito entre os alunos. Desta forma, com a obtenção de informações corretas sobre a sexualidade humana, as crianças menores têm diminuído a angústia e a agitação em sala de aula e os adolescentes têm manifestado sua sexualidade, sem que esta seja fonte de agressão, provocação, medo e angústia e passe a ser assunto de reflexão.

As pesquisas sobre orientação sexual e adolescência são unânimes em apontar, que as informações sobre sexo e sexualidade são adquiridas em primeiro lugar com os colegas da mesma idade, depois estes recorrem às mães e em terceiro lugar, os adolescentes procuram suas professoras. Os adolescentes afirmam que os pais dão informações insuficientes, possuem reações negativas quando de cenas de sexo na TV e relatam como gostariam que os pais fossem mais abertos. Os dados revelam que os pais desconhecem a vida sexual ativa dos filhos adolescentes, especialmente das filhas, conforme afirmam Jesus et al. (2007), bem como Vitiello & Conceição (2008).

Dessa maneira, a abordagem escolar da sexualidade torna-se tema importante e necessário, dado os seguintes aspectos: é tema tratado inicialmente pela família, por outros familiares, por amigos e colegas, dentro ou fora da própria escola e pela mídia em suas diversas manifestações. Esta abordagem deve incluir a análise da sexualidade em seus aspectos biológicos, psicológicos, afetivos e socioculturais, abrir a oportunidade para o diálogo, visando diminuir a expectativa e facilitar a aprendizagem, desenvolver ações continuadas, pois ações de caráter pontual não trazem bons resultados, ter como local de ação a escola, pois nela estão favorecidas a troca de relacionamento e informação, a convivência social e o relacionamento amoroso, além de servir como elemento que contribui para o conhecimento e a valorização dos direitos sexuais e reprodutivos.

Daí a aceitação favorável em se realizar um trabalho sistematizado e contínuo em sala de aula, pois o jovem necessita de tempo para obter novos conceitos e informações, a fim de questioná-los, compreendê-los e posteriormente, apreendê-los para, só então, realizar uma aprendizagem realmente significativa, capaz de propiciar modificações de posturas e comportamentos.

2.4.5 – A Relação Professor/Aluno no Desenvolvimento da Sexualidade Humana

A relação professor/aluno na orientação sexual foi referida por Tiba (2004), quando esse autor revela que os professores mostram-se sensíveis às questões sexuais de seus alunos, porém se confessam temerosos e despreparados para abordá-las.

Segundo os PCNs (BRASIL, 2006), os professores responsáveis pelas intervenções sobre a sexualidade educam mais por suas atitudes, do que pelos conhecimentos que transmitem. Educam pela maneira como encaram a própria sexualidade e a sexualidade dos outros, em particular das crianças e adolescentes. Daí se concluir, que a competência científica não é a qualidade essencial para os que vão se ocupar da orientação sexual, embora seja indispensável que possuam os conhecimentos nos quais irão fundamentar suas intervenções. A orientação sexual também não deve obrigatoriamente ficar nas mãos dos professores de ciências ou biologia, pois outras disciplinas - psicologia, história, sociologia, etc, são indispensáveis para o estudo destas questões. Quando se trata de orientação sexual, esta não deve ficar necessariamente nas mãos do professor de ciências ou biologia, pois nem sempre este professor possui todos os conhecimentos sobre sexualidade, em particular sobre suas dimensões psicológicas. Tratando-se de sexualidade, o conhecimento biológico do corpo humano é importante, embora só ele não garanta ao professor, atitudes e postura corretas para que seja um bom orientador sexual. Sabe-se entretanto, que na escola, a escolha mais adequada tem recaído frequentemente sobre os professores dessas disciplinas, pois os mesmos convivem com os adolescentes, muitas vezes diariamente e acabam conhecendo a forma com que esses alunos e alunas mantêm seus relacionamentos.

Para os PCNs (BRASIL,2006), o professor deve ao apresentar os conteúdos de orientação sexual, explicitá-los claramente e vinculá-los com as outras áreas de conhecimento. Ao se analisar a sexualidade, deve-se vinculá-la à história e evidenciar as suas principais características, nas mais diversas épocas do desenvolvimento humano, mostrando claramente que a sexualidade sempre esteve ligada à ideia de pecado, doença, morte e ainda, aquele que a

praticasse estaria a um passo do inferno. Portanto, cabe ao professor encarregado de analisar este tema transversal, obrigatoriamente contextualizá-lo de forma clara e objetiva, procurando mostrar aos seus alunos os aspectos políticos, econômicos, sociais e principalmente religiosos, envolvidos com a sexualidade humana.

O professor deve estar também, segundo os PCNs (BRASIL,2006), atento para defrontar-se com questões que nem sempre constam do programa curricular, pois a sexualidade gera nos alunos grande variedade de sentimentos, sensações e dúvidas que se manifestam espontaneamente. Ao tratarem da orientação sexual em sua escola, os professores podem esperar por temas polêmicos da sexualidade, que abrangem uma compreensão ampla da realidade e demandam profundos estudos. Embora sejam fontes de reflexão e desenvolvimento do pensamento crítico, a abordagem desses temas exige grande preparo dos educadores.

Além de identificar o envolvimento do educador na orientação sexual, Werebe (2008) ressalta as qualidades e a formação especial que determinado professor deve ter para se tornar um educador. Desaulniers (2000) define a autenticidade como uma dessas qualidades, quando refere: "um certo acordo consigo mesmo, uma segurança emotiva e moral que transparece na comunicação com os jovens". Esse autor afirma ainda, que a autenticidade do educador depende das suas atitudes face à própria identidade sexual, à sua vida sexual e a sexualidade dos outros: ela é a consequência de uma maturidade psicológica conquistada e reconhecida.

Na avaliação de Werebe (2008), qualquer que seja a disciplina que ensinam, todos os professores que desejam se ocupar da educação sexual e possuam os requisitos principais para desempenhar este trabalho, precisam saber interpretar as questões dos alunos, procurando entender o que elas significam, bem como receber uma formação especial.

Os PCNs (BRASIL,2006) afirmam que, durante o trabalho de orientação sexual, torna-se necessário se estabelecer uma relação de confiança entre alunos e professor, devendo este, mostrar-se disponível para conversar a respeito das questões apresentadas, não emitir juízo de valores sobre as colocações feitas pelos alunos e responder às perguntas de um modo direto e esclarecedor, sem o inconveniente de querer impor as suas opiniões. Por outro lado, as informações e esclarecimentos corretos sob o ponto de vista científico, tornam-se fundamentais para o bem estar e tranquilidade dos alunos, dando-lhes maior consciência de

seu próprio corpo e melhorando as condições de prevenção às ISTs, gravidez indesejada e abuso sexual.

Salientam, porém os PCNs (BRASIL,2006), que se a escola oferecer um espaço específico dentro da rotina escolar para o estudo da sexualidade humana, é porque a mesma vem se impondo na sociedade contemporânea, como um dos maiores interesses dos adolescentes, exigindo-se discussões e atividades cotidianas e não apenas eventos meramente esporádicos. Alertam os PNEs (BRASIL,2007), que é fundamental o trabalho contínuo e sistemático, envolvendo sempre o esclarecimento de dúvidas, preocupações e ansiedades, que se transformam significativamente em valores nas diversas faixas etárias e principalmente, na adolescência.

Assuntos como a masturbação, iniciação sexual, aborto, violência sexual, homossexualidade, gravidez precoce, ISTs/AIDS, são exemplos de questões que extrapolam a possibilidade da transversalização pelas disciplinas e demandam espaços próprios para serem refletidas, analisadas, discutidas e se possível, levarem a uma mudança de comportamento.

(SANTOS, 2000) afirma que no ensino fundamental ou médio, quando ocorre a abordagem de temas como menstruação, ejaculação e desenvolvimento corporal, esta é em geral, de responsabilidade do professor de ciências ou de biologia, os quais não abordam a dimensão sociocultural e simbólica da sexualidade, restringindo-se apenas aos aspectos biológicos do indivíduo. Desse modo, os alunos crescem mergulhados em dúvidas, desinformados, perpetuando-se então os preconceitos, tabus e mitos acerca do exercício da sexualidade.

No entanto, (WEREBE, 2008) refere a necessidade de assegurar aos educadores que venham a se encarregar das intervenções sobre a sexualidade, a participação em cursos ou seminários, oferecendo-lhes textos e material didático e mantendo com os mesmos, diálogo permanente, para o confronto de experiências e troca de ideias. Em acordo com essa autora, (SANTOS, 2000) considera ainda, que ao lidar com temas polêmicos como homossexualidade, bissexualidade, incesto, aborto, prostituição, o professor necessita ter conhecimentos amplos acerca da repressão sexual, embasada na cultura e na historicidade, contextualizando-os no tempo e no espaço, a fim de possibilitar ao jovem educando, reflexões que o levem a construir seus próprios conceitos e visões de mundo.

Outro aspecto da orientação sexual é focado por Shall & Struchiner (2005), quando os autores referem-se: “o desenvolvimento da auto-estima e da responsabilidade social, que significa fortalecer a base emocional da consciência, é fundamental para a mudança de valores e comportamentos”.

A literatura aponta as considerações de Freire (1987), quanto à educação que se instala em nossa sociedade, a qual está voltada para a inserção harmoniosa dos sujeitos em sua estrutura. Para o autor, esta educação gera alienação, ausência de questionamentos dos diferentes interesses, das divisões, hierarquias e desigualdades sociais. Conceição (2008) revela que a educação sexual oferecida nesta perspectiva, é aquela que se volta para o controle e repressão do seu exercício, com a finalidade de manter harmonia com as regras estabelecidas. Trata-se de uma educação que anula o questionamento, as diferenças e modela o uso do corpo, a manifestação dos afetos, dos desejos e as inter-relações entre pessoas e grupos. Nela, a sexualidade livre de repressão é vista como ameaça à ordem social estabelecida, sendo considerada como sexualidade responsável, quando responde à padrões sociais estabelecidos para o sexo, corpo e relações afetivas entre outros processos. As diferentes instituições sociais tem tido um papel importante nesse tipo de educação – através do reforço aos estereótipos que confrontam e hierarquizam o masculino e feminino, através da negação do corpo sexualizado, do reforço à relação sexo – família - reprodução e do olhar biologizante sobre a sexualidade.

Mas, em seus estudos de 1987, FREIRE afirma existir um outro tipo de educação, que deveria ser utilizado pelos professores de um modo geral, bem como por aqueles que objetivam trabalhar com orientação sexual em suas aulas. Refere ainda o autor que neste tipo de educação, embora não predominante, ocorre um direcionamento à formação de homens conscientes, ativos, situados em relação às contradições existentes, engajados na resistência e luta à dominação e discriminação de qualquer ordem (classe, gênero, etnias e outras). Trata-se de uma educação voltada para a cidadania e construção de uma sociedade mais democrata.

Esta educação apontada por (FREIRE, 1987) preocupa-se com a ação crítica do homem sobre a realidade, pois crê que este constrói e reconstrói a vida. Seu instrumento central é a conscientização, que propicia condições para mudar o estabelecido na direção da libertação dos homens da rede social de opressão-repressão. Nela, os seres humanos são vistos

como inseridos em contextos socioculturais específicos, como seres da práxis, que ao agirem/refletirem tornam-se mais conscientes e comprometidos com a transformação; os sujeitos não são meros armazenadores de informações, mas construtores da cultura, exercitando a atividade crítica e criadora, produzida com a reflexão e conscientização sobre a realidade vivida.

(CONCEIÇÃO, 2008) afirma que sob esta perspectiva, a orientação sobre o exercício da sexualidade desenvolvida pelos professores em sala de aula, é baseada na valorização do ser humano, no questionamento e libertação dos padrões sociais de dominação e opressão sobre os sujeitos, sendo que esta educação – orientação sexual libertadora é voltada para a conquista do direito ao prazer, da prática sexual segura, sem preconceitos contra a limitação do sexo à reprodução, contra a hierarquização sexual e discriminação das diferenças. É uma educação que busca a conscientização pelo questionamento, participação e pelo posicionamento crítico e responsável. Para a autora, o professor deve deixar de ser apenas um transmissor de conhecimentos cientificamente corretos e tornar-se um indicador de bons caminhos para a vida, procurando direcionar os alunos para o desenvolvimento de seus valores e atitudes comportamentais.

Para (SAVIANI, 2009) em sua prática profissional, o professor consciente, que realmente conhece e sabe da importância de seu papel como educador, deve atuar também a favor da prevenção, ou seja, além de transmitir informações pelo conhecimento universal e sistematizado, o professor tem outro papel, o de formador de opiniões e comportamentos. É necessário que ele tenha abertura e receptividade para o grupo e interesse pelo tema, procurando discutir com seus alunos valores e comportamentos e conscientizá-los dos inúmeros problemas ligados à sexualidade, pois apenas a transmissão de conhecimentos científicos é insuficiente para a mudança de práticas e atitudes. Salienta ainda o autor, que em sua prática profissional, o professor deve incluir um trabalho pedagógico direcionado à prática social, pois assim poderá intervir junto à comunidade educacional.

Mandu et al. (2000) consideram que a orientação sexual capaz de favorecer as mudanças de comportamento, deve valorizar a dimensão interpessoal, pautar-se no respeito, na liberdade própria e do outro em estabelecer seus próprios parâmetros e comportamentos. Nesse sentido, (SAYÃO, 2007) já observara que o estabelecimento de vínculo afetivo e relacionamento de confiança é fundamental, ao se considerar que a orientação sexual pode

levar à mudanças de comportamento. Esta última autora refere ainda, como competência do professor, valorizar os adolescentes como sujeitos possuidores de potencialidades, respeitando os seus conhecimentos, valores e comportamentos, sem se colocar como o único que sabe e que tem o que ensinar.

Essa perspectiva já foi abordada por (FREIRE, 1987) ao referir, “os homens educam-se entre si”, destacando assim a necessidade dos professores se abrirem para aprender com os adolescentes, com suas ousadias e criatividade e, considerarem a relação dialógica educador e educando, colocando-se como sujeitos de um mesmo processo – o do crescimento. Reafirmando essa concepção, Sayão (2007) salienta que tudo deve ser considerado educativo, desde os conhecimentos, até relações estabelecidas, posturas e o processo de ensinar - aprender. Nesse aspecto, os professores precisam desenvolver a coerência para oferecerem uma educação libertadora, valorizando a abertura, troca, criticidade, criatividade e solidariedade – elementos educativos em si mesmos.

Cabe lembrar ainda, que de acordo com os PCNs (BRASIL,2006), ao abordar temas como ISTs/AIDS, o professor responsável deverá problematizar e explicitar os valores plurais existentes nos mesmos, oferecendo informações cientificamente corretas, bem como primar-se por atitudes que visem despertar nos alunos a criação do respeito por si próprio e ao outro, desenvolvendo se possível, nos mesmos, atitudes não discriminatórias, questionamentos dos valores preconceituosos, estimulando o diálogo franco para se evitar a intolerância.

Finalizando, os PCNs (BRASIL,2006) responsabilizam o professor que trata da orientação sexual, pela transmissão aos seus alunos, da noção de que a sexualidade se constrói e se modifica ao longo de toda a vida e de que os valores a ela associados podem ser transitórios, pois esta não comporta verdades absolutas e imutáveis.

2.4.6 – A Sexualidade e o Aluno – Adolescente

De acordo com os PCNs (BRASIL,2006), a sexualidade assume o primeiro plano na vida e no comportamento dos adolescentes, como consequência da ativação hormonal trazida pela puberdade tomando dessa forma o caráter de urgência e o centro de todas as atenções, estando em todos os lugares, na escola ou fora dela, presente nas malícias, piadinhas, carícias públicas, atitudes, nos bilhetinhos, apelidos maldosos, “ficar”, namoro e em tudo que

qualquer conteúdo estudado nas disciplinas possa sugerir. Por isso, é salientado pelos PCNs (BRASIL,2006) que a escola pode ter papel importante, canalizando a energia do aluno para produzir conhecimentos, desenvolver o respeito a si mesmo, ao outro e à coletividade.

É revelado ainda pelos PCNs (BRASIL,2006), que na puberdade, os alunos trazem questões ligadas às suas necessidades sexuais e assim reabrem condições para refletir melhor sobre temas como: aborto, virgindade, homossexualidade, pornografia, prostituição, abuso sexual, ISTs/ AIDS e outros temas correlatos.

Para que isso ocorra, os PCNs (BRASIL,2006) consideram além da transversalização, sistematização própria e um espaço bastante específico, para que a orientação sexual seja desenvolvida na escola, sugerindo que esse espaço ocorra na forma de uma hora aula semanal, fora ou dentro do horário já existente.

Para Behle et al. (2005), a adolescência representa importante período na vida do indivíduo, que caracterizada por fenômenos progressivos e regressivos, atua alternado ou simultaneamente, abarcando todas as áreas de sua personalidade.

Nos dizeres de (CAVALCANTI, 2008), a nossa sociedade vê a adolescência, como a fase em que ocorrem profundas e rápidas transformações: físicas, emocionais, relacionais, de identidade e expressão da sexualidade. É uma época rica em manifestações emocionais, caracterizada pela ambiguidade de papéis (infantil/adulto), pela mudança de valores e por dificuldades frente à busca de independência, percebendo-se que a adolescência é vivida com inúmeras incertezas com independência-dependência, com medos, enfrentamentos e recuos, coerências e incoerências. Quase tudo é novo para os adolescentes e isto dificulta o lidar com a própria vida e a de outros. Contrariamente, identificar situações de riscos e adotar medidas preventivas coerentes exigem uma postura ativa, certa maturidade emocional, que em nossa cultura, encontra-se em construção nessa fase da vida.

Tolosa (2008) junta-se a Cavalcanti (2008) quando afirma que no campo da sexualidade, as relações afetivas na adolescência ganham novas características; a curiosidade e o impulso para o sexo aumentam; os adolescentes lidam com novas cobranças internas e externas – de desempenho de papéis sociais (femininos/masculinos). No geral, agem impulsionados por seus desejos; submetem-se aos valores de seu grupo social, nem sempre

dimensionando implicações ligadas ao seu comportamento. Para esses autores, o medo que os adolescentes sentem é muitas vezes gerador de uma certa onipotência, de modo que negam problemas, agem de forma imediatista e creem firmemente que se isentarão de determinadas complicações. Assim, as atividades sexuais na adolescência são quase sempre não planejadas, situação que acaba sendo incrementado pelo fato de serem clandestinas. A instabilidade emocional presente nesta fase da vida, a dificuldade de decidir a respeito do que se quer, e de lidar com o próprio corpo e o do outro, o pensamento idealizador de soluções e negador de possibilidades reais, são aspectos referidos pelos autores como fatores que, em alguma medida, acabam por delimitar o modo como o grupo em questão comporta-se frente às ISTs/AIDS.

Outros autores fundamentam as referências dos PCNs (BRASIL,2006) quando caracterizam a fase da adolescência, como Knobel (2002), que considera o período em que o indivíduo se integra à sua genitalidade, passando esta a dominar sua conduta e aspirações; Aberastury (2001) e Vitiello (2004) que a chamam de fase de transição, correlacionada com mudanças psicológicas, levando os adolescentes a passar por vários conflitos em função dos lutos infantis (ABERASTURY & KNOBEL, 2001), durante os quais se perde a criança e se pode adquirir um adulto, que neste período atinge-se a maturidade biológica e sexual e define-se a identidade sexual e o espaço social de homem ou mulher.

Outra grande perda refere-se a dos pais da infância que eram considerados motivos de orgulho e na adolescência passam a ser considerados “caretas”, transferindo o vínculo de identidade para amigos e professores.

Em relação às orientações sexuais, Maia Filho et al. (2004) manifestam a necessidade de que estas ocorram cada vez mais precocemente, uma vez que há redução na idade dos alunos com experiências sexuais.

A educação sexual como processo de promoção do aprendizado sexual no contexto de programas que considerem as dimensões biológicas, emocionais, espirituais, intelectuais e socioculturais e que integrem a totalidade do ser humano, é proposto por (OKAWARA, 2005), pois a partir do nascimento e ao longo do ciclo da vida, essas experiências determinam profunda influência não apenas no desenvolvimento da personalidade, como em grande parte das relações interpessoais de uma pessoa.

(WEREBE, 2008) revela que as experiências referidas por (OKAWARA, 2005) “marcam” o adolescente, de modo que quando se inicia a orientação sexual formal, o aluno já possui valores, normas e conhecimentos, que certos, incompletos ou errados já influenciaram suas ideias, sobre a própria sexualidade. Portanto, as intervenções educativas não se fazem sobre uma "tábula rasa", mas sobre um ser em desenvolvimento, no seio de uma família com suas características próprias, inserido em grupo de pares e num mundo social e cultural com valores e regras mais ou menos rígidas ou permissivas. Desse modo, estes conhecimentos e ideias que o aluno possui, interferem evidentemente, na compreensão e assimilação das novas informações que lhes são transmitidas, uma vez que os bloqueios emocionais ou culturais pode de fato, levar o indivíduo a selecionar e/ ou deformar as informações que lhes são transmitidas.

Para (BERGER, 2001), o desconhecimento da sexualidade humana e as distorções provocadas pela falta de informação podem levar o adolescente a percorrer caminhos penosos, quando este poderia ter uma vida mais sadia. Uma das formas de valorizar a vida é dar ao adolescente uma orientação, a mais correta possível sobre a sexualidade.

O anseio por conhecimentos sobre a sexualidade já referido por (OKAWARA, 2005), encontra confirmação nas observações de Martinez (2008), quando afirma que os adolescentes buscam junto aos colegas mais experientes por informações sobre o aspecto bio-fisiológico da sexualidade e AIDs, discutindo com eles questões afetivas e emocionais que permeiam o desenvolvimento físico, o relacionamento e a iniciação sexual, buscando nessa convivência, um lugar onde se sentem seguros para compartilhar suas angústias.

A observação de (RIVITTI, 2009) acerca das condições de saúde dos indivíduos, que atualmente acabam por prolongar a fase sexual ativa, em suas vidas, ampliando cada vez mais a possibilidade de DST/AIDS, converge para a necessidade de assegurar aos adolescentes, uma vivência sadia de sua sexualidade. Tais colocações são indispensáveis quando se leva em conta as considerações de Dias (2007), em relação à vivência da sexualidade como uma experiência de muito prazer e de expressão de sentimentos profundos, próprios do encontro afetivo entre duas pessoas.

Salienta Martinez (2008), que fora do ambiente familiar, os alunos buscariam informações sobre orientação sexual, preferencialmente, junto aos amigos e as leituras de

revistas e livros, sendo que a televisão ocuparia um significativo segundo lugar como fonte de informação. A escola ocuparia um terceiro lugar.

Knobel (2002) afirma que essa tendência de se dirigirem aos amigos na discussão de dúvidas sobre questões sexuais está ligada a uma característica presentes nessa fase evolutiva, que é a tendência grupal. O adolescente pertence mais ao grupo do que a família, deslocando a afetividade dos pais para o grupo de amigos, onde todos se identificam entre si.

Poli (2006) destaca que o aconselhamento ao adolescente ocorre de maneira espontânea, assistemática e contínua, no convívio com os amigos, familiares e meios de comunicação, e que na escola acontece de um modo formal e programado, ressaltando que na primeira, muitas vezes há o reforço de fantasias e mitos como a invulnerabilidade.

As considerações de Santos (2000), enfatizam que os jovens, não encontrando espaço para exporem seus conflitos, seus medos e suas angústias, recorrem aos próprios colegas, tão “instruídos” quanto eles e, conseqüentemente, as suas indagações são mantidas, propiciando o exercício da sexualidade de maneira fragmentada, decorrendo conseqüências inesperadas e não planejadas, como o drama de IST’s e ou gestações inoportunas. Por outro lado, o autor destaca que ao considerar as construções históricas, culturais e sociológicas que permeiam a sexualidade humana, a orientação sexual pode levar o adolescente construir uma nova identidade sexual, a qual propicia ao aluno uma vivência mais autêntica de sua sexualidade, na qual a afetividade, o respeito, a responsabilidade, o envolvimento, a felicidade e o prazer estejam efetivamente presentes. Desta maneira, a orientação sexual é essencial para que os adolescentes tenham uma vivência sadia e prazerosa da sexualidade.

Considerada pelo Ministério da Saúde (BRASIL,2007), fundamental não só para a reprodução, como também para o bem – estar do ser humano, a sexualidade se relaciona a outros aspectos como sentimentos, afeto, prazer, namoro, casamento, filhos e aos projetos de vida. Por isso, faz-se necessário entender e discutir os questionamentos e reflexões para o amadurecimento e desenvolvimento de atitudes responsáveis pelos adolescentes.

Pesquisas referentes à orientação sexual realizadas por Arruda (2002), em escolas públicas e privadas da Paraíba, através de questionários aplicados aos adolescentes entre 13 e 19 anos, evidenciam, que os jovens ressentem se da falta de informações sobre sexo,

indicando que a primeira fonte de informação são os amigos e as revistas “Ele e Ela, Playboy e Privê”. Nesta mesma pesquisa diz a autora “que as orientações recebidas em casa, não esclarecem nada, uma vez que os jovens só ouvem de seus pais as frases como, sexo só quando casar, isto é pecado”.

Atualmente acredita-se que entre os adolescentes as principais fontes de aprendizado e informações sobre sexo ainda estão os amigos, porém as revistas masculinas relacionadas ao tema praticamente entraram em extinção e perderam lugar principalmente para as mídias sociais e a internet como fontes de informação de fácil acesso e quase que inesgotável conteúdo, principalmente proveniente do aparelho de telefone celular.

Achados referentes à orientação sexual nos EUA, são analisados por Okawara (2005), apontando que menos de 10% dos estudantes americanos recebiam educação sexual nas escolas; 75% dos jovens adquiriam informação sexual formal com seus colegas ou amigos e apenas 12% a partir de seus pais. É também referido em relação aos jovens que uma expressiva maioria tinha interesse e sentia necessidade em programas de educação sexual, e que finalmente, 77 % dos adultos eram favoráveis a ocorrência desses programas nas escolas. Infelizmente do ponto de vista da educação sexual no Brasil ainda não existem pesquisas que evidenciem nacionalmente o quadro da atual situação dos estudantes brasileiros bem como das nossas escolas.

2.5 – A Orientação Sexual e a Família

2.5.1 – A Família como Elemento Importante na Construção da Sexualidade Humana

Segundo Egypto et al. (2001), a família influi de forma determinante nos papéis sexuais dos filhos, pois nossa sociedade, ainda demarca esses papéis de forma rígida e estereotipada: “O tabu que pesa sobre a iniciativa sexual das mulheres, por exemplo, tem muito a ver com o papel de subordinação que a sociedade estabelece para o sexo feminino”.

Como já foi citado anteriormente, os PCNs (BRASIL, 2006) informam que diversos estudos sobre orientação sexual, demonstraram resultados pouco significativos obtidos em trabalhos esporádicos, além de inúmeras pesquisas apontarem também, que apenas informações pontuais não são suficientes para a adoção de comportamentos preventivos.

Suplicy et al. (2004) ao considerar a pesquisa do Instituto Data Folha realizada em dez capitais brasileiras, afirma que 86% das pessoas ouvidas eram favoráveis à inclusão de orientação sexual nos currículos escolares. Em relação aos pais, Mota (2006) descreve que a maioria deles não conversa com os seus filhos acerca da sexualidade e ainda, quando perguntados sobre o assunto, muitos proibem veementemente, qualquer discussão.

Suplicy et al. (2004) refere ainda, que os pais ao demonstrarem abertura, o diálogo, este se dá na forma de aconselhamento de cunho moralista, alertando os meninos a terem “cuidado com as meninas de hoje”, “não se apaixonarem pela primeira garota que transarem” e para as meninas, recomendam “só terem relação sexual após o casamento”, “não caírem em tentações e cantadas dos homens”, pois se acontecer alguma coisa, elas serão expulsas de casa”. Completa o autor, que os pais não estão preparados para falar de sexualidade, já que se encontram imbuídos de ideias negativas, associando sexo ao pecado.

Bernardi (2005) considera que: “a família tende a imprimir na personalidade dos subordinados uma determinada estrutura psíquica, aprovada pela sociedade, e para isto vale-se de meios sugeridos pela própria sociedade”.

Também Bruns (2005) revela que se desenvolvem na família as mesmas funções de impor a própria autoridade, controlar a sexualidade dos filhos e de apresentar-se como modelo ideal de comportamento sexual. A identidade sexual e social de cada um deve ser construída portanto, segundo o contexto no qual se está inserido. Essa dificuldade dos pais em aceitar que seus filhos sejam sexuados, especialmente as filhas é observada por Dias (2008). Para ele, os pais sentem-se confusos com sua própria sexualidade e com o papel a desempenhar na educação sexual dos filhos e, muitas vezes, não têm clareza dos valores que pretendem transmitir-lhes.

De acordo com Chauí (2004) e Bernardi (2005), a negação da sexualidade dos adolescentes é de modo algum, recente. Ao contrário, é um legado da época vitoriana quando os médicos, a família e os educadores tinham uma concepção angelical e assexuada das crianças e dos jovens.

No entanto, Martinez (2008) afirma que: “os pais que não discutiram em casa questões sexuais com os seus genitores, também não terão condições de proporcionar esta discussão

aos seus filhos”, repetindo exatamente o modelo que tiveram, ou seja, por não terem vivenciado determinada situação. Salienta ainda o autor que é grande a reivindicação dos pais em relação à orientação sexual nas escolas, pois estes reconhecem sua importância para os jovens e salientam a dificuldade de falar abertamente, sobre esse assunto em suas residências.

Para (CARIDADE, 2000), a afetividade está implícita ao se falar de sexualidade, pois considera que a educação sexual, começa bem antes do indivíduo nascer, acreditando a autora serem os pais os primeiros e principais educadores da sexualidade. Porém, acrescenta também que são poucos os pais têm consciência deste fato, pois em sua grande maioria, não percebem as consequências de uma educação opressora, na qual sob pretexto da moral, acabam, deixando as crianças e adolescentes à mercê de informações deturpadas.

Por outro lado, (SANTOS, 2000) observa que o receio dos pais é compreensível, se levarmos em conta a construção social, cultural e histórica da sexualidade, o que tem como consequência a desinformação e a dificuldade para se tratar do assunto. Para (PATRÍCIO, 2000) a família pode ter leis próprias, construindo suas crenças, valores e conhecimentos de acordo com a sua história de vida.

(SANTOS, 2000) revela como dificuldade decorrente da história de vida de cada um, a repressão sexual que a permeia, vivenciada pelos jovens e influenciada pela sociedade, religião e aspectos culturais dos indivíduos.

As considerações de (SANTOS, 2000), que revelam os pais como frutos da repressão sexual e de preconceitos da sociedade em relação à sexualidade, acrescidas das colocações de (POLI, 2006) quanto à ocorrência do reforço às fantasias e mitos pela família, levaram (SANTOS, 2000) a apontar a necessidade que os pais têm de participar de programas de orientação sexual, uma vez que foram privados dessa forma de educação ou então a tiveram truncada. Segundo (SANTOS, 2000), tal situação os leva a ignorar em grande parte a sexualidade dos filhos por não saberem lidar com ela.

É consenso entre estudiosos da sexualidade e educadores que a educação sexual deveria ser realizada pela família, porém como relata (BERNARDI, 2005), quando isso ocorre, a família quase sempre reproduz a estrutura social vigente, na qual o autoritarismo, a acriticidade, fidelidade às tradições, imposição de comportamentos sexuais e a repressão

sexual são as bases sobre as quais essa educação se sustenta. A família, como fruto dessa sociedade, acaba por conservá-la, garantindo assim a sua manutenção e continuidade.

Ao observar que os pais sentem dificuldades em dialogar de forma clara com seus filhos sobre temas como masturbação, prevenção de AIDS/ IST's, prazer e relacionamento, (SANTOS, 2000) evidencia falhas na orientação, justificando-as com base nos fatos de que alguns pais acreditam que seus filhos tenham conhecimento dos métodos contraceptivos, postergando o seu início sexual, enquanto outros não se consideram aptos para falar de sexualidade e dos métodos anticoncepcionais. Por outro lado, (TRINDADE, 2009), refere que ainda se estimula, os meninos em sua iniciação sexual precoce, sem no entanto, ensinar-lhes qual é o seu papel e suas responsabilidades no desempenho de sua sexualidade.

Quando ocorre a “morte” dos pais internos (ensinamentos recebidos dos seus genitores), os pais passam a ter uma atitude para com seus filhos, diferente daquela vivenciada com seus próprios pais; caso contrário, segundo (BERGER, 2001) continuarão reeditando o vivido. É salientado pelo mesmo que os pais transmitem a seus filhos conhecimentos de acordo com as possibilidades psicológicas da realidade que possuem, já que a transmissão dos ensinamentos a seus filhos depende da possibilidade de encontrar, em sua própria experiência, o equivalente daquilo que estão ensinando. Essa concepção é também salientada por (NASCIMENTO, 2007), quando o autor revela que pais mais amadurecidos psicosssexualmente são melhores indicadores para os filhos e que filhos mais informados têm menos conflitos com seus pais.

Estas concepções foram tratadas por (SUPLICY, 2001), ao expressar que os pais necessitam defrontar se com a própria sexualidade, para lidar com a dos filhos, gerando muitas vezes, angústia, pois a sexualidade dos filhos traz à tona, para muitos pais, aspectos reprimidos da própria sexualidade.

Essa educação sexual informal, que se realiza no âmbito da família de maneira espontânea, assistemática e contínua (POLI, 2006), tem para (WEREBE, 2008) uma importância particular sobre o desenvolvimento da criança e a formação de grande parte de suas ideias sobre a família, o amor e a sexualidade; o mundo adulto e sobre si mesma. Ela é determinada pela organização e estrutura da família, pelas suas condições de vida, dinâmica das relações entre seus membros e características individuais dos pais, os quais passam a ser

educadores, muitas vezes de forma inconsciente, sem avaliar o alcance das medidas que tomam, dos discursos que desenvolvem e das atitudes que assumem sobre questões direta ou indiretamente, ligadas à vida sexual de seus filhos. Para esse último autor, os pais educam mais pelo que fazem do que pelo que dizem, passando a representar os primeiros modelos humanos que a criança conhece, como homem e mulher, no papel de marido e esposa e como pessoas sociais. Essa concepção de que cada adolescente tem sua história, sua família com seus próprios valores sexuais, morais e que nesse meio ele vem construindo sua subjetividade, é também de (MARTINEZ, 2008), que confirma serem os pais a fonte das relações primordiais que facilitam ou dificultam os relacionamentos posteriores dos filhos.

O papel da família como ponto importante na formação e no desenvolvimento da sexualidade do adolescente, é também considerado por (RIBEIRO, 2008), quando se pensa em prevenção de ISTs/AIDS, uma vez que o programa de prevenção dessas doenças deve ser compatível com os contextos familiar e a cultura do adolescente. Afirma ainda tal autor, que a ocorrência de diálogo entre pais e filhos sobre problemas sexuais pode levar ao adiamento da atividade sexual, menor probabilidade de gravidez, maior probabilidade de comportamentos preventivos na adolescência, elevação no nível de conhecimentos sobre controle da natalidade, comportamentos sexuais responsáveis entre adolescentes e auto-estima positiva.

Neste contexto, deve ser considerado também, conforme referido por (WEREBE, 2008), a formação dos pais: há pais rígidos e moralistas que procuram impor aos filhos normas de conduta severas no domínio da vida sexual, impedindo que eles se desenvolvam sem complexos e sem culpabilidade. Outros porém, são liberais, abertos e compreensivos, procurando manter com os filhos, diálogo sobre orientação sexual. Há também aqueles que são totalmente permissivos e finalmente, os indiferentes em relação aos comportamentos sexuais dos filhos. Frequentemente, os pais projetam sobre os filhos seus desejos e frustrações, como se pudessem sempre impor-lhes os planos que não conseguiram realizar na própria vida – e projetam também, sobre eles os temores e fantasias que viveram na própria infância e juventude. Os pais carregam da infância a marca de sua própria sexualidade que é revivida na sexualidade infantil dos filhos.

Dentro destes aspectos, (WEREBE, 2008) salienta que muitos pais temem que a orientação sexual venha a contestar os valores morais e religiosos da família, além de indicar caminhos contrários a estes valores, com a preconização de uma suposta liberdade sexual, ou

seja, uma "libertinagem dos costumes". Esse autor ressalta que, tal percepção se deve também a pequena participação dos pais nas reuniões que são realizadas na escola com os educadores. Nos países ocidentais é mais frequente que somente as mães participem destas reuniões, revelando que a educação dos filhos é apenas responsabilidade materna. Acredita (WEREBE, 2008), que problemas relacionados com a orientação sexual nas escolas poderão ser evitados, quando os professores tornarem os objetivos, a pedagogia e as orientações definidas com clareza e sem ambiguidade.

Ao pesquisar sobre a percepção que os pais apresentam sobre a sexualidade de seus filhos, (DIAS, 2009) revela que tanto os pais quanto os filhos, encontram dificuldades em iniciarem conversas sobre a sexualidade; os jovens sentem-se constrangidos ou temem a desaprovação dos pais e os pais por sua vez, sentem-se despreparados e desajeitados para abordar o assunto, conforme afirmam Liskin et al. (2007).

Para (BERALDO, 2003) o estudo da sexualidade envolve o crescimento global do indivíduo, tanto intelectual, físico, afetivo-emocional e sexual propriamente dito. A maioria dos pais acham constrangedor conversar sobre sexo com seus filhos, ora pela educação recebida de seus pais, ora pela repressão ou por não saberem como abordar o tema. Assim, os filhos na maioria da vezes, ficam sem respostas para suas dúvidas, gerando conflitos ou acidentes inesperados por terem informações errôneas ao consultar variadas fontes impróprias.

(MARTINEZ, 2008) ressalta que o diálogo sobre a sexualidade é muito mais que simplesmente transmitir informações, exigindo-se a superação de barreiras, como idade e valores, em favor de uma proximidade que facilite a percepção do momento existencial do filho, mediada por mensagens que não sejam nem restritivas nem permissivas. Envolve o surgimento de uma aliança comunicativa, na qual filho ou filha encontre espaço e apoio para seu desenvolvimento psicológico. Entretanto dificilmente, pais e filhos conseguem estabelecer essa condição existencial para o diálogo, principalmente quando o tema é sexualidade.

No caso dos pais serem também professores, (MARTINEZ, 2008) descreve que estes passam a referir a escola como local de coleta de suas informações sobre sexualidade na adolescência, superando desse modo, as informações oriundas dos seus pais. Em seus trabalhos, os resultados indicaram que os aspectos biológicos desenvolvidos pelos conteúdos

das escolas, tiveram importância relativamente mais significativa do que os pais, no conjunto das informações sobre sexualidade e ainda, que as fontes de informação predominantes foram maciçamente os amigos e leituras (livros e revistas). Concluiu o autor, que a maioria desses professores/pais não teve como experiência de vida o diálogo com seus pais e poucos perceberam, na sua vivência enquanto estudantes, a escola como lugar de discussão da sexualidade. Tal evidência ratifica a tese defendida pelo próprio autor em relação aos pais, que os pais/professores ao não discutirem em casa a sexualidade, também não poderiam proporcionar esta discussão posteriormente com seus filhos/alunos, repetindo exatamente o modelo que tiveram.

No entanto, as competências dos pais e da escola ligadas à orientação sexual dos adolescentes, parecem claras para (WEREBE, 2008), ao referir que os pais deveriam, em sua maioria, exercer legitimamente seu papel, quando transmitiriam seus valores particulares aos filhos, enquanto, a escola também cumpre o papel de ampliar esse conhecimento em direção à diversidade de valores existentes na sociedade. Desse modo, o autor acredita que por meio da reflexão o adolescente encontraria um ponto de auto-referência, possibilitando o desenvolvimento de atitudes coerentes com valores que ele próprio elegeu como seus.

Apesar das dificuldades dos pais, (CANO, 2000) aborda aspectos positivos do convívio familiar, entre pessoas que se estimam e tentam superar as dificuldades do dia a dia, no qual as questões de sexualidade devem ser debatidas, levando-se em conta os valores, atitudes, crenças religiosas e culturais da família.

3 – METODOLOGIA

Para o autor, a metodologia deve permitir uma discussão aberta, ações educativas nas quais ocorram troca de informações e de ideias, sem que sejam geradas inibições e até repressões, as quais venham interferir na construção de seus próprios padrões pelos alunos.

3.1 – Tipo de Estudo e Abordagem da Pesquisa

A presente pesquisa foi desenvolvida em duas fases, que ocorreram concomitantemente. Na primeira fase realizou-se uma pesquisa bibliográfica composta pelos principais autores e pesquisadores da área da sexualidade com a qual se desejou compreender

os conceitos do ensino de gênero e sexualidade na escola para alunos do Ensino Médio. Essa pesquisa bibliográfica se deu no âmbito da coleta de dados e informações sobre o tema proposto pelo trabalho, fundamental para a elaboração do Referencial Teórico. Tal procedimento se deu principalmente pela análise de livros, artigos e pesquisa documental realizadas nas bibliotecas da UFPA (Biblioteca Central), UEPA (Campus Djalma Dutra), UNAMA (Campus Alcindo Cacela) além de acervo pessoal. Outra fonte de coleta de dados foi o sistema informatizado da rede mundial de computadores.

Conhecer as políticas públicas voltadas a sexualidade do estudante adolescente bem como a legislação que ampara e orienta o educador na abordagem dos temas relacionados a sexualidade em sala de aula. Segundo Severino (2007, p. 122), a pesquisa bibliográfica “é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, etc”.

Na segunda fase do trabalho foi realizado um estudo de caso através de uma pesquisa de campo descritiva de abordagem quantitativa-qualitativa com a qual se pretendeu investigar a percepção dos professores de biologia e alunos do 2º ano do Ensino Médio sobre a sexualidade humana e também fornecer informações sobre a viabilidade e adequabilidade de se oferecer programas e atividades que tratem da orientação sexual dos alunos, incluindo os segmentos envolvidos: educador, escola, pais e alunos. Considerando a não existência de tais atividades no local objeto da pesquisa, voltados a realidade vivida pelos alunos em sala de aula e a formação dos professores no tema proposto.

A referente pesquisa de campo se utilizou de questionários estruturados e entrevistas para coleta de dados que se amparam nas características citadas por (LUDKE, 2006) em que pesquisas qualitativas fazem uso de informações e dados descritivos, pois se processam em seu ambiente natural, com o pesquisador em contato “in loco” com o ambiente em que se dá a situação observada no estudo e com os indivíduos que fazem parte desse ambiente, considerando as informações e os dados, dedicando atenção especial ao significado que a amostra dá ao assunto investigado e privilegiando mais, os sujeitos do processo em que se dá a investigação do que os achados, ao mesmo tempo que será necessário o cruzamento dos levantamentos com toda a pesquisa bibliográfica já feita.

O autor (GATTI, 2011) destaca que o dispositivo quantitativo-qualitativo expresso através da entrevista subjetiva individual ou em grupo e a utilização de dados estatísticos objetivos, como instrumento para construir achados de campo, é uma ferramenta apropriada para compreender os dizeres dos entrevistados no processo da descrição do objeto da investigação pedagógica em educação.

3.2 – Local da pesquisa/Contexto

A pesquisa de campo ocorreu nas dependências da Escola de Aplicação da UFPA (antigo núcleo Pedagógico Integrado - NPI) de campus universitário do município de Belém, no período de 03 de dezembro à 13 de dezembro de 2018. A escola localiza-se na Av. Perimetral S/N. No bairro da Terra Firme da cidade de Belém-PA. Trata-se de uma escola pública federal que oferece Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Além disso, é campo de estágio para os alunos de graduação da UFPA.

Fig. 03 – Imagem da entrada principal da Escola de Aplicação da UFPA, antigo NPI.



Fonte: Arquivo pessoal (2018).

3.3 – Amostra/Participantes

Os docentes escolhidos para pesquisa são da área de Ciências da Natureza de formação em Biologia, onde segundo descrição dos (PCN's 2000, BRASIL) incluem-se a aquisição de habilidades e competências relacionadas que permitam ao discente à apropriação de conhecimentos da Biologia e do corpo humano e suas interações ou desdobramentos como formas indispensáveis de entender e significar o mundo de modo organizado e racional.

Esta escola foi escolhida por ser o local onde o pesquisador atuou como estagiário, ter um número razoável de docentes com determinado tempo de atuação na docência pública federal, com possibilidade de ter vivenciado, em sala de aula, experiências ligadas ao tema, bem como destes terem demonstrado disposição e interesse em colaborar com a pesquisa. Além disso, o pesquisador tem como estagiário desta escola um vínculo de proximidade e confiança com os demais docentes. Também a disponibilidade por parte dos docentes era prevista, pois em diálogo anterior com estes, os mesmos informaram que poderiam se interessar pelo tema e desta forma, colaborar no desenvolvimento do trabalho do pesquisador.

A Direção escolar, representada pela sua diretora, vice-diretora e coordenadores, colocou-se à disposição do pesquisador na realização desta atividade, demonstrou interesse em que a mesma fosse desenvolvida, pois há muito a abordagem de temas sobre a sexualidade havia se configurado uma necessidade na escola e esta intervenção era entendida como capaz de beneficiar sobremaneira os alunos desta unidade escolar, de promover o enriquecimento de docentes, funcionários e genitores dos discentes, pois foi vista como uma atividade aglutinadora de toda a comunidade escolar.

Esses alunos cursam a 2ª série do ensino médio e não possuem inseridos em seu conteúdo programático os temas: corpo humano, sistema reprodutor e sexualidade. Porém possuem o tema seres vivos, onde um dos sub-itens aborda o estudo dos Vírus (“AIDs e ISTs”), onde poderia se encaixar a discussão mesmo que restrita dos temas associados à sexualidade humana. Os jovens entrevistados na pesquisa tem idade variando entre 15 e 18 anos. Encontram-se portanto, na adolescência, vivenciando o ápice da puberdade, e de suas modificações hormonais e as consequentes alterações físicas, psicológicas e de âmbito social. Nesta fase, despertam para o interesse e atração pelo sexo, demonstrando aproximação pelos

assuntos ligados à sexualidade, quando então, iniciam-se nas primeiras relações sexuais, para as quais, quase sempre, encontram-se despreparados.

Por serem discentes do período diurno, observou-se durante levantamento informal que quase a totalidade dos alunos não trabalham durante o dia ou trabalham somente durante um período, e em sua maioria não fazem parte da população economicamente ativa, com seus genitores lhe provendo o sustento e restringindo a responsabilidade destes discentes aos deveres escolares, caracterizando a “irresponsabilidade social”, o “sentir-se mais jovem e solto” e portanto, com “mais liberdade” para a paquera e para o sexo, o que passa a ser encarado por esses alunos como “estar apto ao intercurso sexual”.

Outro aspecto a ser observado é o fato de nunca ter ocorrido nesta escola, nenhum projeto que tratasse de temas relacionados à sexualidade humana, os quais constam dos PCNs (BRASIL,2006) como assuntos recomendados para serem abordados como temas transversais, que proporcionem a orientação sexual de seus discentes, cuja intervenção poderá influenciar na expressão da sexualidade destes e dos seus docentes.

A Escola de Aplicação, diferenciada em relação a maioria quanto as suas características socioculturais uma vez que pode ser considerado uma extensão da universidade Federal do Pará-UFPA com um corpo docente de excelência, com professores da universidade federal em sua maioria com títulos de mestrado e doutorado além de acolher os filhos dos servidores da universidade e os filhos de membros da comunidade em geral, neste contexto a EA-UFPA foi escolhida para desenvolver esta pesquisa, dadas às referências na literatura que atestam as interferências dos aspectos socioculturais e educativos na construção da sexualidade humana.

3.4 – Coleta de dados: Técnicas e Instrumentos

Na construção do instrumento de pesquisa foram empregadas entrevistas através de questionários estruturados de abordagem quantitativa-qualitativa, com maior ênfase no caráter qualitativo. Para (LUDKE, 2006) a pesquisa qualitativa em educação se mostra mais adequada, uma vez que o uso do método entrevista torna-se a estratégia mais adequada para “construir” os dados descritivos na linguagem do próprio sujeito no ato da mesma.

Fig. 04 – Imagem do local das salas de aula das turmas do 2º ano do Ensino Médio da EA-UFPA onde ocorreu a coleta de dados.



Fonte: Arquivo pessoal (2018).

Para o pesquisador, (LUDKE, 2006, p. 34), “a vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela nos permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos”. Esse dispositivo nos permite aprofundar o ponto que buscamos escutar nas entrevistas. No ato da entrevista, o pesquisador realiza “correções necessárias solicitando esclarecimentos e adaptações que a tornam sobremaneira eficaz na obtenção das informações” (LUDKE; ANDRÉ, 2006, p. 34).

Em investigação científica, todo o contexto do processo é fundamental quando se deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Para DUARTE (2004, p. 215), as entrevistas:

Se bem realizadas, permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelece no interior daquele grupo.

Foram levados em conta na confecção dos questionários a vivência do educador com questões que afligem os discentes nesta faixa etária, apontadas no dia a dia do docente durante suas aulas, sua experiência em lidar com temas ligados à abordagem biológica da sexualidade humana e ainda, os dados obtidos mediante a revisão bibliográfica e o estágio observatório e interativo do pesquisador no ambiente em que se deu o estudo. Antecedendo a etapa de coletas de dados e objetivando a detecção dos principais pontos a serem considerados na intervenção e a adequação das questões aos propósitos da pesquisa.

Assim, para atender ao referido na presente proposta, a coleta de dados foi realizada da seguinte forma:

- Fase 1:
 - Levantamento bibliográfico e fichamento das principais publicações, sobre o tema em estudo, tais como livros, revistas, periódicos, teses, etc, bem como, das publicações de leis, decretos, estatutos, e cartilhas, disponibilizados pelo governo federal, estadual e municipal.

- Fase 2:
 - Nesta fase foram elaborados e apresentados aos indivíduos objetos da pesquisa 2 questionários totalizando 31 questões abertas semiestruturadas, de múltipla escolha e de associação das informações. Sendo 17 (dezessete) questões para (04) professores do ensino médio (ANEXO I) da disciplina (Biologia), e 14 (quatorze) questões para (06) turmas da 2ª série do ensino médio (ANEXO II). Considerou-se a ordem de prioridade dos investigados, de modo a favorecer a percepção dos mesmos sobre o tema e suas manifestações. Buscou-se explorar principalmente os aspectos nos valores formativos da identidade sexual (COSTA, 2006; TELAROLLI JUNIOR, 2007; WEREBE, 2008 e SANTOS, 2000), além de outros considerados como norteadores de uma proposta de orientação sexual, bem como as prescrições e metas propostas pelos PCNs (BRASIL, 2000) em relação à orientação sexual na escola.

Os questionários foram apresentados aos docentes da escola, durante as atividades de estágio curricular do pesquisador e aos discentes no horário letivo durante o período de **03/12/2018** a **13/12/2018**. Nos intervalos entre as aulas, diretamente pelo pesquisador, que os recolheu dentro do prazo de uma semana, no caso dos docentes e ao final de dois dias a aula

correspondente à aplicação dos mesmos, no caso dos discentes. O prazo estabelecido para a entrega dos questionários dirigidos aos docentes, objetivou respeitar seus afazeres profissionais e particulares, na tentativa de possibilitar a obtenção de respostas detalhadas e próximas da realidade familiar. Por outro lado, visando a não ocorrência de comunicação entre os discentes durante a resposta ao questionário, o mesmo foi aplicado sob a orientação do pesquisador de que deveria ser realizado em suas residências individualmente.

Os resultados foram apresentados em gráficos (tais gráficos visaram a melhor visualização e esclarecimento de aspectos abordados na coleta de dados, e ainda, objetivaram a ampliação das percepções acerca da análise dos resultados da pesquisa) e figuras representativas do número de respostas às questões e ou alternativas/informações por categoria e turma, relativos à cada unidade de sala de aula investigada, a partir dos quais foram processados análises e comentários sobre a possibilidade de oferecimento de programa de orientação sexual desenvolvido na escola, envolvendo as vivências dos discentes, dentro da realidade sentida na adolescência, a atualização dos docentes a partir das manifestações da sexualidade de seus discentes. Ainda, os resultados obtidos a partir das entrevistas realizadas com 04 docentes e 96 discentes, após analisados, subsidiaram a proposta dos eixos de discussão da pesquisa: qual a percepção da sexualidade humana, conceito de relações de gênero, do papel da escola e na orientação sexual, do que se deve considerar uma proposta viável de orientação sexual na escola na opinião dos 2 segmentos investigados: docentes e discentes.

3.5 – Aspectos éticos

Para fins de segurança e manutenção de privacidade dos indivíduos objetos deste estudo, uma vez que o tema abordado é demasiado polêmico e sua abordagem em sala de aula poderá constituir-se em retaliação ao educador ou aos alunos. O autor da pesquisa decidiu por suprimir dos questionários a identidade dos entrevistados docentes e discentes envolvidos no presente trabalho, mantendo a autoria das respostas dos questionários em anonimato.

O pesquisador, ao relatar os resultados de sua pesquisa, precisa também preservar a integridade física e a imagem pública dos informantes. Por isso, geralmente, omite os verdadeiros nomes, usando pseudônimos escolhidos pelo pesquisador ou pelos próprios informantes. (FIORENTINI, 2009, p.199).

4 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para efeito de composição das amostras foram considerados na apresentação dos dados, somente os questionários devolvidos respondidos, sendo adotado como critério o número de respostas, apresentadas com referência às informações pessoais e às alternativas indicadas pelas categorias investigadas.

Os dados obtidos na presente pesquisa, após organizados por categoria para cada uma das turmas estudadas, foram apresentados em figuras explicativas, considerando os dados pessoais dos entrevistados excluindo a identificação, além de informações relativas idade, tempo de magistério, nível de ensino e disciplina que leciona, para os docentes e religião, nível de ensino, idade e bairro onde reside, para os discentes.

Assim, na Escola de Aplicação-UFPA, os questionários foram entregues aos professores de Biologia e aos alunos para que respondessem em suas residências. (04) questionários tipo I foram entregues aos docentes, dos quais 04 foram devolvidos respondidos; E (96) questionários tipo II entregue aos discentes, sendo devolvidos 28 questionários respondidos ou parcialmente respondidos pelos discentes.

4.1 – Concepção de Gênero, Identidade e Ideologia de Gênero

Para a análise qualitativa dos resultados desta pesquisa foram considerados os aspectos estudados na literatura consultada em relação à sexualidade humana e à orientação sexual, os quais puderam ser agrupados, no sentido de contemplar os objetivos ligados à percepção da sexualidade humana, o papel da escola na orientação sexual e a possível abordagem da sexualidade na escola envolvendo os 2 segmentos investigados, sendo pela ordem os docentes e posteriormente os discentes, como se segue abaixo:

4.2 – Análise dos Dados Quantitativos-Qualitativos (Docentes)

- DOCENTES – Parte introdutória do questionário

Os valores numéricos do questionário referentes aos dados pessoais dos docentes relativos à idade, tempo de magistério, instituição onde leciona e as séries em que ministra aula, apontam que na Escola de Aplicação da -UFPA dos 04 docentes de biologia

investigados, 04 do sexo masculino. A faixa etária mais frequente foi a dos 30 anos onde encontramos (02 docentes), tempo de magistério mais frequente apontado pelos discentes da escola foi na faixa dos 20 anos (02 docentes) e nome da instituição de ensino em que lecionam apresentou valor em sua totalidade da EA – UFPA (04 docentes).

Em relação às séries em que ministram aulas, apresentou-se a predominância da 3ª série do ensino médio (03 docentes), todos entrevistados responderam está parte introdutória do questionário.

Tabela 01 – Evidenciando os valores numéricos absolutos da parte introdutória do questionário fornecido aos professores como a idade, tempo de magistério e as turmas em que ministram aulas de biologia:

Função	Idade	Tempo de Magistério	Séries em que ministra aulas de Biologia
Docente 1	51	29 anos	2ª series do Ensino Médio
Docente 2	42	23 anos	1º, 2º e 3º séries do Ensino Médio
Docente 3	34	13 anos	3º série do Ensino Médio
Docente 4	33	10 anos	3º série do Ensino Médio

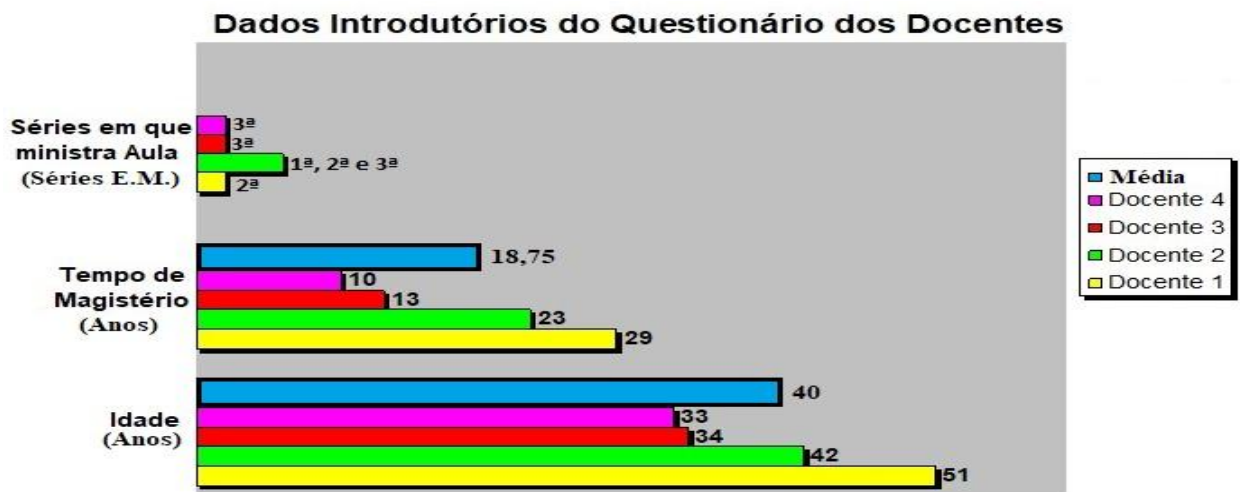


Fig. 05 – Gráfico evidenciando por valores numéricos e proporcionais a parte introdutória do questionário entregue aos docentes, referenciando a idade, tempo de magistério e séries em que ministra aulas de Biologia:

Comentários sobre as Respostas de Conceitos de Gênero, Sexualidade, Identidade e Ideologia de Gênero – Docentes

1ª Questão

Na entrevista semi-estruturada, ao questionar os docentes na 1ª questão: “**O que você entende por gênero, sexualidade humana?**”. A resposta deveria ser expressada de maneira

discursiva, de acordo com o entendimento individual de cada professor. Os resultados apontaram a prevalência de expressões que relacionavam o conceito de gênero/sexualidade dentro dos seus aspectos biológico 2 respostas, em 1 resposta o entrevistado relacionava a sexualidade a opção individual e subjetiva do indivíduo sem conceitos certos ou errados. Já em outra resposta o entrevistado evidenciou na resposta “nada a declarar”. Nenhum dos entrevistados relacionava a sexualidade humana aos aspectos biopsicosociais.

Para (GIDDENS, 1990) gênero pode ser definido como aquilo que identifica e diferencia os homens e as mulheres, ou seja, o gênero masculino e o gênero feminino. Porém para (SALES, 2008) a sexualidade passa a ser vista como parte do componente humano, ultrapassando o biológico e sendo predominantemente cultural.

2ª Questão

Já ao questionar os docentes na 2ª questão sobre: “**O que você entende por identidade e ideologia de gênero?**”. Nos resultados analisados a maioria dos docentes entrevistados apontou discursivamente insegurança ou desconhecimento principalmente quanto ao conceito de ideologia de gênero (2 respostas). 1 entrevistado reforça o conceito fundamentalmente biológico dos temas, e outro refere em sua resposta “Nada a declarar”.

3ª Questão

Na terceira questão foi apresentado de maneira objetiva aos professores – “**Você se sente apto para explicar gênero e sexualidade? Responda em relação:**”. A resposta deveria ser expressada sob quatro aspectos. 1º Sua Formação; 2º Condições da escola; 3º Meios de ensino; 4º Material de apoio. Em cada aspecto a resposta expressava-se sobre duas opções (Sim ou Não). Os resultados foram evidenciados no gráfico abaixo:

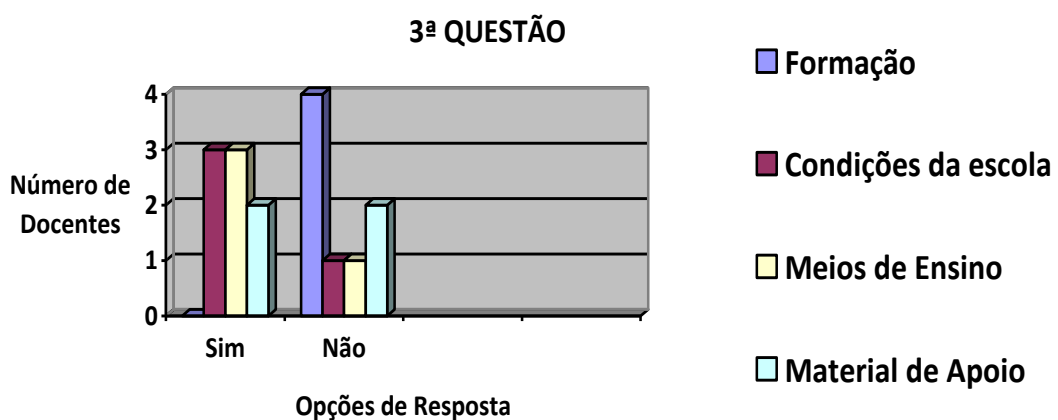


Fig. 06 – Gráfico evidenciando os dados pessoais por valores numéricos, referenciando a aptidão dos professores para explicar gênero e sexualidade em sala de aula sob os quatro aspectos abordados.

4ª Questão

Na quarta questão foi apresentado de maneira objetiva aos professores “**Você tem conhecimento pedagógico do conteúdo de como ensinar gênero e sexualidade em sala de aula?**”. A resposta deveria ser expressa sob duas opções (Sim ou Não). Os resultados foram evidenciados no gráfico abaixo:



Fig. 07 – Gráfico evidenciando os dados pessoais por valores numéricos, referenciando o conhecimento pedagógico dos professores sobre o conteúdo de como ensinar sexualidade e gênero em sala de aula.

5ª Questão

Na 5ª questão foi apresentado de maneira objetiva aos professores – “**Você acha importante abordar o tema gênero e sexualidade humana em suas aulas? E Por quê?**” As resposta apontaram a prevalência da alternativa de letra (E – “**Acho tão importante que deveria ser tratado por profissionais que conheçam os aspectos fisiológicos, afetivos e sócio culturais do tema**”.) com 3 respostas. Seguida da opção de letra (C – “**Não trato do tema sexualidade porque acho complexo para ser abordado em todos os seus aspectos**”) 1 resposta. Os resultados foram evidenciados no gráfico abaixo:

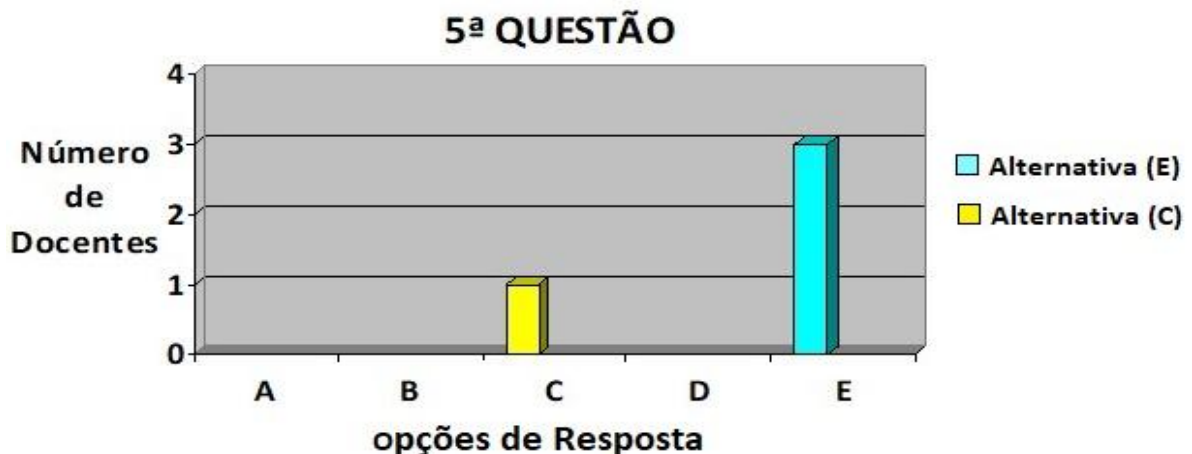


Fig. 08 – Gráfico evidenciando os dados pessoais por valores numéricos, referenciando a opinião dos docentes sobre a importância da abordagem do tema gênero e sexualidade durante suas aulas.

6ª Questão

Na sexta questão foi pedido aos educadores que assinalassem numericamente em ordem crescente os temas de preferência de seus alunos relacionados ao tema gênero e sexualidade. A resposta deveria ser expressada entre sete alternativas (A-Gravidez, B-Machismo/Feminismo, C-DST's/AIDS, D-Aborto, E-Drogas, F-homossexualidade/ Homofobia, G-Anticoncepcionais). Os resultados foram evidenciados no gráfico abaixo:

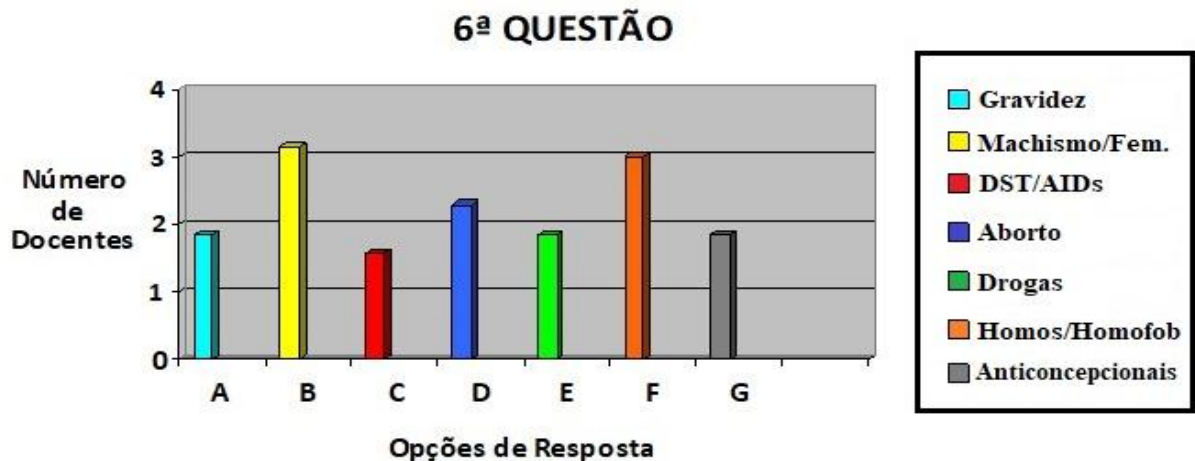


Fig. 09 – Gráfico evidenciando os dados pessoais por valores numéricos, referenciando os valores por ordem crescente dos temas de maior interesse por parte dos estudantes no ensino de gênero e sexualidade na sala de aula.

7ª Questão

Na sétima questão foi apresentado de maneira objetiva aos professores – “**Você conhece o Projeto Escola sem Partido?**”. A resposta deveria ser expressada entre duas opções (Sim ou Não). Os resultados foram evidenciados no gráfico abaixo:

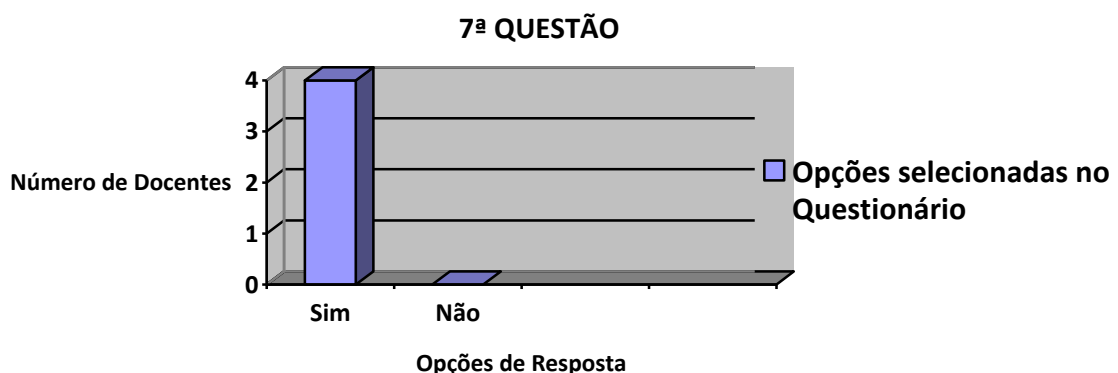


Fig. 10 – Gráfico evidenciando os dados numéricos relacionados ao conhecimento dos professores sobre o “Projeto Escola sem Partido”.

A sétima questão apresentada aos docentes – “**Você conhece o “Projeto Escola sem Partido?”**”, apresentou em sua unanimidade a opção sim como resposta, o que foi visto como um excelente prelúdio pelo pesquisador, uma vez que demonstra a interação dos professores com a atual situação crítica do ensino do tema sexualidade e gênero na escola. Uma vez que

este projeto tem por uma de suas principais metas e funções a retirada da discussão do termo gênero e do tema sexualidade humana da sala de aula, e entre outros subtemas associados dos PCN's. Além do cerceamento do direito do professor de exercer a sua principal função na educação, uma vez que impede o mesmo de intermediar discussões ou estimular seus alunos a realizar reflexões sobre os mais diversos assuntos relacionados a sexualidade em sala de aula, sob pena de responder criminalmente por incentivo a “ideologia de gênero” entre outros.

8ª Questão

Na oitava questão foi apresentado de maneira objetiva aos professores – **“Você já teve problemas com familiares de seus alunos ou com a direção da escola, os quais questionaram suas aulas na oportunidade em que você abordou assuntos relacionados com relações de gênero e a sexualidade? Se sim, por favor relate.”**. A primeira parte da pergunta deveria ser expressada entre duas opções (Sim e Não). Os resultados foram evidenciados no gráfico abaixo:

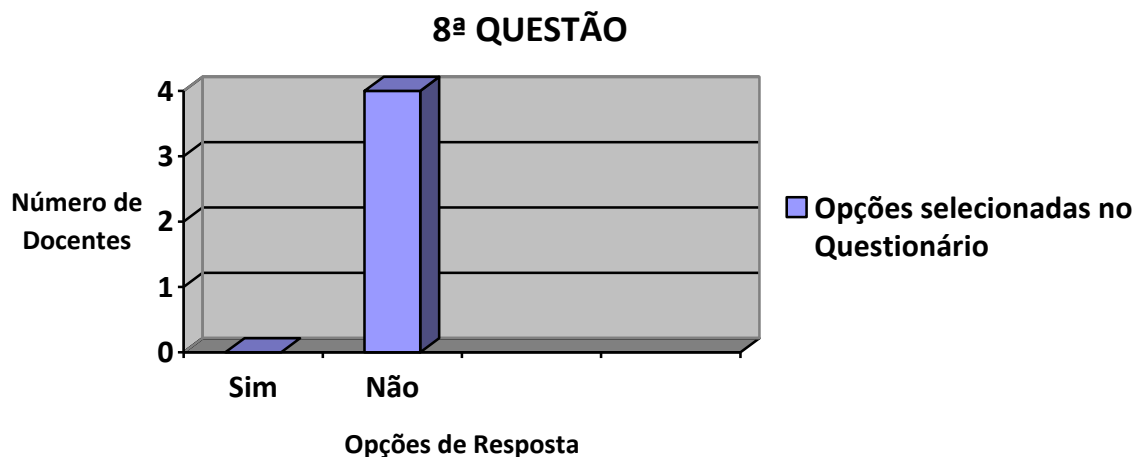


Fig. 11 – Gráfico evidenciando os dados pessoais por valores numéricos, referenciando se houve ou não a incidência de conflitos entre o educador e a família de alunos e/ou a direção da escola, durante suas aulas de relações de gênero e sexualidade humana.

Comentários sobre a interferência de escola ou pais/responsáveis na condução das aulas sobre Sexualidade humana – Docentes

Já na segunda parte da oitava questão ao requisitar aos docentes que relatassem algum conflito existente com a família de algum aluno ou direção da escola. Os entrevistados foram unânimes em afirmar que nunca houve nenhum conflito de qualquer natureza em decorrência da abordagem dos temas relações de gênero e sexualidade humana durante suas aulas de biologia. Esses resultados vão de encontro a literatura consultada no trabalho, uma vez que segundo (Martinez, 2008):

A interferência da sociedade, em especial a família, na abordagem da sexualidade na escola é apontada com frequência por vários autores, e encontra destaque no cotidiano do

educador. (Martinez, 2008) também a descreve como uma manifestação de atitudes e procedimentos conservadores socialmente construídos, marcados pela cultura, afetos e sentimentos, expressando-se com singularidade em cada sujeito, de modo a falar ao mesmo tempo do indivíduo e de sua cultura.

Outro aspecto pode ser salientado quando se analisa os relatos de Foucault (1989) sobre os mecanismos compensatórios que o homem lança mão, ao aprender e incorporar comportamentos sociais, utilizando para sua adaptação o lazer, as relações sociais, o investimento pessoal e profissional e principalmente, as experiências com relacionamentos afetivos, como forma de alcançar uma sexualidade mais ampla.

9ª Questão

Na nona questão foi apresentado de maneira objetiva aos professores – “**Para você a sexualidade humana expressa?**”. As respostas evidenciaram a predominância da alternativa (A- O relacionamento sexual existente entre seres humanos) 3 respostas seguida da alternativa (B- Um comportamento que inclui atitudes do físico, emocionais e socioculturais) 2 respostas. Conforme a ilustração no gráfico abaixo:

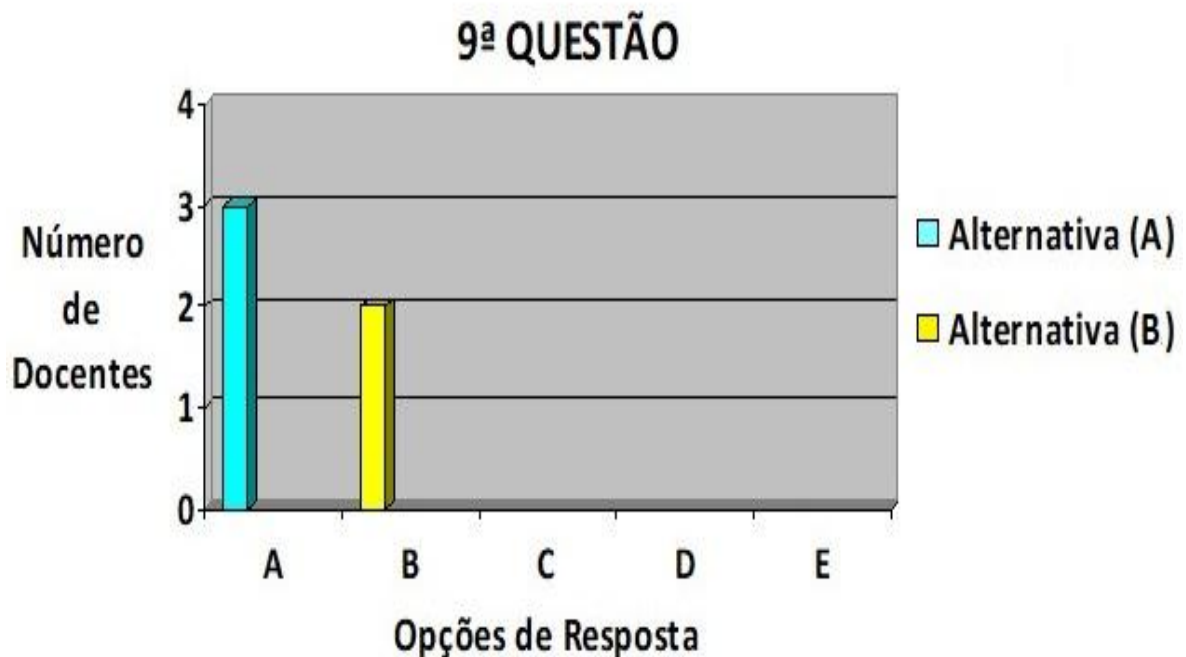


Fig. 12 – Gráfico evidenciando os dados pessoais por valores numéricos, referenciando a opinião dos educadores sobre a expressão da sexualidade humana.

10ª Questão

Na décima questão foi apresentado de maneira objetiva aos professores – “**A direção de sua escola interferiu, facilitou, bloqueou ou manteve-se indiferente quando você abordou os temas gênero/sexualidade humana em sala de aula?**”. As respostas evidenciaram a predominância da alternativa (A) 3 respostas seguida da alternativa (E) 1 resposta. Conforme a ilustração no gráfico abaixo:

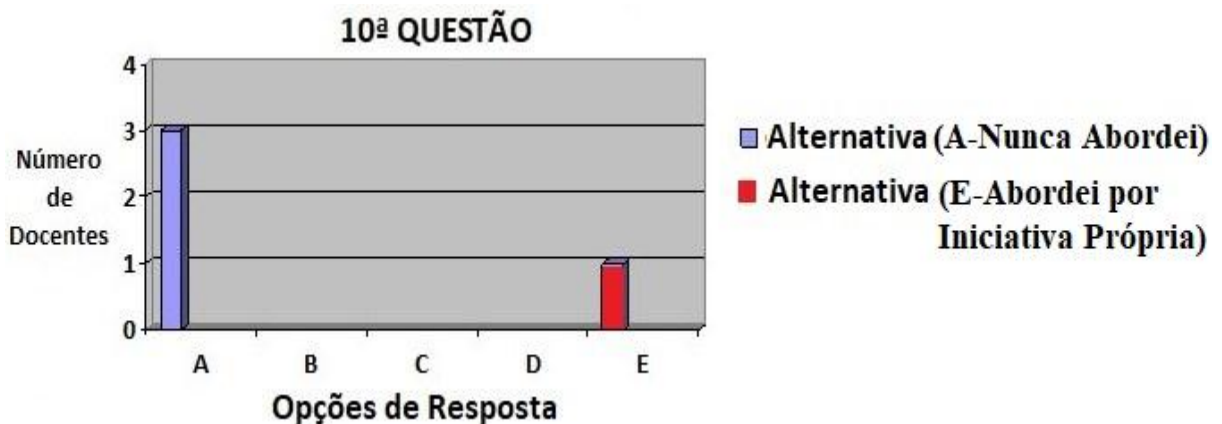


Fig. 13 – Gráfico evidenciando os dados pessoais por valores numéricos, referenciando qual foi a atitude da direção da escola diante do docente após abordagem dos temas gênero/sexualidade em sala de aula.

11ª Questão

Na décima primeira questão foi apresentado de maneira objetiva aos professores – “**Você já participou de algum curso (de duração variável) em que tivesse sido desenvolvido o tema gênero e sexualidade humana?**”. As respostas evidenciaram a predominância da alternativa (D – Nunca participei mas desejo participar) 3 respostas, seguida da alternativa (A- Participei e acredito que devo periodicamente participar) 1 resposta. Conforme a ilustração no gráfico abaixo:

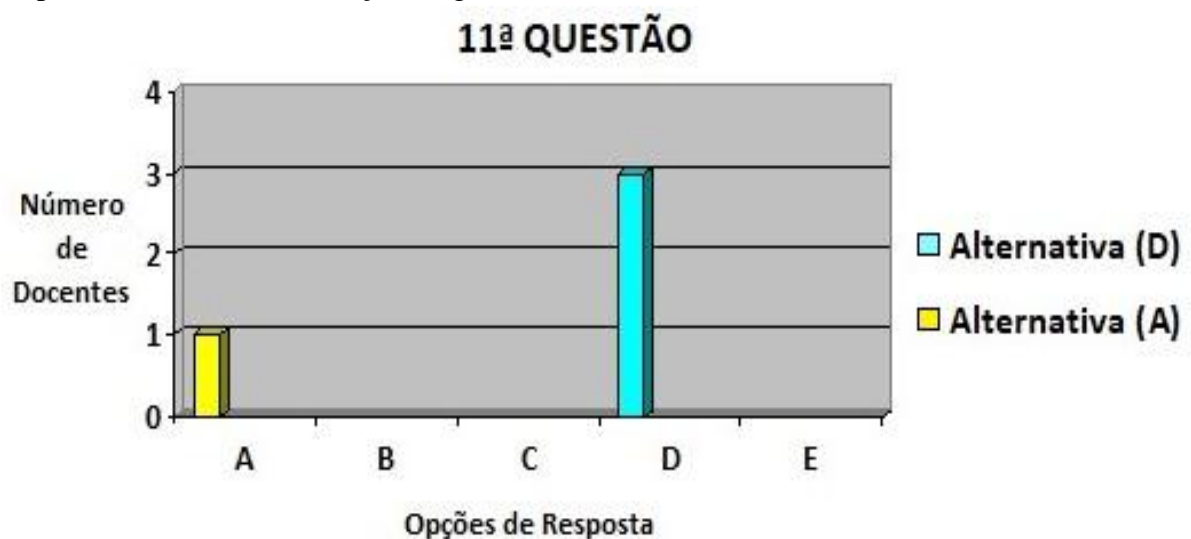


Fig. 14 – Gráfico evidenciando os dados pessoais por valores numéricos, levantamento da participação dos educadores em curso de qualificação abordando o tema gênero/sexualidade humana.

12ª Questão

Na décima segunda questão foi apresentado de maneira objetiva aos professores – **“Você acha que seria de interesse geral (Alunos, Escola, Diretoria de Ensino, Secretaria de Educação), a realização periódica de cursos que conduzam a um conhecimento dos temas gênero/sexualidade?”**. A resposta deveria ser demonstrada entre duas opções (Sim ou Não). Os resultados evidenciaram a predominância da opção (Sim) 3 respostas, seguida da opção (Não) 1 resposta. Conforme a ilustração no gráfico abaixo:

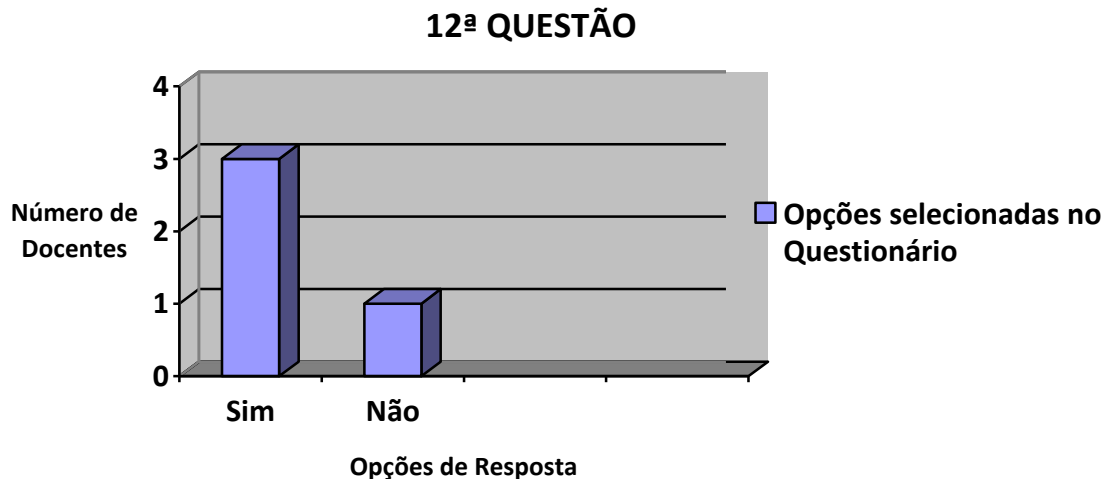


Fig. 15 – Gráfico evidenciando os dados relacionados a crença dos professores no interesse geral por cursos relacionados aos temas gênero e sexualidade em sala de aula.

13ª Questão

Na décima terceira questão foi apresentado de maneira objetiva aos professores – **“Você considera o papel da escola, orientar sexualmente os seus alunos?”**. A resposta deveria ser expressada entre duas opções (Sim ou Não). Os resultados evidenciaram o empate entre as opções com metade dos entrevistados escolhendo a opção (Sim) 2 respostas, e a outra metade a opção (Não) 2 respostas. Conforme a ilustração no gráfico abaixo:

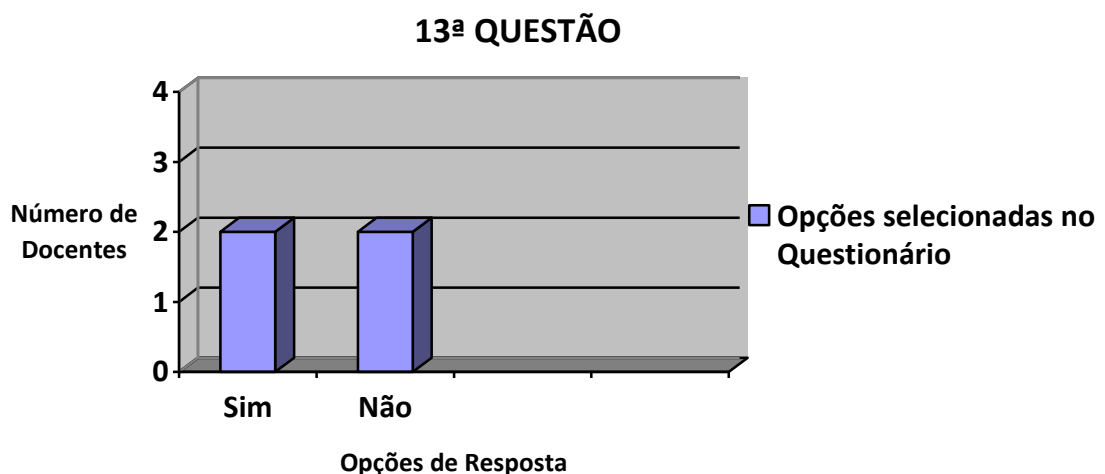


Fig. 16 – Gráfico evidenciando a opinião dos educadores sobre se corresponde ao papel da escola a orientação sexual de seus alunos.

- Comentário sobre o papel da família na formação da Sexualidade Humana – Docentes
14ª Questão

Ao questionar de maneira subjetiva os docentes na 14ª questão sobre: “**Qual é o papel da família na construção da sexualidade de seus filhos?**” Os resultados evidenciaram que os docentes em unanimidade admitiram a importância da família na constituição da sexualidade dos jovens, a partir da predominância das respostas coletadas verificou-se que os entrevistados atribuíram as mais diversas funções as famílias como por exemplo: Esclarecer e orientar os jovens sobre os principais questionamentos relacionados a sexualidade, sempre o apoiando. Servir de base para a formação da personalidade. Atuar como co-participante na formação pessoal e cidadã do ser humano. Esclarecer todas as formas de sexualidade e principalmente o respeito as decisões de cada indivíduo. As respostas ressoam em afinidade com a literatura consultada que descreve a família como a principal responsável na construção da sexualidade dos estudantes.

- Comentário Sobre a Importância da Biologia na Orientação Sexual de Jovens na Escola – Docentes

15ª Questão

Na décima quinta questão foi apresentado de maneira subjetiva aos educadores sobre: “**Como você acredita que a sua disciplina possa colaborar com a abordagem da orientação sexual na sua escola?**”. A resposta deveria ser respondida de maneira discursiva, de acordo com o entendimento individual de cada professor. Os resultados evidenciaram que a maioria dos professores entrevistados associou a abordagem a temas relacionados ao conteúdo programático ministrado aos alunos como por exemplo: Apresentando aspectos do desenvolvimento biológico. Abordagem sobre cromossomos sexuais e genética. Como foi citado também por um dos entrevistados temas indiretamente ligados ao conteúdo programático como IST's, gravidez, sistemas do corpo humano. Outro entrevistado citou reflexões sobre a temática, conscientização e supressão de preconceitos.

Os resultados encontrados vão de encontro a literatura consultada uma vez, que para a maioria dos especialistas consultados na revisão bibliográfica como foi referenciado no decorrer deste estudo a sexualidade deixou a muito de ser somente abordada a partir de aspectos unicamente conceituais biológicos, exigindo do biólogo qualificação além da adquirida na academia, através de cursos de aperfeiçoamento contínuo para uma adequada abordagem do tema em sala de aula.

16ª Questão

Na décima sexta questão foi apresentado de maneira objetiva aos educadores – **“Você conhece integralmente a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais em relação a orientação sexual?”**. Os resultados evidenciaram a predominância da opção (Não) 3 respostas, seguida da opção (Sim) 1 resposta. O que demonstrou que a maioria dos educadores objeto do estudo não conhecem de maneira adequada as propostas dos PCN’s relacionados a orientação sexual conforme a ilustração no gráfico abaixo:

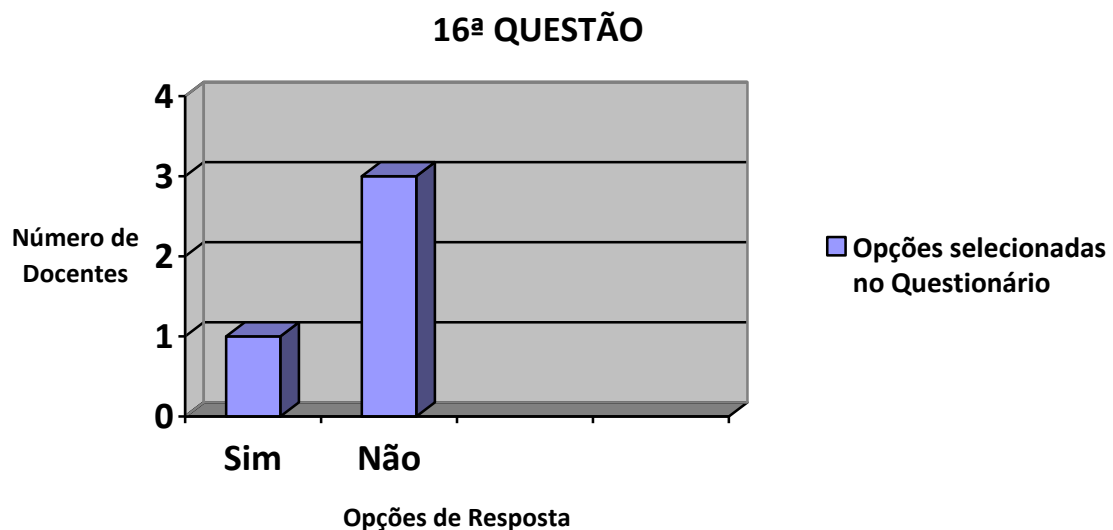


Fig. 17 – Gráfico evidenciando os dados relacionados ao conhecimento por parte do educador da proposta dos PCNEM’s sobre orientação sexual.

- Comentário Sobre a Proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais acerca do tema Sexualidade na Escola – Docentes

17ª Questão

Na 17ª questão inicialmente foi apresentado aos professores como os PCNs abordam os temas gênero/sexualidade humana no ensino médio através de três fatos ordenadamente numerados. Posteriormente foi requisitado aos entrevistados que de maneira subjetiva respondessem ao questionamento: **“Qual a sua opinião a respeito do que foi proposto pelos PCNs? Você concorda, discorda ou propõe algo mais?”** A resposta deveria ser expressada de maneira discursiva. Os resultados evidenciaram que apesar de a maioria dos educadores entrevistados declarar não conhecer profundamente os conteúdos dos PCNs houve entre os mesmos a prevalência da opinião de que os fatos propostos pelos PCN’s são adequados na abordagem dos temas gênero/sexualidade no ensino médio (3 respostas), com um adendo de um entrevistado que sugeriu ainda que estes fatos fossem estendidos ao ensino fundamental. Não obstante houve um entrevistado que referiu nada a declarar na resposta.

4.3 – Análise dos Dados Quantitativos-Qualitativos (Discentes)

- DISCENTES – Parte introdutória do questionário

Os valores percentuais e numéricos referentes aos dados pessoais dos discentes e as demais questões objetivas e subjetivas, foram coletados a partir de 93 questionários distribuídos aos alunos devidamente matriculados na EA-UFPA, entre todas as 6 turmas do 2º ano do Ensino Médio. Após várias tentativas de coleta, 88 questionários foram devolvidos totalmente ou parcialmente respondidos pelos alunos, constituindo o espaço amostral investigado nesta pesquisa. Os dados analisados relativos à sexo, idade, religião e bairro, apontam que na EA -UFPA dos 88 questionários respondidos 29 são alunos e 59 alunas, sendo que em um dos questionários não houve a identificação por parte do entrevistado no item relacionado ao sexo.

A faixa etária mais frequente foi a dos 16 anos onde encontramos (15 discentes), seguida da faixa com 17 anos (09 discentes) e da faixa com 15 anos onde aparecem apenas (02 discentes), enquanto que houve apenas (01 discente) entrevistada que relatou ser maior de idade tendo 18 anos.

Segundo (PCN's 2000) É importante destacar, entretanto, que o índice de escolarização líquida neste nível de ensino, considerada a população de 15 a 17 anos, não ultrapassa 25%, o que coloca o Brasil em situação de desigualdade em relação a muitos países, inclusive da América Latina.

Em relação às religiões apontadas pelos discentes da escola, os números indicam o catolicismo como predominante (16 discentes), seguida da evangélica (05 discentes), outros (03 discentes) deixaram de responder, enquanto que (04 discentes) relataram os mais variados tipos de credo.

Os discentes que frequentam a escola residem na maioria em bairros no entorno do prédio, principalmente no bairro de Terra Firme - (16 discentes) ou em bairros próximos ao núcleo (04 discentes), sendo (06 discentes) a proporção daqueles que vem de bairros mais afastados muito embora sejam diversos os bairros assinalados. Entretanto (02 discentes) não responderam a este quesito.

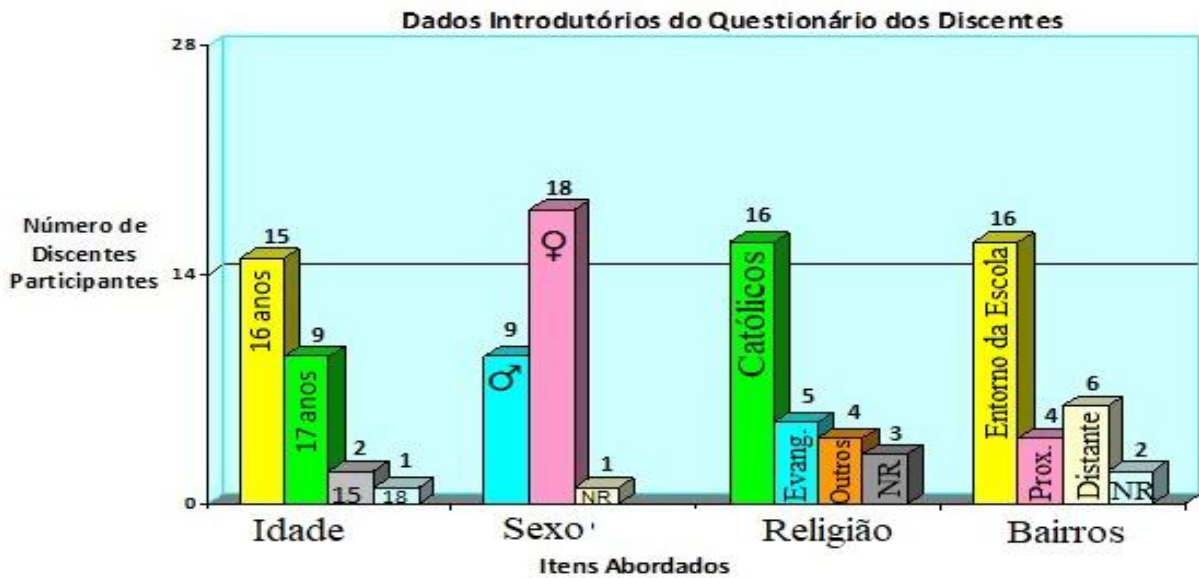


Fig. 18 – Gráfico evidenciando por valores numéricos e proporcionais a parte introdutória do questionário entregue aos discentes, referenciando a idade, sexo, religião e local de moradia dos alunos do 2º ano do E.M.

- DISCENTES

1ª Questão

Na primeira questão foi apresentado de maneira objetiva aos estudantes –“**Como você entende gênero e a sexualidade humana?**”. A resposta deveria ser expressada entre cinco alternativas (A, B, C, D, E, sendo NR – Não Respondidos). Os resultados evidenciaram a predominância das alternativas (E – Comportamento sexual expresso pelas características do corpo, emocionais e do meio social) com 10 respostas. Além das alternativas com menor número de acenos, conforme a ilustração no gráfico abaixo:

1ª QUESTÃO

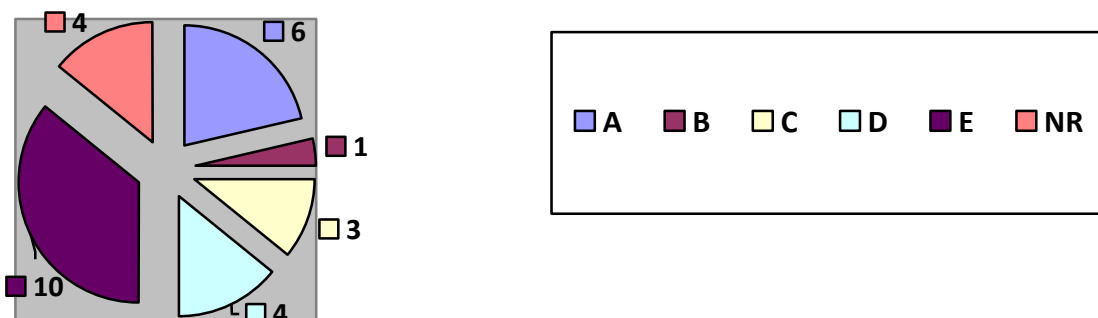


Fig. 19 – Gráfico evidenciando os dados por valores numéricos, referenciando o entendimento dos estudantes sobre o conceito de gênero e sexualidade humana.

Comentários sobre as Respostas de Conceitos de Identidade e Ideologia de Gênero – Discentes

2ª Questão

Na 2ª questão do questionário aplicado aos alunos foi apresentado de maneira objetiva aos estudantes – **“Como você entende Identidade de Gênero e Ideologia de Gênero?”**, em cerca de (15 respostas), ou seja, um pouco mais da metade das respostas os estudantes expressaram o conhecimento adequado ao conceito de identidade de gênero proposto pelos principais autores especialistas no assunto. Porém quando a pergunta se estendeu ao conceito da ideologia de gênero as respostas foram as mais variadas, sendo que apenas (02 dois) entrevistados demonstraram possuir o conhecimento adequado sobre ideologia de gênero de acordo com os especialistas da literatura consultada. (13 treze) entrevistados relataram não saber conceituar identidade e ideologia de gênero, (03 três) referiram como o método pelo qual o conceito de gênero/sexualidade é explicado e estudado, (1 uma) como conceito de imposição da sexualidade ao indivíduo, e (1 uma) como uma forma de desconstruir a tradição da definição dos dois sexo. E finalmente (09 nove) dos entrevistados não responderam a esta questão

Tais achados poderiam mais uma vez refletir a influência dos aspectos culturais na formação da sexualidade humana (Telarolli Júnior, 2007), uma vez que a escola, até pouco tempo atrás, recebia apenas alunos (moradores em sua maioria de bairros do centro ou vizinhos a escola), cujos genitores em sua maioria professores e servidores da UFPA revelam melhores condições socioculturais, que podem ser evidenciada nas respostas assertivas, referentes à expressões da sexualidade, próximas das concepções de Aranha & Martins (2007) e Vitiello (2005).

Para (ARANHA & MARTINS, 2007; VITIELLO, 2005), gênero é o termo utilizado para designar a construção social do sexo biológico. Este conceito faz uma distinção entre a dimensão biológica e associada à natureza (sexo) da dimensão social e associada à cultura (gênero).

Para (ONU, 2014). A identidade de gênero pode ser conceituada como a maneira como um indivíduo se reconhece, como ele percebe sua própria identidade no meio social em que habita e convive.

Já para (AQUINO, 2007). A ideologia de gênero representaria um conceito relativamente novo que sustenta a identidade de gênero. Ou seja, consiste na idéia de que os seres humanos nascem iguais, sendo a definição do gênero masculino ou feminino um produto de imposições histórico-culturais desenvolvidas tacitamente pela sociedade.

- Comentários sobre as fontes de orientação da sexualidade dos estudantes

3ª Questão

Na terceira questão foi apresentado de maneira objetiva aos discentes a pergunta – “**Quem tem orientado você em relação a sua sexualidade?**”. A resposta deveria ser expressa entre sete alternativas (A, B, C, D, E, F, G, sendo NR – Não Respondidos) de maneira individual ou múltipla escolha. Os resultados foram evidenciados no gráfico e no enunciado abaixo:

3ª QUESTÃO

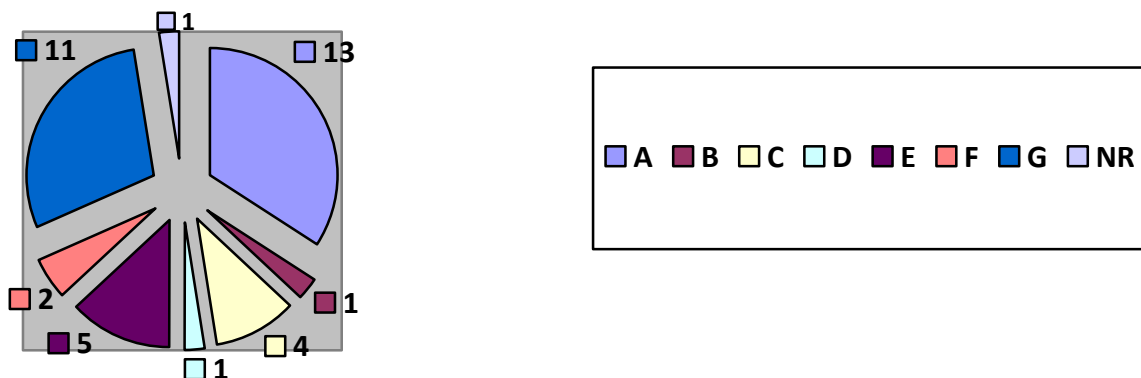


Fig. 20 – Gráfico evidenciando os dados por valores numéricos, referenciando a principal fonte de orientação dos discentes sobre o tema sexualidade humana.

Na terceira questão do questionário apresentado aos estudantes notamos a maior incidência da (alternativa A- Seus Pais) 13 respostas, que estabelece que a maior referência dos jovens em busca de orientação sobre sexualidade ainda são os seus genitores. Em seguida os resultados também referenciaram a (alternativa G – Meios de comunicação: televisão, internet, jornais, etc.) 11 respostas, que ainda possui uma grande penetrância informacional nos jovens adolescentes atualmente, principalmente pela internet. Este resultado vem a corroborar com (SANTOS, 2000) que relata a predominância da influência dos pais na formação sexual dos filhos, em especial dos adolescentes nesta faixa etária.

4ª Questão

Na quarta questão foi apresentado de maneira objetiva aos discentes – “**Você discute abertamente em família (com seus pais principalmente) sobre temas como: AIDS, DST’s, sexualidade, virgindade, homofobia, machismo, violência contra a mulher, gravidez precoce, aborto, drogas, etc.?**” A resposta deveria ser expressa entre cinco alternativas (A, B, C, D, E, sendo NR – Não Respondidos). Os resultados foram evidenciados no gráfico abaixo:

4ª QUESTÃO

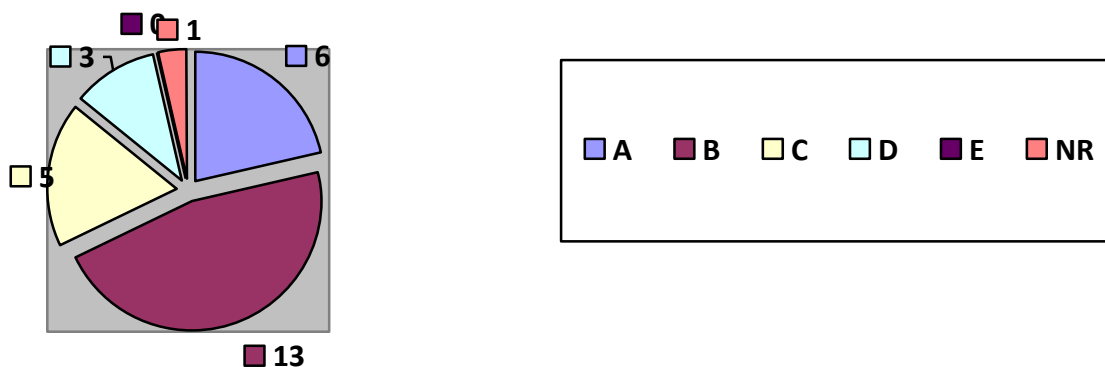


Fig. 21 – Gráfico evidenciando os dados por valores numéricos, referenciando se há a discussão dos alunos com seus pais sobre temas relacionados gênero e sexualidade humana em seus lares.

Na quarta questão do questionário apresentado aos estudantes notamos a maior incidência da (alternativa B – Converso somente quando preciso com meus pais) 13 respostas, que demonstram que os jovens não discutem abertamente o tema gênero e sexualidade abertamente a qualquer momento com os pais em seus lares, mas que em sua maioria quando buscam orientação sobre sexualidade estão realmente necessitados, o que as vezes transfere fator preventivo da discussão da sexualidade para uma situação já constituída ou instalada onde uma ação ou orientação poderá ter seus efeitos suprimidos pela sua busca tardia. Bem aquém da mais optada, em seguida temos a (alternativa A – Sim, converso a qualquer momento com os meus pais) 06 respostas, que deveria ser segundo os estudiosos o padrão de resposta adequada mais próxima a uma relação saudável de formação da sexualidade do jovem com a sua família, onde um ambiente livre de tabus e preconceitos propiciaria a discussão de diversos temas associados ao gênero e a sexualidade humana. A terceira alternativa mais acenada foi a (Alternativa C – Nunca ou jamais converso com os meus pais sobre sexualidade) 5 respostas onde visualizamos como ainda é forte a resistência dos adolescentes em conversar com os seus pais sobre temas relacionados a gênero e sexualidade.

Estes resultados vem ao encontro da literatura consultada onde (SANTOS, 2000), refere que a nossa sociedade tem se caracterizado por um silêncio em relação à sexualidade humana na família, situação vinculada à época vitoriana, referida por Chauí (2004) e ainda, conforme destacado por (BERNARDI, 2005), pelo fato de se considerar os filhos jovens destituídos de sexualidade, Tais colocações pretendem justificar a dificuldade dos pais em expressar como se sentem em relação à sua própria sexualidade e dos filhos, fato este também percebido nas colocações de (FERRIANI, 2004) ao afirmar que: “a família sente desconforto ao lidar abertamente com a questão da sexualidade, empurrando a educação sexual para a escola”.

5ª Questão

Na quinta questão foi apresentado de maneira objetiva aos estudantes – “**Você conversa sobre gênero e sexualidade com seus amigos?**”. A resposta deveria ser expressa entre cinco alternativas (A, B, C, D, E, sendo NR – Não Respondidos). Os resultados foram evidenciados no gráfico abaixo:

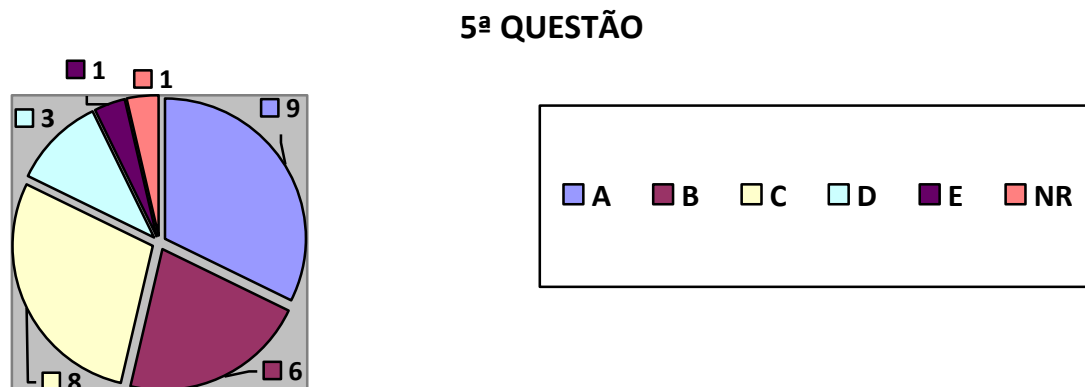


Fig. 22 – Gráfico evidenciando os dados por valores numéricos, referenciando se há conversa entre os alunos e seus amigos sobre gênero e sexualidade humana.

Na quinta questão apresentada aos estudantes notamos as maiores incidências da (alternativa A - Frequentemente tenho conversado com os meus amigos) 09 respostas, seguida de muito perto pela (alternativa C – raramente converso sobre meus amigos sobre o assunto) 08 respostas, e mais atrás em citações a (alternativa B – Converso sobre o assunto somente quando preciso) 06 respostas, que demonstram que apesar de haver muitas contradições no dialogo dos jovens com seus amigos sobre sexualidade, os jovens em sua maioria ainda dialogam abertamente de maneira frequente com seus amigos sobre temas relacionados a gênero e sexualidade humana. Porém a margem de vantagem é mínima em relação aos que referiram na entrevista raramente discutem o tema gênero e sexualidade com seus amigos, e um pouco maior em relação aos que enunciaram que conversam sobre o assunto sexualidade

somente quando estão necessitados, mais uma vez transferindo o caráter preventivo da discussão da sexualidade para uma situação já estabelecida, onde uma ação ou orientação buscada em um amigo poderá vir a ter seus efeitos ineficientes pela sua busca tardia. Estes resultados vem coincidir com a literatura consultada onde os amigos são a segunda fonte de busca de orientação sobre temas relacionados a sexualidade, logo após os familiares.

6ª Questão

Na sexta questão foi apresentado de maneira objetiva aos estudantes – “**Para você IST’s são?**”. A resposta deveria ser expressa entre cinco alternativas (A, B, C, D, E, sendo NR – Não respondidos). Os resultados foram evidenciados no gráfico abaixo:

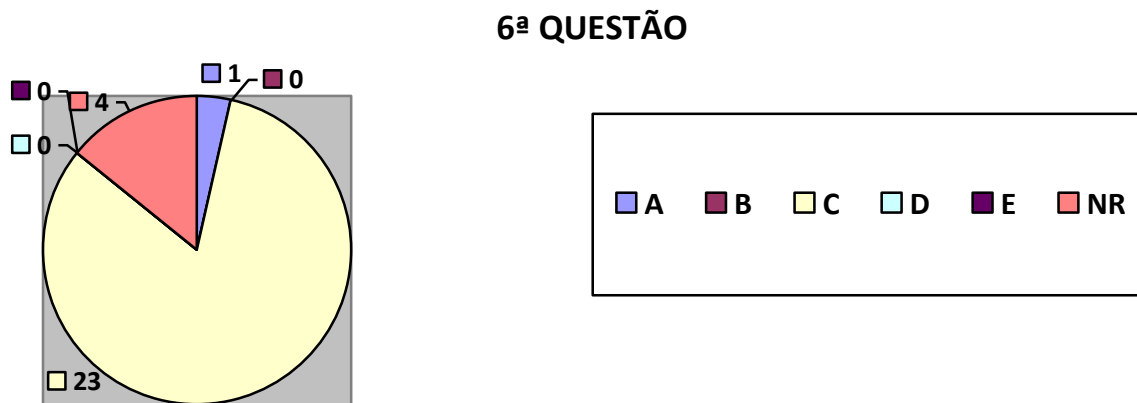


Fig. 23 – Gráfico evidenciando os dados por valores numéricos, referenciando o conceito de Infecções Sexualmente Transmissíveis – (IST’s) no entendimento dos discentes.

Na sexta questão do questionário apresentado aos estudantes notamos a incidência quase total da (alternativa C – Doenças ligadas ao relacionamento sexual). Tais resultados concordantes com a literatura consultada, demonstram o evidente conhecimento dos jovens estudantes sobre o conceitos de infecções sexualmente transmissíveis, um dos fatores que poderiam justificar este resultado se ampara no fato deste subtema IST’s associado a sexualidade fazer parte da abordagem do ensino de virologia em sala de aula, onde normalmente o professor de biologia associa juntamente com o assunto do conteúdo programático, temas associados a sexualidade como AIDS e IST’s outro fator poderiam ser as intensas campanhas promovidas pelo governo federal principalmente através do Ministério da Saúde acerca do tema IST’s com grande apelo entre o público jovem.

– **Comentários sobre conceitos de AIDS e a utilização de preservativos pelos estudantes**

7ª Questão

Na sétima questão foi apresentado de maneira objetiva aos alunos – “**Você sabe o que é AIDS ou SIDA?**”. Os resultados evidenciaram que quase a totalidade dos estudantes optou pela alternativa (A – Trata-se de uma doença sexualmente transmissível, capaz de levar à morte), seguido de um questionário sem resposta, como foi demonstrado no gráfico abaixo:

7ª QUESTÃO

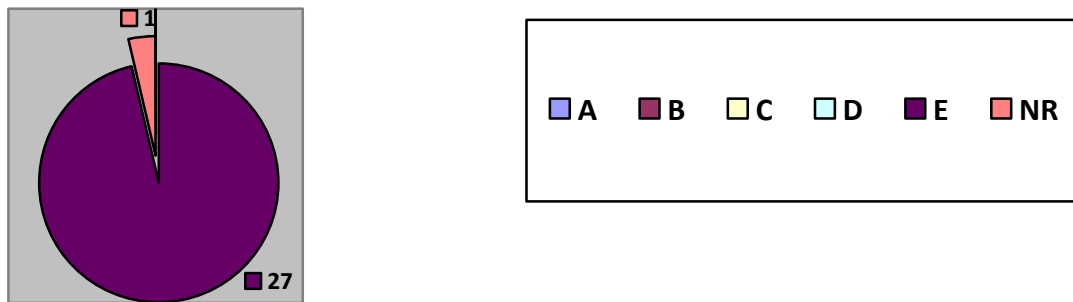


Fig. 24 – Gráfico evidenciando os dados por valores numéricos, referenciando o entendimento dos discentes sobre o conceito de AIDS ou SIDA.

08ª Questão

Na oitava questão foi apresentado de maneira objetiva aos estudantes se os mesmos conhecem e se sabem utilizar o preservativo (camisinha). A resposta deveria ser expressa entre duas opções (Sim ou Não). Os resultados foram evidenciados no gráfico abaixo:

08ª QUESTÃO



Fig. 25 – Gráfico evidenciando os dados por valores numéricos, referenciando o conhecimento dos estudantes sobre o preservativo (camisinha) e a sua forma adequada de utilização.

Na sétima e oitava questão foram apresentados aos estudantes conceitos distintos porém notadamente interligados, por este motivo optou-se por analisá-los de maneira associada. Na sétima questão observou-se a total referência que conceitua AIDS através da (alternativa E – Trata-se de uma doença sexualmente transmissível capaz de levar à morte) 27 respostas e uma abstenção demonstrada pela sigla NR (Não respondida). Já na oitava questão apresentada aos alunos notamos a maior incidência da opção sim (24 respostas), evidenciando que a grande maioria dos jovens entrevistados aparentemente tem conhecimento do preservativo, sua função e como utilizá-lo. O resultado encontrado é concordante com a literatura consultada, e evidencia o conhecimento claro dos jovens alunos sobre o conceito de AIDS e seus principais métodos de prevenção, no caso o preservativo ou a “camisinha”.

Os fatores que poderiam amparar este resultado são diversos como o fato deste assunto também ser abordado durante o ensino de Virologia em sala de aula, onde normalmente o professor de Biologia demonstra como parte integrante do assunto ministrado durante a aula, a ação do HIV nas células de defesa do corpo humano, bem como métodos de contaminação, prevenção e desenvolvimento da doença no homem, como parte constituinte do conteúdo programático. Outro fator poderia ser as frequentes e intensas campanhas promovidas pelo Ministério da Saúde nos mais diversos tipos de mídias, orientando principalmente o público jovem a se prevenir das doenças sexualmente transmissíveis entre elas principalmente a AIDS através do uso de preservativos durante as relações sexuais.

09ª Questão

Na nona questão foi apresentado de maneira objetiva aos estudantes – **“Se tivesse um Programa de Orientação Sexual na sua escola que abordasse temas que tem a ver com gênero e sexualidade, você participaria?”**. A resposta deveria ser expressada entre duas opções (Sim ou Não e NR – Não respondido). Os resultados evidenciam-se no gráfico abaixo:

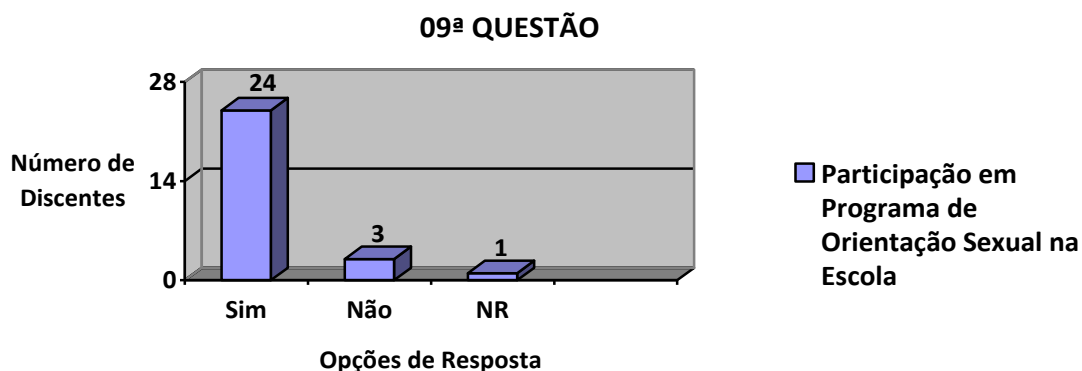


Fig. 26 – Gráfico evidenciando os dados por valores numéricos, referenciando a aceitação dos estudantes sobre a implantação de um Programa de Orientação Sexual na sua escola.

Na nona questão apresentada aos estudantes notamos a maior incidência da opção (Sim) com quase que a totalidade de respostas referidas nos questionários (24 resposta) evidenciando que a grande maioria dos jovens entrevistados tem interesse na implantação de um Programa de Orientação Sexual continuada na sua escola.

10ª Questão

Na décima questão foi apresentado de maneira objetiva aos estudantes – “**Você acha importante a participação da sua família na formação de sua sexualidade.** A resposta deveria ser expressada entre duas opções (Sim ou Não). Os resultados foram evidenciados no gráfico abaixo:

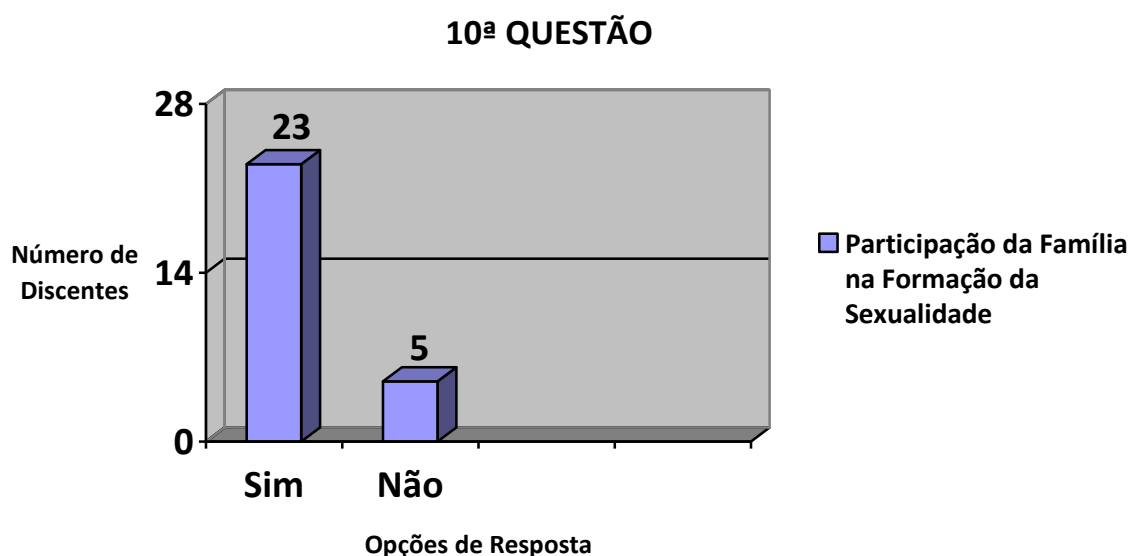


Fig. 27 – Gráfico evidenciando os dados por valores numéricos, referenciando a importância da família na formação da sexualidade dos estudantes.

Na análise da décima questão apresentada aos estudantes notou-se a maior incidência da opção (Sim) com quase que a totalidade de (23 respostas) enquanto que a opção (Não) ficou muito abaixo da anterior, evidenciando que a grande maioria dos jovens entrevistados reconhece que a família constitui papel fundamental na construção da sexualidade do adolescente, estes dados coincidem com a literatura consultada que evidência a importância da família na constituição da base da sexualidade do ser humano principalmente em sua fase inicial.

11ª Questão

Na décima primeira questão foi apresentado de maneira objetiva aos alunos – **“Você acha que a sua escola aborda o tema (gênero e sexualidade humana) da maneira mais adequada para que haja a melhor compreensão por todos os estudantes do assunto?”**. A resposta deveria ser expressa entre cinco alternativas (A, B, C, D, E, sendo NR- Não Respondido). Os resultados foram evidenciados no gráfico abaixo:

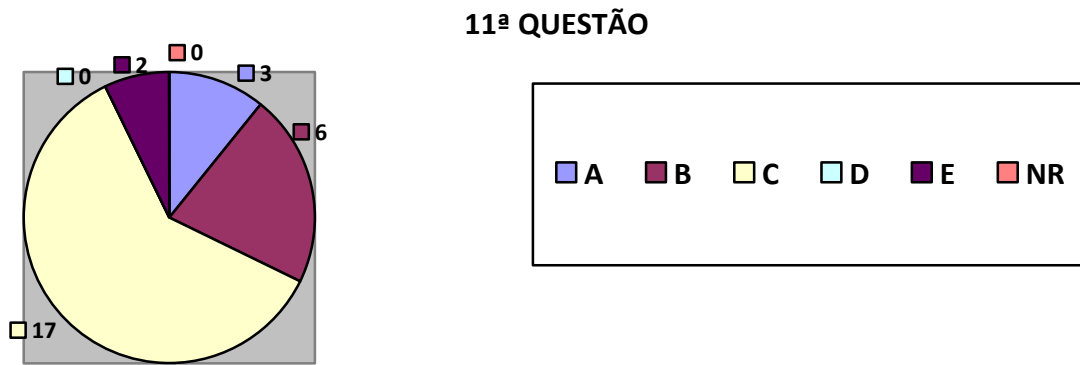


Fig. 28 – Gráfico evidenciando os dados por valores numéricos, referenciando se há na escola a abordagem de gênero e sexualidade humana da maneira mais adequada para melhor compreensão de todos.

Verificou-se na análise da questão 11 apresentada aos estudantes, a maior incidência da alternativa (C – Sim, mas poderia melhorar, 17 respostas). Evidenciando que a grande maioria dos alunos entrevistados está insatisfeita com a abordagem que a escola tem dado aos temas associados e sexualidade humana no ambiente escolar. O resultado coincide com a literatura consultada, demonstrando o descontentamento dos alunos com a abordagem de temas relacionados a sexualidade no ambiente escolar.

12ª Questão

Na décima segunda questão foi apresentado de maneira objetiva aos alunos – **“Você gostaria que tivesse na sua escola algum Programa de Orientação Sexual que fosse desenvolvido continuamente?”**. A resposta deveria ser expressada entre duas opções (Sim ou Não). Os resultados foram evidenciados no gráfico abaixo:

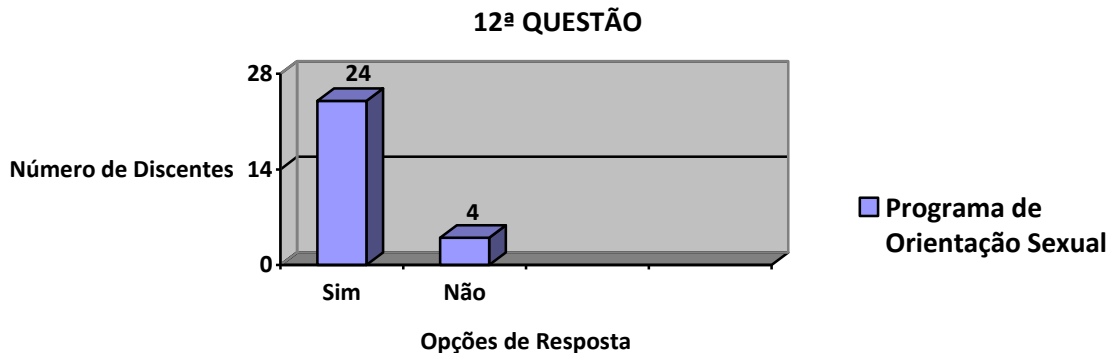


Fig. 29 – Gráfico evidenciando os dados por valores numéricos, referenciando o desejo dos alunos por um programa de orientação sexual de desenvolvimento continuado.

No aspecto geral os resultados encontrados nesta questão evidenciam a maioria dos alunos escolheu a opção (Sim) com quase a totalidade de citações referidas (24 respostas) demonstrando que a grande maioria dos jovens entrevistados tem o desejo de que houvesse a implantação de algum Programa de Orientação Sexual continuado aos alunos e a minoria (4 respostas) discordando da implantação do Programa.

Na segunda parte questão foram apresentados de maneira subjetiva aos estudantes cinco sub-itens expressos em alternativas que apresentavam-se em letras (A, B, C, D e E). A resposta de cada sub-item deveria ser relatada de maneira discursiva. Os resultados evidenciaram os seguintes relatos:

No sub-item da (letra A) foi questionado aos estudantes – **“Quando você acha que ele (Programa de Orientação Sexual) deveria começar (Qual série)?”** houve a predominância de alunos que concordaram com a iniciação da abordagem do tema gênero/sexualidade em um Programa de Orientação Sexual a partir do Ensino Fundamental, enquanto que a minoria sugeriu que o mesmo fosse implantado somente a partir do Ensino Médio. Este resultado coincide com a literatura consultada e com os principais especialistas no assunto e com os PCN’s, que sugerem a abordagem de temas relacionados a sexualidade a partir do Ensino Fundamental.

No sub-item da (letra B) foi questionado aos discentes – **“Quem deveria desenvolver esse programa: seus professores de biologia ou outros profissionais?”** os resultados evidenciaram a predominância dos entrevistados que concordaram que deveria haver a participação dos biólogos e de outros profissionais em parceria para o desenvolvimento do Programa de Orientação Sexual. Esses dados corroboram com a literatura consultada, que refere a formação de uma equipe multiprofissional para a mais adequada elaboração de um programa de Orientação Sexual em um ambiente escolar.

No sub-item de (letra C) foi questionado aos alunos – **“Se fossem os professores (desenvolvedores do Programa de Orientação Sexual), você acha que deveriam ser todos (todas as disciplinas) ou apenas os professores de Biologia?”** Na análise deste sub-item verificou-se a predominância mínima dos alunos que concordou com a ideia de que se fossem somente os educadores de biologia os responsáveis pelo desenvolvimento de um Programa de Orientação Sexual continuado enquanto que a minoria dos entrevistados acredita que todas as disciplinas possam participar na elaboração do mesmo. Este resultado destoa da literatura

consultada, que refere que todas as disciplinas podem contribuir com os seus saberes na construção e elaboração qualificada de um Programa de Orientação Sexual na escola.

No sub-item de (letra D) foi questionado aos estudantes – **“Se fossem outros profissionais, você acha que esse programa deveria ser contínuo (ano todo) ou na forma de palestras ou discussões esporádicas (mensais, bimestrais, etc..)?”** Na análise do sub-item da letra D, os dados encontrados inferem que a grande maioria dos entrevistados deseja que o Programa de Orientação Sexual deveria ter duração esporádica. Esses dados poderiam ser explicados pelo grande volume de informações advindos do conteúdo programático ministrado para aos alunos do 2º ano, o que inviabilizaria um Programa de Orientação Sexual de desenvolvimento contínuo no período de aulas concomitante com outras disciplinas.

No sub-item de (letra E) foi questionado aos estudantes – **“Quais os temas que não poderiam faltar neste programa?”**. Na análise dos dados encontrados houve grande diversidade de respostas, sendo que as mais citadas foram: DST’s, orientação e educação sexual, Identidade de gênero, contraceptivos, gravidez, sexo “biológico”, etc....

13ª Questão

Na décima terceira questão foi apresentado de maneira objetiva aos estudantes se os mesmos conhecem o “Projeto Escola sem Partido”. A resposta deveria ser expressada entre duas opções (Sim ou Não). Os resultados foram evidenciados no gráfico abaixo:

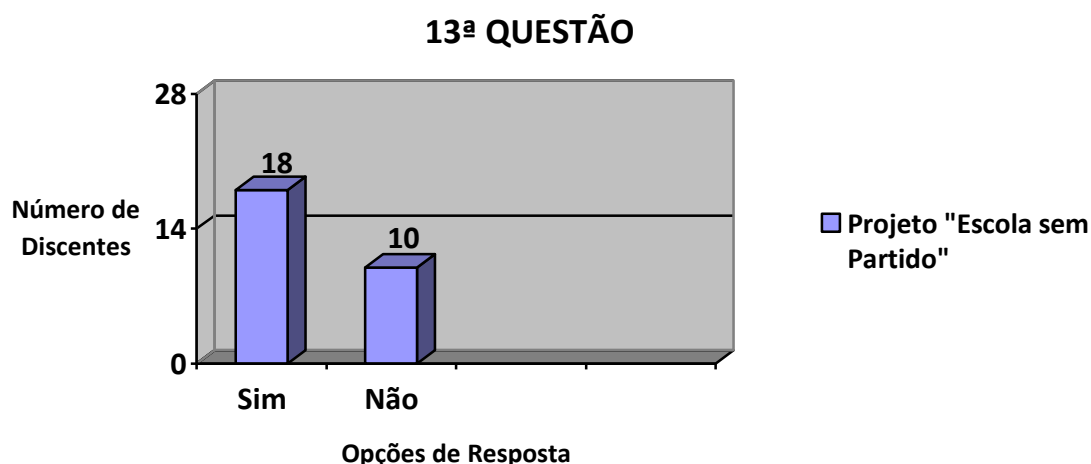


Fig. 30 – Gráfico evidenciando os dados por valores numéricos, referenciando o conhecimento dos estudantes sobre o “Projeto Escola sem Partido”.

Na décima terceira questão do questionário apresentado aos estudantes notamos a maior incidência da opção (Sim) com boa parte da totalidade de respostas referidas nos questionários (18 respostas) evidenciando que a maioria dos estudantes entrevistados conhece

ou já ouviu falar do “Projeto Escola sem Partido”. Os resultados são promissores mas podem melhorar através da ação dos educadores, propondo aos alunos pesquisas nos mais diversos meios de comunicação afim de conhecerem mais profundamente as principais propostas da lei que ampara o “Projeto Escola sem Partido” e como a mesma interfere no seu desenvolvimento educacional e como ser humano.

- Comentários sobre as Respostas do envolvimento de aspectos biopsicossociais na discussão de gênero e sexualidade

14ª Questão

Na décima quarta questão foi apresentado de maneira objetiva aos estudantes: **“Em sua opinião, discutir gênero e sexualidade humana, envolve aspectos biológicos, psicológicos e socioculturais? Porquê?”** A resposta deveria ser expressada entre duas opções (Sim ou Não). Os resultados foram evidenciados no gráfico abaixo:

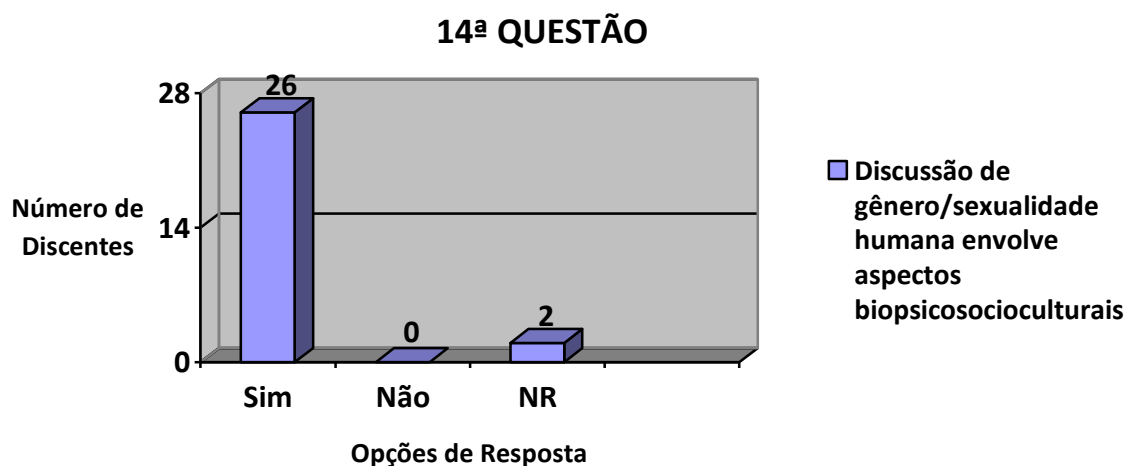


Fig. 31 – Gráfico evidenciando os dados por valores numéricos, referenciando a opinião dos estudantes sobre se há o envolvimento de aspectos biopsicossocioculturais na discussão de gênero e sexualidade humana.

Na décima quarta questão do questionário apresentado aos estudantes notamos a total incidência da opção (Sim) com a totalidade de respostas referidas nos questionários respondidos (24 respostas) evidenciando que a grande maioria dos jovens entrevistados acredita no envolvimento dos aspectos biopsicossociais na discussão de gênero e sexualidade humana. Dentre os entrevistados que optaram pelo (Não) 2 respostas e não responderam às perguntas (NR – 2 indivíduos).

Na segunda parte da décima quarta questão foi pedido aos alunos que justificassem o porquê de suas respostas objetivas anteriores. As justificativas deveriam ser apresentadas de

maneira discursiva. Os resultados evidenciaram que a grande maioria dos estudantes entrevistados que responderam a questão na opção (Sim) acredita nos mais variados motivos para fazê-lo, entre eles: “Não precisa passar pelo problema para conhecer mais sobre o assunto proposto.”. “Porque a partir de todos esses aspectos poderemos saber como toda população LGBT funciona”, entre outros.

As respostas expressadas pelos alunos nos questionários corroboram com a literatura consultada para quem a sexualidade deixou de ser enxergada como uma mera expressão biológica, restrita apenas ao resultado do funcionamento glandular hormonal e se transformou numa expressão biopsicossocial (ARANHA & MARTINS, 2007; VITIELLO, 2005), com a qual o ser humano deseja, acolhe e se comunica com o mundo e com o outro.

4.4 – Proposta de Programa de Orientação Sexual de Desenvolv. Contínuo na EA-UFPA

De acordo com (BRUNO, 2004), o diálogo entre os pais e filhos sobre sexualidade, “deveria ocorrer de uma forma coerente e honesta, de modo informal e gradativo e também conjuntamente com a escola, através de filmes, leituras e palestras”. Porém não é está a realidade encontrada na maioria das escolas brasileira entre as quais a Escola de Aplicação da UFPA em que houve considerada resistência por parte de muitos pais em participar da pesquisa o que inviabilizou a inclusão dos mesmos no estudo.

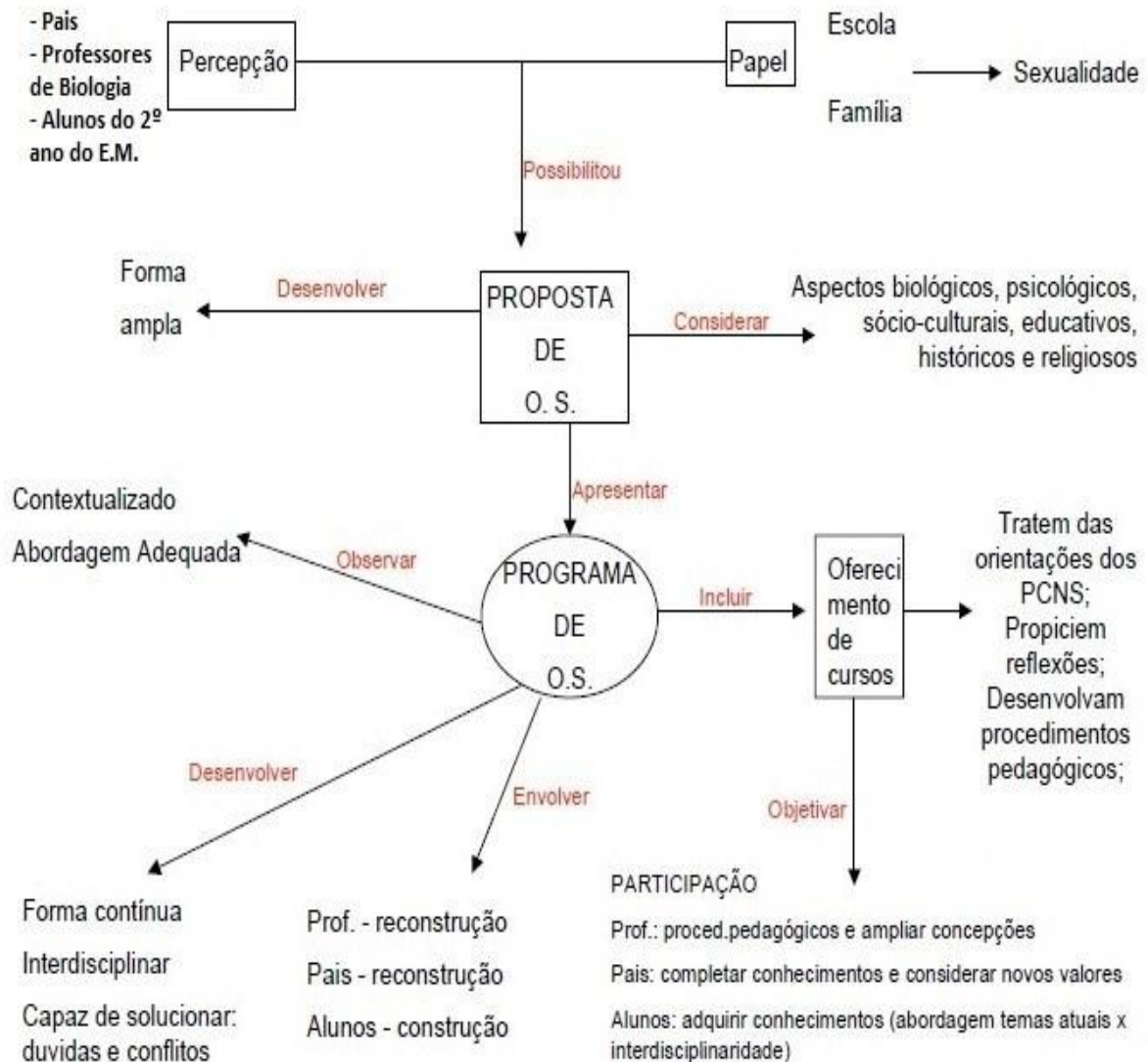
Para (FLEURY, 2005), quando os pais conseguem abordar o tema, não encontram meios de desvencilhar-se de suas histórias pessoais, às vezes com inúmeros conflitos, limitando-se a oferecer ou impor conselhos superficiais. Essa comunicação é marcada pela ambiguidade, na qual ambas as partes reconhecem o problema, embora evitem enfrentá-lo. Nesse caso, surge então o dilema, evidenciando-se o fato de que o diálogo sobre a orientação sexual poderia estimular a iniciação sexual precoce ou ainda, a falta de orientação poderia resultar em doenças ou gravidez indesejada entre outros problemas.

Esse mesmo autor, observa que os pais quase sempre não possuem conhecimentos adequados para abordar o tema sexualidade com os seus filhos, sentem-se constrangidos para tratar do assunto, aproveitando geralmente as intervenções que lhes são destinadas como oportunidade para também se informarem, aumentando dessa forma, seus conhecimentos sobre o assunto. Essa dificuldade dos pais em lidar com o tema, aliada às necessidades que os pais sentem em auxiliar os filhos adolescentes, informá-los, trocar ideias e valores bem como

dialogar sobre sexualidade, justificam a posição de (ZORDAN & SCHMIDT, 2006) sobre a necessidade do desenvolvimento de programas de orientação sexual na escola que visem integrar pais, filhos, educadores e escola na busca da melhor maneira de discutir a sexualidade para os adolescentes.

Neste contexto ao final do presente estudo, pode-se a partir dos resultados obtidos e considerando-se as discussões traçadas, apresentar os aspectos a serem considerados em uma proposta de um Programa de Orientação Sexual na Escola de Aplicação EA – UFPA, voltado para a discussão da sexualidade e gênero e seus subtemas, com público alvo constituído a princípio pelos estudantes em estágio de adolescência a serem desenvolvidos de acordo com a opinião dos docentes, discentes, direção da escola, bem como a participação dos genitores na elaboração do mesmo, conforme quadro a seguir.

Fig. 32 – Quadro evidenciando a proposta de Programa de Orientação Sexual na EA-UFPA.



5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para muitos educadores, em especial os de biologia que constituíram este trabalho, a sexualidade é assunto para ser lidado em família. Para muitos pais, ao contrário, as dificuldades em abordar o tema num ambiente tão carregado de sentimentos, como o da família, indicam que a presença da escola é fundamental quando o assunto é sexo e sexualidade humana.

Na Escola de Aplicação da UFPA, os docentes de biologia em sua maioria tem muitas dúvidas, com conhecimento diversificado e em alguns casos equivocado, sobre os conceitos de gênero, sexualidade, ideologia e identidade de gênero. Uma vez que ao responderem as perguntas do questionário a maioria teve hesitação, dificuldade, não soube ou não quis conceituar esses quatro temas de maneira elucidativa e correta. Dessa forma, a literatura consultada ampara as concepções expressadas pelos docentes da escola, cuja identificação aponta para profissionais que em maioria apresentaram dificuldade de abordar temas relacionados a sexualidade humana na escola, pelos mais diversos motivos.

Os alunos do 2º ano do Ensino Médio encontram-se, no ápice da adolescência. Neste período de desenvolvimento humano, segundo a perspectiva de (Galvão,2008) há uma preponderância do campo funcional afetivo, no qual o adolescente vivencia um movimento centrípeto, mergulhando em transformações físicas-hormonais e novamente na construção de sua personalidade sexual, numa busca de uma identidade autônoma por meio de atividades de confronto, autoafirmação e questionamento, e numa releitura das suas relações sociais.

Neste contexto importa, portanto, considerar a sexualidade como campo funcional também, muito significativo no desenvolvimento do jovem adolescente no contexto escolar, onde ainda é pouco valorizado, sendo mais privilegiado o campo funcional da racionalidade associado a inteligência e acúmulo de conteúdo disciplinar. Para este autor: “a sexualidade encontra-se na origem da consciência, operando a passagem do mundo orgânico biológico para o social, do plano fisiológico para o psíquico” (Galvão, 2008).

A educação sexual já faz parte do currículo do ensino fundamental na área de conhecimento das ciências naturais. Entretanto, no Ensino Médio há uma carência de estudos voltados para o tema sexualidade e, a abordagem proposta pelos PCNEM's tem pouco foco em atitudes, o que viria a ser viabilizado com a introdução de um Programa de Orientação Sexual na escola, cujo objetivo não é o ensino sobre anatomia ou reprodução humana, mas, sim, a busca por mudanças atitudinais, ou seja, mudanças de valores e atitudes dos alunos e dos educadores no âmbito da discussão da sexualidade e dos seus sub-temas em sala de aula e em casa com os pais.

Nesse contexto a escola se apresenta como sendo um importante meio de convivência social, é neste meio que os jovens vivenciam a maior parte das experiências da sua vida social extra familiar, um contexto fecundo que pode favorecer o desenvolvimento de habilidades e competências sociais necessárias para uma saudável vida sexual e convivência em sociedade. Entretanto, o ambiente escolar também pode se constituir num meio de exclusão social, podendo enfatizar ideias discriminatórias, estigmatizantes e marginalizadas no indivíduo como a homofobia, misoginia, violências de gênero etc.

Segundo (AQUINO, J. 2007) "A escola não pode ser um espaço artificial onde são evitadas discussões sobre a realidade vivida dentro de suas salas e fora dela por seus alunos. Defender que a escola seja espaço de ampla discussão sobre diferentes aspectos da vida, inclusive sobre sexualidade, diversidade sexual e identidade de gênero não é o mesmo que dizer que professores devem incentivar os seus alunos a experimentarem formas de vivenciar o afeto e o desejo de maneiras entendidas por não convencionais por suas famílias. O espaço escolar é estratégico para mudança de padrões de comportamento discriminatórios e preconceituosos; privar os alunos dessas discussões acerca da sexualidade é a verdadeira violação que pode ser praticada contra eles."

Atualmente é grande a preocupação com o comportamento sexual dos adolescentes, tendo em vista o crescente aumento do índice de relações sexuais não protegidas por preservativo, principalmente entre adolescentes em idade escolar e que tem por principais parceiros os colegas de escola. O que ocasiona como consequência o aumento do número de gravidez indesejada entre alunas adolescentes que prejudicam a suas atividades escolares e

muitas vezes com o abandono das mesmas, bem como o aumento dos índices de transmissão de doenças sexualmente transmissíveis como a AIDS entre outras.

Há também a preocupação do comportamento dos adolescentes sob o ponto de vista do aumento da violência entre estes no ambiente escolar, em que a não discussão e esclarecimento de temas relacionados a sexualidade em sala de aula, como a homofobia, machismo, intolerância, discriminação, racismo, etc.... Está intimamente ligado ao aumento da violência na escola, uma vez que na maioria das vezes, como demonstrou a pesquisa, estes assuntos não são abordados pelas famílias dos alunos em casa.

O estado de vulnerabilidade em que o aluno adolescente se encontra neste período de desenvolvimento, no contexto escolar, reclama ações que visem a garantia da promoção e proteção de sua saúde tanto física quanto mental.

Atender a esta complexidade de demandas exige habilidades e competências que algumas vezes estão além das que o corpo docente está capacitado, uma vez que a formação do professor de biologia está mais voltada para os aspectos relacionados ao processos biológicos, e este profissional “não tem sua prática sensibilizada para a percepção de aspectos e/ou problemas psíquicos, psicológicos relacionais ou funcionais”. (AUAD, 2006).

Dentre as principais dificuldades apontadas pelos docentes biólogos no desenvolvimento de uma proposta de orientação sexual encontram-se a ausência de conhecimento dos procedimentos pedagógicos relacionados a sexualidade em sala de aula. Conhecimentos não fornecidos nem pela graduação na faculdade de biologia nem pela escola em que atuam. Bem como o pouco conhecimento das propostas oferecidas pelos PCNs (BRASIL,2000) que tratam da sexualidade na escola como um tema transversal, além da falta de apoio tanto da legislação vigente, que não ampara o professor, quanto da escola em que ministram aula que não oferecem material infraestrutura e nem a oferta de cursos de aperfeiçoamento que forneçam a qualificação necessária ao educador para tratar do assunto em sala de aula, bem como a obliteração do tema sexualidade humana dos PNEs (BR, 2014).

Diante disso, considera-se fundamental que as escolas sejam instrumentalizadas com uma equipe interdisciplinar qualificada no assunto que, articulando saberes e ações, possa compreender as especificidades de seu público: suas necessidades, desejos, anseios, angústias, o que pensam, o que sentem e como consideram o espaço escolar, atendendo, desse modo, as

demandas biopsicossociais dos alunos e dos professores, favorecendo, assim, junto com professores, direção da escola, pais e alunos o desenvolvimento de um Programa de Orientação Sexual na escola. Proporcionando o desenvolvimento saudável da sexualidade dos estudantes e de seus campos funcionais afetivos e cognitivos.

Segundo (AQUINO, 2007) na orientação sexual escolar adequada deveria ser considerada a abordagem de temas atuais que reflitam a realidade vivenciada pelo discente e a necessidade de complementação do conhecimento e do diálogo com os genitores que propiciem a reflexão dos docentes. Principalmente no que diz respeito aos procedimentos pedagógicos, de forma a colaborar no desenvolvimento e na redefinição da sexualidade dos envolvidos. Infelizmente este ideal de funcionalidade ainda está longe de ocorrer na Escola objeto de estudo e com o aumento do conservadorismo em todos os setores da sociedade, o cerceamento da liberdade de pensamento e expressão dos educadores e o iminente advento do “Projeto Escola sem Partido”, fazem com que o futuro da discussão da sexualidade e dos seus assuntos subsequentes em sala de aula se torne cada vez mais incerto.

Neste contexto sendo a sexualidade e gênero e seus subsequentes até este momento, um tema transversal dos Parâmetros Curriculares Nacionais, facultam ao educador as habilidades e competências inerentes a sua formação, para juntamente com outros profissionais investigar e compreender os significados das manifestações da sexualidade humanas desenvolvidas pelos sujeitos do estudo, professores e alunos, em diferentes contextos, inclusive no ambiente escolar, em especial em sala de aula. Pode o biólogo contribuir assim, através de ações conjuntas e articuladas com os demais profissionais da educação e também da saúde para a criação de um Programa de Orientação Sexual que corresponda o atendimento das demandas biopsicossociais desses sujeitos no contexto escolar.

O principal desafio do professor, neste contexto, consiste na iniciativa da busca de qualificação dos mesmos através de cursos relacionados ao tema sexualidade/gênero. Bem como na qualificação das suas relações com os alunos, direção da escola e principalmente com os pais dos alunos como principal fonte de orientação dos mesmos sobre sexualidade. Para alcançar este objetivo é necessário a criação de espaços e rotinas em sala de aula que favoreçam a interação com os alunos e o desenvolvimento de sentimentos de amizade, companheirismo, respeito mútuo e solidariedade, já que estes são sentimentos que precisam

aprendidos e cultivados no cotidiano, para a formação de cidadãos eticamente responsáveis e tolerantes, portanto entendidos como conteúdos que precisam ser introduzidos, não apenas no planejamento pedagógico das aulas, como também, no da escola.

Concluimos o estudo, considerando a necessidade da existência de mais trabalhos posteriores que discutam sobre um tema tão vasto e complexo como este, bem como a existência de um amplo debate social entre todos os agentes integrantes do desenvolvimento da sexualidade dos jovens (pais, escola, educadores e alunos). Para todo o educador, em especial o de biologia, o fato de conhecer essa realidade da sexualidade na escola possibilita ampliar o pensamento acerca das possibilidades de atuação no âmbito escolar, para além dos conceitos estritamente conceituais biológicos, mas pensando sempre em promoção de bem estar e qualidade de vida de seus alunos e a si próprio.

Com este objetivo, esta pesquisa pretendeu contribuir ao debate da sexualidade na escola, através do estudo, identificação e compreensão das percepções dos professores de biologia no contexto do ensino de sexualidade na escola bem como de alunos do 2º ano onde ambos atuam no Ensino Médio, como docentes e discentes respectivamente, para reflexão acerca do papel da escola na educação sexual bem como a possibilidades de ações pedagógicas principalmente por meio da sugestão de criação de um “Programa de Orientação Sexual” que vise a promoção da discussão de sexualidade em sala de aula e proteção da saúde do adolescente e do professor no contexto escolar, que considere os sujeitos como um todo, e prioritariamente como cidadãos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. C. C. H. & CENTA, M. L. (2009). **A família e a educação sexual dos filhos: implicações para a enfermagem**. Paul Enferm, 22 (1), p. 71-76.

ALTMANN, Helena. **Orientação sexual nos parâmetros Curriculares Nacionais. Estudos Feministas**. Florianópolis, 2001. p. 575-585.

AQUINO, J. G. (Org.). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação. Referências. Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2000.

ABERASTURY, A. **La adolescência normal**. Buenos Aires: Paidós, 2001.

ABERASTURY A; KNOBEL, M. **Adolescência normal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

ALBUQUERQUE M. T. C. **A história da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. 8 ed. Trad., Rio de Janeiro, Graal, 1998.

AQUINO, J. G. **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 2007.

ARANHA, M. L. A; MARTINS, M. H. P. **Filosofando: introdução à filosofia**. SP: Moderna, 2007.

ARRUDA, A. **Sexualidade e informação: recado dos jovens paraibanos**. In: PAIVA, V. (Org.). **Em tempos de AIDS**. São Paulo: Sumus, 2002. p. 139-144.

AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola**. SP: Contexto, 2006. 92 p.

ALTMANN, Helena. **Orientação sexual nos parâmetros Curriculares Nacionais. Estudos Feministas.** Florianópolis, 2001. p. 575-585.

AZEVEDO, Aline P; COSTA, Ana M. M; PAIVA, Pedro H. A. da S. **GÊNERO E SEXUALIDADE NO P.N.E.** (2014-2024): discursos e sujeitos no contexto mossoroense. II Congresso Nacional de Educação. Mossoró, 2015.

BARBOSA, R.H.S;. **AIDS: Pesquisa social e educação.** SP: Hucitec,1995. p.84-105.

BARDIM, L. **Análise de conteúdo.** 3ª ed. Lisboa: Edições 70; 2009.

BARROSO, C. & BRUSCHINI, M. C. **Educação Sexual: Debate Aberto.** SP: Vozes, 2002.

BARRETO, A.; ARAUJO, L. PEREIRA, M. E. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais, livro de conteúdo.** Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

BEHLE, et al. **Experiência do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas na assistência multidisciplinar integralizada ao trinômio mãe adolescente - filho - companheiro.** Revista Cient., Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 71-3, 2005.

BELL, J. **Como Realizar um Projeto de Investigação.** Lisboa: Gradiva; 2003.

BERALDO, F. N. **Psicol. Esc. Educ. (Impr.) vol.7 no.1 Campinas; Sexualidade e Escola: Um Espaço de Intervenção; 2003.**

BERGER, I. **Adolescência, valorização da vida.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SEXUALIDADE HUMANA, 3, 2001, **Anais...** 2001.

BERNARDI, M. **A deseducação sexual.** São Paulo: Summus, 2005.

BOGASKI NT. **A prevenção das DST/AIDS entre adolescentes.** Acta Paul Enferm.2000;13(1):18-26.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Projetos Especiais de Saúde. Coordenação Nacional de DST e Aids. **Manual do multiplicador: adolescente**. Brasília, 2007.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética**. Brasília: MEC, SEF, 1997. 436 p.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: ciências naturais**. Brasília: MEC, SEF, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Saúde e prevenção nas escolas: guia para a formação de profissionais de saúde e de educação**. Brasília, 2008.

BRUNO, Z.V. **Por que é tão difícil implantar educação sexual nas escolas**. Rev. Bras. de Sex. Hum., São Paulo, v.5, n.1,2004.

BRUNS, M. A. T. **Educação sexual numa visão mais abrangente**. Rev. Bras. Sex. Hum., São Paulo, v. 6, n. 1, 2005.

BUENO, S. M. V. Pesquisa - ação com delegados de ensino sobre sexualidade, DSTs, Aids e drogas. **J. Bras. Doenças Sex. Trans.** v. 9, n. 3, p. 16-28, 2007.

BURNIN M. **Relação de gênero**. Disp. em: <<http://www.sosmulherfamilia.org.br/genero.html>>. Acesso em: 28 ago. 2018 às 16h.

CABRAL, F. DÍAZ, M. **Relações de gênero**. In: Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte; Fundação Odebrecht. Cadernos afetividade e sexualidade na escola: um novo olhar. Belo Horizonte: Rona, 1998, p. 142.

CABRAL, J. T. **A sexualidade no mundo ocidental**. Campinas: Papyrus, 2005.

CANO, M.A.T.; FERRIANI, M.G.C. , MUNARI, D. B. **O trabalho das enfermeiras junto à pais de adolescentes através da atividade grupal**. Rev. Bras. Sex. Hum., São Paulo, v. 6, n. 1, 2005.

CANO, M. A. T.; FERRIANI, M. G. C. **Sexualidade na adolescência: um estudo bibliográfico.** *Rev. Latino Am. Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 8, n. 2, p.18-24, 2000.

CARIDADE, A. **Contato e diálogo na educ sexual.** *Revista Sexus*, RJ, n.2, p. 12-13, 2010.

CAVALCANTI, R. D. C. Adolescência. In: COMISSÃO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A ADOLESCÊNCIA. **Adolescência hoje.** São Paulo: Roca, 2008. p. 5-27

CATONNÉ, J.P. **A sexualidade, ontem e hoje.** São Paulo: Cortez, 2001.

CHAUÍ, M. **Repressão sexual:** essa nossa desconhecida. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CONCEIÇÃO, I. S. C. **Educação Sexual.** In: COMISSÃO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A ADOLESCÊNCIA. **Adolescência hoje.** São Paulo: Roca, 2008. p. 71-76.

COSTA, M. **Sexualidade na adolescência: dilemas e crescimento.** SP: L&PM, 2006.

DESAULNIERS, M. P. **Pedagogie de l'éducation sexuelle.** Montreal: Agence d'Arc, 2000.

DIAS, A. C. G. **Conversas sobre sexualidade no ambiente familiar:** a perspectiva de gestante adolescente e seus pais. Porto Alegre, 2008. Dissert. – Inst. de Psicologia, UFRS.

DIAS, A. C. G. **Conversas sobre sexualidade na família e gravidez na adolescência: a percepção dos pais.** *Estud. Psicol., Natal*, v. 4, n. 1, 2009.

DIAS, T. J. **Prevenção em sexualidade na adolescência.** *O mundo da saúde*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 75-80, 2007.

DORIN, L. **O desenvolvimento sexual.** *Psicologia da criança.* RJ: Ed. do Brasil, 2008.

EGYPTO, A.C. et al. **Papéis sexuais.** In: BARROSO, C. B. C. **Sexo e juventude:** como discutir a sexualidade em casa e na escola. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

EGYPTO, A. C. **Sexo, prazeres e riscos.** São Paulo: Saraiva, 2005.

FIGUEIRÓ, M. (Org.). **Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum.** Londrina: UEL, 2009.

FAGUNDES, T. C. P. C. **Educação sexual: prós e contras.** *Rev. Bras. de Sex. Hum.*, SP, v. 3, n. 2, 2002.

FERRIANI, M. G. C. et al. **Opinião dos escolares sobre a realização de grupos de discussão.** *Rev. Bras. Sex. Hum.*, São Paulo, v. 5, n. 2, 2004.

FELIPE, Jane. **"Governando mulheres e crianças: Jardins de infância em Porto Alegre na primeira metade do século XX"**. Porto Alegre, Tese de Doutorado de Pós-Graduação em Educação, UFRGS, 2000.

FIGUEIRÓ, M. **Educação sexual no Brasil. Estado de Arte de 1980 a 1993.** Dissertação (Mestrado) São Paulo, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, SP, 2005.

FIGUEIRÓ, M.N.D. **A produção teórica no Brasil sobre Educação Sexual. Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.98, 2006

FLEURY, D. **Gravidez na adolescência: difícil enfrentar essa barra.** *Ver. Crescer*, n.18, p.18-22, 2005.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões.** Petrópolis: Vozes, 1977.
História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade III: o cuidado de si.** Rio de Janeiro: Graal, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREUD, S. **Cinco lições de psicanálise; A história do movimento psicanalítico; O futuro de uma ilusão; O mal estar na civilização; Esboço de psicanálise.** São Paulo: Abril Cultural, 1978.

GALVÃO, I. **Henri Walon: Uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. 17 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

GHERPELLI, M.H.B. **Direito ou renúncia à sexualidade?. Uma experiência de orientação sexual com jovens limítrofes**. Rev. Bras. de Sex. Hum., SP, v. 3, n. 2, 1992.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1993.

GIRONDI JBR, Nothaft SCS, Mallmann FMB. **A metodologia problematizadora utilizada pelo enfermeiro na educação sexual de adolescentes**. Cogitare Enferm. 2006;11(2):161-5.

GOUVEIA, M.H.A., **Influência dos meios de comunicação no desenvolvimento da sexualidade**. Rev. Bras. Sex. Hum., São Paulo, v. 1, n. 1, p. 31-4, 1990.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, [Diversidade Sexual e a Cidadania LGBT](#). . Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. 2014.

JARDIM, DP, BRÊTAS JRS. **Orientação sexual na escola: a concepção dos professores de Jandira – SP**. Rev Bras Enferm.2006;59(2):157-62.

JESUS, M. C. P. et al. **A educação sexual realizada na família e na escola: opinião de escolares adolescentes**. Rev. Bras. Sex. Hum., São Paulo, v. 8, n. 1, p. 133, 1997.

LIBÂNIO,J.B. **A volta à grande disciplina**. São Paulo: Loyola, 1983.

LISKIN, L. et al. **A juventude no século XXI, problemas sociais e de saúde**. Population Reports Series M, Special Topics, Baltimore, v. 9, p. 1-44, nov/dez. 2007.

LOPES, G.; MAIA. M., **Desinformação sexual entre gestantes adolescentes de baixa renda**. Revista de Sexologia, v. 2 , n. 1, p. 30-3, 2013.

LOURO GL., **Segredos e mentiras do currículo – sexualidade e gênero nas práticas escolares**. In: Silva LH. **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis: Vozes; 1998. p. 33-47

LUDKE, M.; MARLI, E. D. **A pesquisa em educação: abordagem qualitativa**. São Paulo: EPU, 2006.

KNOBEL, M. **Orientação familiar**. Campinas: Papirus, 2002.

MAIA FILHO, N. L. et al. **Gravidez entre adolescentes precoce**. *Jornal Bras. Ginecol.*, v. 104, n. 10, p. 363-7, out. 2014.

MANDU, E.; NEI, T. C.; AUREA, C. P. **Conhecimentos, valores e vivência de adolescentes acerca das doenças de transmissão sexual e AIDS**. *Rev. Bras. Crescimento Desenv. Hum.*, v.10, n.11, p.74-90, 2000.

MARTINEZ, M. C. W. **Adolescência - sexualidade – AIDS: na família e no espaço escolar contemporâneo**. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

MELO, M. **O fio da navalha**. In: KUPSTAS, M. et al. **Comportamento sexual em debate**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Rio de Janeiro: F. Bastos, 1971.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). **Saúde integral de adolescentes e jovens: orientações para a organização de serviços de saúde**. Secretaria de Atenção à Saúde Brasília: 2005.

MOTA, M. V. S. **A sexualidade silenciada na escola: implicações da orientação sexual subjacente no cotidiano escolar**. *Rev. Bras. Sex. Hum.*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 187, 1996.

NASCIMENTO, M. J. C. ; ROMERA, M. **Sexualidade, psiquismo e a educação sexual entre pais e filhos adolescentes**. *Rev. Bras. Sex. Hum.*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 237, 1999.

NEVES, F. R. A. L. **Sexualidade humana, uma abordagem pedagógica.** Rev. Bras. Sex. Hum., São Paulo, v. 8, n. 1, 1997.

NICHOLSON, Linda. **Interpretando o gênero. Estudos feministas,** Florianópolis, v.8, n.2, 2000. p. 9-42.

NUNES, C. A. **Desvendando a sexualidade.** Campinas: Papirus, 1997.

NUNES C, Silva E. **A educação sexual da criança.** Campinas: Autores Associados; 2000.

OKAWARA. H. **Educação sexual.** In: HALBE, H. W. **Tratado de ginecologia.** 2. ed. São Paulo: Roca, 1993. cap. 19, p. 112-26.

OKAWARA, H.; SAWAYA, R. B. **Amar: a realidade da vida sexual.** São Paulo: Abril Cultural, 1995.

OLIVEIRA, Vera Lucia Bahl de. **Sexualidade no contexto contemporâneo: um desafio aos educadores.** In: FIGUEIRÒ, Mary Neide Damico (Org.). **Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum.** Londrina:UEL, 2009.

PARAMETROS CURRICULARES NACIONAIS (2012) – **Orientação Sexual** - Endereço: [phttp://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientacao.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientacao.pdf). Acesso no dia: 26/08/2018 às 20h.

PATRÍCIO, Z. M. et al. **Cuidando da saúde da criança-adolescente-família com a comunidade.** Projeto pesquisa-extensão do Departamento de Enfermagem e de Extensão da UFSC. Florianópolis, 1990.

PECORARI, Eliane P. D. N. et al. **Orientação sexual em escolas de ensino fundamental: um estudo exploratório.** Cadernos de Psicopedagogia, São Paulo, v. 5, n. 9, 2005.

PINTO, E. B. **Orientação sexual na escola: a importância da psicopedagogia nessa nova realidade.** São Paulo: Gente, 1999

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) 2001 – Endereço: http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/leis_2001/l10172.htm . Acesso no dia: 25/07/2018 às 10h.

POLI, M. **Adolescência: aconselhamento anticoncepcivo**. Rep. Clim., Ribeirão Preto, v. 11, p. 21-24, 1996.

RODRIGUES, I; FONTES, A. **Identificação do papel da escola na educação sexual dos jovens**. *Investigações em Ensino de Ciências*, v. 7, n. 2, p. 177-188, 2002.

SILVA, R. **Se você não fala, eu falo!: sexualidade em artigos**. Maringá: Massoni, 2007.

ROSEMBERG, F. **Caminhos cruzados: educação e gênero na produção acadêmica**. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 27, n. 1, jan./jun., 2001. p. 47-68

ROSSINI, R. **Ensino e educação com igualdade de gênero na infância e na adolescência: guia prático para educadores e educadoras**. 2. ed. São Paulo: NEMGE/USP, 2006.

RIBEIRO, P.R. M. **Educação sexual além da informação**. São Paulo: EPU, 1990.

RIBEIRO, M. **A comunicação familiar e prevenção DSTs/AIDS entre adolescentes**. J. Bras. Doenças Sex. Transm., v. 10, n.1, p. 5-9, 1998.

RIBEIRO, P. **Sexualidade na sala de aula: pedagogias escolares de professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental**. *Estudos Feministas*. Florianópolis, jan./abr., 2004. p. 129

RIVITTI, E. A. **Doenças sexualmente transmissíveis: prefácio**. In: BELDA JÚNIOR, W. São Paulo: Atheneu, 1999. p. 11-13

RODRIGUES A.; BARRETO, M.; **Currículos, Gêneros e Sexualidades: Experiências misturadas e Compartilhadas**. Vitória: Ed. EDUFES/UFES, 2013.

SALES, J. M. **Os pais dos adolescentes**. In: VITIELLO, N. et al. **Adolescência hoje**. São Paulo: Roca, 1988. p. 29-34.

SANTOS, C.; BRUNS, M.A.T. **A educação sexual pede espaço: novos horizontes para a praxis pedagógica**. São Paulo: Ômega, 2000.

SAVIANI, D. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política.** São Paulo: Cortez, 1989.

SAYÃO, R. **Saber o sexo? Os problemas da informação sexual e o papel da escola.** In:

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO PARÁ (SESPA), Acesso em: <http://www.saude.pa.gov.br/?p=1192> >. No dia 19/09/2018 às 15h.

SCHIAVO, M. et al. **Erotismo, sexualidade e relações de gênero na programação infantil das emissoras de TV.** Scientia Sexualis, Rio de Janeiro, n. 3, 1997.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23.ed. rev.. SP:Cortez, 2007.

SHALL, V. T.; STRUCHINER, M. **Educação no contexto da epidemia de HIV/AIDS: teorias e tendências pedagógicas.** São Paulo: SP, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu. **O currículo como fetiche. A poética e a política do texto curricular.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Teoria cultural e Educação. Um vocabulário crítico.** BH: Autêntica, 2000.

STRECK, V. S. **Sexualidade hoje.** São Paulo: Sidonal, 1989.

SUPLICY, M. **Conversando sobre sexo.** São Paulo: Petrópolis, 1991.

_____ Educação e orientação sexual. In: RIBEIRO, M. **Educação sexual: novas ideias, novas conquistas.** São Paulo: Rosa dos Tempos, 1993.

SUPLICY, M. et al. **Guia de orientação sexual: diretrizes e metodologia da pré-escola ao 2º grau.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

SUPLICY, M. et al. **Sexo se aprende na escola.** São Paulo: Olho D'Água, 2005. 2ª Ed.

TELAROLLI, J. R. **Comportamento sexual em debate**. São Paulo: Moderna, 2007.

TIBA, I. **Puberdade e adolescência: desenvolvimento biopsico-emocional**. 7.ed. São Paulo: Agora, 1986.

TIBA, I. **Adolescência: o despertar do sexo**. São Paulo: Gente, 1994.

TOKARNIA M., Folha de São Paulo: **MEC retira termo “orientação sexual” da versão final da Base Curricular** Publicado em 07/04/2017. Fonte: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/201704/mec-retira-termo-orientacao-sexual-da-versao-final-da-base-curricular>>. Acessado em: 25/08/2018 as 18h.

TOLOSA, M. **Adolescência e ideologia**. In: VITIELLO, N. et al. **Adolescência hoje**. SP: RC, 2008. p. 35-37.

TRINDADE, E.. **Adolescentes e paternidade: um estudo fenomenológico**. Ribeirão Preto: Holos, 2009.

VANCE, Carole. "A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico". *Physis. Revista de saúde coletiva* 5(1): 7-31, 2012.

VAZ, J.M. et al. **Educação sexual na escola**. Universidade Aberta, Lisboa, 1996.

VIDAL, Diana G. **Sexualidade e docência feminina no ensino primário no Rio de Janeiro (1930-1940)**, In: BRUSCHINI, Cristina; HOLLANDA, Heloisa B. *Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil*. São Paulo: Ed 34.

VITIELLO, N.; CONCEIÇÃO, I. S. C. **Aceitação da vida sexual de filhas adolescentes solteiras : um estudo comparativo**. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, Rio de Janeiro, v.10, n.7, 1988.

VITIELLO, n. **Outra vez a Educação Sexual**. *Boletim Informativo da Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana*, São Paulo, 2002.

VITIELLO, N. et. al. **Os meios de comunicação e a sexualidade**. Rev. Bras. Sex. Hum., São Paulo, v. 4, n. 1, p.15-23, 2003.

VITIELLO, N. **Reprodução e Sexualidade: um manual para educadores**. São Paulo: CEICH, 236 p.2004.

VITIELLO, N. **Reprodução e sexualidade**. Rev. Bras. Sex. Hum., São Paulo, v.6, n.1, p. 15-28,2005.

WEREBE, M. J. G. **Sexualidade, política e educação**. Campinas: Autores Associados, 2008.

ZORDAN; SCHMIDT. **Percepção dos pais acerca da sexualidade dos filhos na adolescência**. Rev. Bras. Sex. Hum., São Paulo, v.7, n.2, p.196-212,2006.

ANEXOS

ANEXO I

GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA PÚBLICA: COMO OS ALUNOS E OS PROFESSORES DE BIOLOGIA DA EA-UFPA OBSERVAM O PAPEL DA ESCOLA NA ORIENTAÇÃO SEXUAL

QUESTÕES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE APLICADAS AOS DOCENTES.

ACADÊMICO: ALEXANDRE MACEDO OLIVEIRA

DATA:/...../ 2018.

NOME DO DOCENTE:

IDADE: TEMPO DE MAGISTÉRIO:

NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO ONDE LECIONA: SÉRIES QUE MINISTRA AULAS:

1 – QUAL O SEU CONCEITO SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE HUMANA?

2 – QUAL O SEU CONCEITO SOBRE IDENTIDADE E IDEOLOGIA DE GÊNERO?

3 - VOCÊ SE SENTE APTO PARA EXPLICAR GÊNERO E SEXUALIDADE? RESPONDA EM RELAÇÃO:

1º - SUA FORMAÇÃO SIM() NÃO()

2º - CONDIÇÕES DA ESCOLA SIM() NÃO()

3º - MEIOS DE ENSINO SIM() NÃO()

4º - MATERIAL DE APOIO SIM() NÃO()

4 - VOCÊ TEM CONHECIMENTO PEDAGÓGICO DO CONTEÚDO (CONHECIMENTO DE COMO ENSINAR GÊNERO E SEXUALIDADE)? SIM() NÃO()

5 – VOCÊ ACHA IMPORTANTE ABORDAR O TEMA GÊNERO E SEXUALIDADE HUMANA, EM SUAS AULAS? POR QUÊ?

A) () SIM, TRATO ABORDANDO ASPECTOS LIGADOS A MINHA FORMAÇÃO

B) () PORQUE É UM TEMA PRESCRITO PELOS PCNs PARA SER TRATADO TRANSVERSALMENTE

C) () NÃO TRATO DO TEMA SEXUALIDADE PORQUE ACHO COMPLEXO PARA SER ABORDADO EM TODOS OS SEUS ASPECTOS.

D) () NÃO TRATO PORQUE ACHO QUE ESSE ASSUNTO ENVOLVE TEMAS (GRAVIDEZ, DSTs, ABORTO, ETC) QUE DEVERIAM SER DISCUTIDOS POR PSICÓLOGAS

E) () ACHO TÃO IMPORTANTE QUE DEVERIA SER TRATADO POR PROFISSIONAIS QUE CONHEÇAM OS ASPECTOS FISIOLÓGICOS, AFETIVOS E SÓCIO-CULTURAIS DO TEMA

6 - ASSINALE TODAS AS ALTERNATIVAS NUMERICAMENTE, POR ORDEM CRESCENTE DE PREFERÊNCIA, DE SEUS ALUNOS, EM RELAÇÃO AOS SEGUINTE TEMAS:

A)() GRAVIDEZ

B)() MACHISMO/FEMINISMO

C)() DST'S/AIDS

D)() ABORTO

E)() DROGAS

F)() HOMOSSEXUALIDADE/HOMOFOBIA

G)() MÉTODOS ANTICONCEPCIONAIS

7 – VOCÊ CONHECE O PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO? () SIM () NÃO

8 – VOCÊ JÁ TEVE PROBLEMAS COM FAMILIARES DE SEUS ALUNOS, OS QUAIS QUESTIONARAM SUAS AULAS NA OPORTUNIDADE EM QUE VOCÊ ABORDOU ASSUNTOS RELACIONADOS COM RELAÇÕES DE GÊNERO E A SEXUALIDADE HUMANA? SE SIM, POR FAVOR, RELATE. SIM() NÃO()

9 - PARA VOCÊ A SEXUALIDADE HUMANA EXPRESSA:

- A) O RELACIONAMENTO SEXUAL EXISTENTE ENTRE SERES HUMANOS
 B) UM COMPORTAMENTO QUE INCLUE ATITUDES DO FÍSICO, EMOCIONAIS E SÓCIOCULTURAIS.
 C) O RELACIONAMENTO SEXUAL EXISTENTE ENTRE SERES HUMANOS DE SEXOS DIFERENTES
 D) A NECESSIDADE DO INDIVÍDUO RELACIONADA ÀTRAÇÃO FÍSICA
 E) UMA FASE DE NOSSA VIDA

10 - A DIREÇÃO DE SUA ESCOLA INTERFERIU, FACILITOU, BLOQUEOU OU MANTEVE-SE INDIFERENTE, QUANDO VOCÊ ABORDEI OS TEMAS GÊNERO/SEXUALIDADE HUMANA EM SALA DE AULA?

- A) NUNCA ABORDEI
 B) ABORDEI COM O APÓIO DA DIREÇÃO
 C) ABORDEI E A ESCOLA FOI INDIFERENTE
 D) ABORDEI, CONTRARIANDO A DIREÇÃO DA ESCOLA
 E) ABORDEI POR INICIATIVA PRÓPRIA

11 - VOCÊ JÁ PARTICIPOU DE ALGUM CURSO (DE DURAÇÃO VARIÁVEL) EM QUE TIVESSE SIDO DESENVOLVIDO O TEMA GÊNERO E SEXUALIDADE HUMANA?

- A) PARTICIPEI E ACREDITO QUE DEVO PERIODICAMENTE PARTICIPAR
 B) PARTICIPEI DE CURSOS, E ME SINTO PREPARADO (A)
 C) PARTICIPEI E NÃO ME SINTO PREPARADO(A)
 D) NUNCA PARTICIPEI, MAS DESEJO PARTICIPAR
 E) NUNCA PARTICIPEI E ME SINTO PREPARADO(A)

12 - VOCÊ ACHA QUE SERIA DE INTERESSE GERAL (ALUNOS, ESCOLA, DIRETORIA DE ENSINO, SECRETARIA DA EDUCAÇÃO), A REALIZAÇÃO PERIÓDICA DE CURSOS QUE CONDUZAM A UM CONHECIMENTO DOS TEMAS GÊNERO/SEXUALIDADE?

SIM NÃO

13 – VOCÊ CONSIDERA O PAPEL DA ESCOLA, ORIENTAR SEXUALMENTE OS SEUS ALUNOS?

SIM NÃO

14 – QUAL É PARA VOCÊ O PAPEL DA FAMÍLIA NA CONSTRUÇÃO DA SEXUALIDADE DOS FILHOS?

15 – COMO VOCÊ ACREDITA QUE A SUA DISCIPLINA POSSA COLABORAR COM A ABORDAGEM DA ORIENTAÇÃO SEXUAL NA SUA ESCOLA?

16 – VOCÊ CONHECE INTEGRALMENTE A PROPOSTA DOS PCNS EM RELAÇÃO À ORIENTAÇÃO SEXUAL?

SIM NÃO

17 - DE ACORDO COM OS PCNs A ABORDAGEM DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO ENSINO MÉDIO, DEVE-SE AOS SEGUINTE FATOS:

- 1 - A ADOLESCÊNCIA É UMA FASE BASTANTE ADEQUADA, POR TRATAR-SE DE UMA ÉPOCA DE MUDANÇAS FÍSICAS, AFETIVAS E PSICOLÓGICAS;
- 2 - NESTA ÉPOCA DE NOVAS DESCOBERTAS, O CONHECIMENTO DE IMPORTANTES MEDIDAS PREVENTIVAS FAZ-SE NECESSÁRIO;
- 3 - E MUDANÇAS DE COMPORTAMENTO PODEM, PORTANTO, ACONTECER.

QUAL A SUA OPINIÃO A RESPEITO DO QUE FOI PROPOSTO PELOS PCNs? VOCÊ CONCORDA, DISCORDA, PROPÕE ALGO MAIS? JUSTIFIQUE, POR FAVOR.

ANEXO II

GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA PÚBLICA: COMO OS ALUNOS E OS PROFESSORES DE BIOLOGIA DA EA-UFPA OBSERVAM O PAPEL DA ESCOLA NA ORIENTAÇÃO SEXUAL

QUESTIONÁRIO SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE HUMANA

APLICADAS AOS DISCENTES DA 2ª SÉRIE ENSINO MÉDIO

ACADÊMICO: ALEXANDRE MACEDO OLIVEIRA

DATA:...../...../..2018.

NOME DO DISCENTE: SÉRIE: IDADE: SEXO:
RELIGIÃO: BAIRRO:

1 - COMO VOCÊ ENTENDE GÊNERO E A SEXUALIDADE HUMANA?

- A) O RELACIONAMENTO SEXUAL EXISTENTE ENTRE SERES HUMANOS.
- B) O RELACIONAMENTO SEXUAL EXISTENTE ENTRE PESSOAS DE GÊNEROS DIFERENTES.
- C) AS CARACTERÍSTICAS SEXUAIS DO CORPO MANIFESTADAS PELOS HOMENS E MULHERES.
- D) AS CARACTERÍSTICAS SEXUAIS DO CORPO ACOMPANHADAS DE MANIFESTAÇÕES AFETIVO-EMOCIONAIS.
- E) COMPORTAMENTO SEXUAL EXPRESSO PELAS CARACTERÍSTICAS DO CORPO, EMOCIONAIS E DO MEIO SOCIAL.

2 - COMO VOCÊ ENTENDE IDENTIDADE DE GÊNERO E IDEOLOGIA DE GÊNERO?

3 - QUEM TEM ORIENTADO VOCÊ EM RELAÇÃO À SUA SEXUALIDADE?

- A) SEUS PAIS
- B) ALGUÉM DA SUA FAMÍLIA: TIO(A), PRIMO(A), IRMÃ(O), etc (MENOS OS PAIS)
- C) OS SEUS COLEGAS DE CLASSE DURANTE O PERÍODO NA ESCOLA
- D) SEUS PROFESSORES
- E) OUTROS COLEGAS, FORA DA ESCOLA.
- F) OUTRAS PESSOAS NAS ESQUINAS, CLUBES, LANCHONETES, DISCOTECAS, RODAS DE AMIGOS.
- G) MEIOS DE COMUNICAÇÃO: TV, INTERNET, JORNAIS, LIVROS, REVISTAS, MÍDIAS SOCIAIS,

4 - VOCÊ DISCUTE ABERTAMENTE EM FAMÍLIA (COM SEUS PAIS PRINCIPALMENTE) SOBRE TEMAS COMO: AIDS, ISTs, SEXUALIDADE, VIRGINDADE, HOMOFOBIA, MACHISMO, VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, GRAVIDEZ PRECOCE, ABORTO, DROGAS, etc ?

- A) SIM, CONVERSO A QUALQUER MOMENTO COM OS MEUS PAIS
- B) CONVERSO SOMENTE QUANDO PRECISO COM OS MEUS PAIS
- C) NUNCA OU JAMAIS CONVERSO COM OS MEUS PAIS SOBRE SEXUALIDADE
- D) CONVERSO EMPRE COM OUTROS FAMILIARES (IRMÃOS, IRMÃS, TIOS, TIAS, PRIMOS, PRIMAS, ETC)
- E) NUNCA FALO COM NINGUÉM SOBRE SEXUALIDADE.

5 - VOCÊ CONVERSA SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE COM OS SEUS AMIGOS?

- A) FREQUENTEMENTE TENHO CONVERSADO COM OS MEUS AMIGOS.
- B) CONVERSO SOBRE O ASSUNTO, SOMENTE QUANDO PRECISO
- C) RARAMENTE CONVERSO COM OS MEUS AMIGOS SOBRE ESSE ASSUNTO
- D) É O ASSUNTO QUE EU MAIS CONVERSO COM OS MEUS AMIGOS
- E) NUNCA CONVERSO COM MEUS AMIGOS SOBRE SEXUALIDADE HUMANA.

6 - PARA VOCÊ, ISTs SÃO:

- A) NÃO SEI, POIS NUNCA OUVI FALAR
- B) NOVOS MÉTODOS ANTICONCEPCIONAIS
- C) DOENÇAS LIGADAS AO RELACIONAMENTO SEXUAL..
- D) TRATAMENTOS PARA DOENÇAS CONTRAÍDAS NO RELACIONAMENTO SEXUAL.
- E) NOVOS MÉTODOS DE TRATAMENTO PARA AIDS.

7 - VOCÊ SABE O QUE É AIDS (OU SIDA)?

- A) UM DESVIO DA SEXUALIDADE HUMANA
 B) JÁ OUVI FALAR DE AIDS, PORÉM NÃO SEI DO QUE SE TRATA
 C) EU SEI, MAS NÃO SABERIA EXPLICAR O QUE É.
 D) É UM TIPO DE DOENÇA TRANSMISSÍVEL, MAS NÃO SEI COMO ME PREVENIR.
 E) TRATA-SE DE UMA DOENÇA SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEL, CAPAZ DE LEVAR À MORTE.

8 - VOCÊ SABE O QUE É, E COMO UTILIZAR O PRESERVATIVO (CAMISINHA)?

- SIM
 NÃO

9 – SE TIVESSE UM PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO SEXUAL NA SUA ESCOLA QUE ABORDASSE TEMAS QUE TEM A VER COM GÊNERO E A SEXUALIDADE, VOCÊ PARTICIPARIA?

- SIM
 NÃO

10 – VOCÊ ACHA IMPORTANTE A PARTICIPAÇÃO DE SUA FAMÍLIA NA FORMAÇÃO DE SUA SEXUALIDADE?

- SIM
 NÃO

11 - VOCÊ ACHA QUE A SUA ESCOLA ABORDA O TEMA (GÊNERO E SEXUALIDADE HUMANA) DA MANEIRA MAIS ADEQUADA PARA QUE HAJA A MELHOR COMPREENSÃO POR TODOS OS ESTUDANTES DO ASSUNTO?

- A) SIM
 B) NÃO
 C) SIM, MAS PODERIA MELHORAR.
 D) NÃO ACHO QUE ESSE TEMA SEJA IMPORTANTE
 E) NÃO ACHO QUE SEJA FUNÇÃO DE ESCOLA ABORDAR ESTE TEMA

12 – VOCÊ GOSTARIA QUE TIVESSE NA SUA ESCOLA ALGUM PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO SEXUAL, QUE FOSSE DESENVOLVIDO CONTINUADAMENTE?

- SIM
 NÃO

A) QUANDO VOCÊ ACHA QUE ELE DEVERIA COMEÇAR (QUAL SÉRIE)?

B) QUEM DEVERIA DESENVOLVER ESSE PROGRAMA: SEUS PROFESSORES DE BIOLOGIA OU OUTROS PROFISSIONAIS?

C) SE FOSSE OS PROFESSORES, VOCÊ ACHA QUE DEVERIAM SER TODOS (TODAS AS DISCIPLINAS) OU APENAS OS PROFESSORES DE BIOLOGIA?

D) SE FOSSEM OUTROS PROFISSIONAIS, VOCÊ ACHA QUE ESSE PROGRAMA DEVERIA SER CONTÍNUO (ANO TODO) OU NA FORMA DE PALESTRAS OU DISCUSSÕES ESPORÁDICAS (MENSAS, BIMESTRAIS, ETC).

E) QUAIS OS TEMAS QUE NÃO PODERIAM FALTAR NESSE PROGRAMA?

13 – VOCÊ CONHECE O PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO? SIM NÃO

14 - EM SUA OPINIÃO, DISCUTIR GÊNERO E SEXUALIDADE HUMANA, ENVOLVE ASPECTOS BIOLÓGICOS (ANATOMIA E FISILOGIA DO APARELHO REPRODUTOR HUMANO), PSÍCOLÓGICOS (EMOCIONAIS E COMPORTAMENTAIS) E SOCIO-CULTURAIS (RELACIONADOS AO MEIO SOCIAL)? PORQUE?

- SIM NÃO
-